

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

JULIANA DOS REIS ABRANTES

**RECEPÇÃO E PARTICULARIDADES DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL
NO BRASIL**

VITÓRIA

2023

JULIANA DOS REIS ABRANTES

**RECEPÇÃO E PARTICULARIDADES DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL
NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof.^a Livia de Cassia Godoi Moraes

VITÓRIA

2023

RECEPÇÃO E PARTICULARIDADES DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL NO BRASIL

JULIANA DOS REIS ABRANTES

*Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Política Social da Universidade Federal do Espírito
Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de
Mestre em Política Social.*

Aprovada em 15 de dezembro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

**Professora Doutora Livia de Cássia Godoi Moraes
Orientadora/Universidade Federal do Espírito Santo**

**Professora Doutora Maria Helena Elpidio Abreu
Membro interno - Universidade Federal do Espírito Santo**

**Professora Doutora Mariana Shinohara Roncato
Membro externo - Universidade Estadual de Campinas**

**Professora Doutora Rayane Noronha Oliveira
Membro externo - Universidade Federal da Paraíba**





Folha Aprovação Dissertação - Juliana dos Reis Abrantes

Data e Hora de Criação: 15/12/2023 às 17:34:19

Documentos que originaram esse envelope:

- Folha aprovação - Juliana dos Reis Abrantes.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)



Hashs únicas referente à esse envelope de documentos

[SHA256]: be2ac4437be6cf5a552279a436ebe294628b06e81290a8034b859f78442b934

[SHA512]: d8dc3265a1d5d8f5643488b9fb00265addf5b384e0b117bae83a7c00c86a4a3554bfb5321d5f3898fe0829bf2062bbf7d4fd75b0b168078289161503a7c9575

Lista de assinaturas solicitadas e associadas à esse envelope



ASSINADO - Livia de Cássia Godói Moraes (livia.c.moraes@ufes.br)

Data/Hora: 16/12/2023 - 08:10:22, IP: 177.133.162.141

[SHA256]: 14c20250b129efe5c06c96112c142bc085d3e5f08c83b8cce1bb98d41404da40



ASSINADO - Maria Helena Elpidio Abreu (maria.abreu@ufes.br)

Data/Hora: 19/12/2023 - 16:36:36, IP: 179.105.108.74, Geolocalização: [-20.315773, -40.338207]

[SHA256]: 1c308abebe6e143a0ad22894cfa8ea2609722cfa5407269a11d794dd781792b



ASSINADO - Mariana Shinohara Roncato (marishinohara@gmail.com)

Data/Hora: 20/12/2023 - 09:32:39, IP: 187.106.34.194

[SHA256]: 36bc6f922c57849ecf338b4d3b2779c899535e7e1eef255b252d258824a691f



ASSINADO - Rayane Noronha Oliveira (rayane.noronha.oli@gmail.com)

Data/Hora: 20/12/2023 - 17:25:50, IP: 187.19.178.35, Geolocalização: [-7.0736283, -34.837781]

[SHA256]: 3740147e78af9faa44683dc4d3e793d4b5118ec316cc076c0011c4c76ea7eb6d

Rayane Noronha Oliveira

Histórico de eventos registrados neste envelope

20/12/2023 17:25:50 - Envelope finalizado por rayane.noronha.oli@gmail.com, IP 187.19.178.35

20/12/2023 17:25:50 - Assinatura realizada por rayane.noronha.oli@gmail.com, IP 187.19.178.35

20/12/2023 09:32:39 - Assinatura realizada por marishinohara@gmail.com, IP 187.106.34.194

20/12/2023 00:10:39 - Envelope visualizado por marishinohara@gmail.com, IP 187.106.34.194

19/12/2023 16:36:36 - Assinatura realizada por maria.abreu@ufes.br, IP 179.105.108.74

19/12/2023 16:36:29 - Envelope visualizado por maria.abreu@ufes.br, IP 179.105.108.74

16/12/2023 08:10:22 - Assinatura realizada por livia.c.moraes@ufes.br, IP 177.133.162.141

15/12/2023 17:49:18 - Envelope registrado na Blockchain por adriana.pratti@ufes.br, IP 200.137.65.107

15/12/2023 17:49:17 - Envelope encaminhado para assinaturas por adriana.pratti@ufes.br, IP 200.137.65.107

15/12/2023 17:34:20 - Envelope criado por adriana.pratti@ufes.br, IP 200.137.65.107

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

A158r Abrantes, Juliana dos Reis, 1988-
Recepção e particularidades da Teoria da Reprodução Social no
Brasil / Juliana dos Reis Abrantes. - 2023.
147 f. : il.

Orientadora: Lívia de Cássia Godoi Moraes.
Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Feminismo. 2. Capitalismo. 3. Classes sociais. 4. Política
Social. 5. Ciências Sociais. I. Moraes, Lívia de Cássia Godoi.
II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Sueli, mãe solo de três filhos, mulher negra, enfermeira, por todo amor, sacrifícios e trabalho de cuidado. À Lívia, a melhor orientadora que alguém poderia ter. Agradeço pelo carinho, trabalho tão minucioso de orientação, pela generosidade, pela compreensão para com minhas especificidades e limitações, pela práxis que foi e é exemplo. Pelo amor com que pratica a docência revolucionária. Obrigada por não desistir de mim. Agradeço a uma professora especialíssima, Joelma de Riz, que me encontrou perdida num curso de graduação em Educação Física em uma faculdade particular, ela foi a responsável pelo meu encontro com as Ciências Sociais e com toda a vida acadêmica, foi ela que me incentivou a prestar o vestibular para a CSO (coisa que eu nunca havia cogitado).

Agradeço ao meu companheiro de vida e de luta Wagner por toda a motivação, cuidado, carinho e amor. Agradeço à minha amiga e atual marida (que divide comigo uma casa, uma vida, 5 filhos de quatro patas e alguns problemas) Camila, por todo incentivo, cuidados, e por uma amizade forte e leve. Agradeço à minha amiga Paulinha, a que melhor me entende enquanto pessoa neurodivergente (TDAH). Ao meu amigo Pedro (II) que por diversas vezes se ofereceu pra me ajudar com a minha dissertação, mesmo não fazendo ideia do que se trata e por me fazer rir, sempre. Agradeço a Pedro, mais que um amigo, um companheiro incansável de luta, de estudos acadêmicos, formulações, criações, debates, discussões, extrema paciência em me ajudar a achar uma forma de estudar que funcionasse para mim. Obrigada por tudo e por tanto.

Agradeço a todos que de alguma forma (qualquer forma) me ajudaram a chegar até aqui e contribuíram pra minha formação, a vocês que viram e veem sentido em tudo que eu defendo e acredito. Por último, mas não menos importante agradeço à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento com a bolsa de pesquisa durante o processo que permitiu a realização desta pesquisa.

Obrigada!

À minha mãe...

Mama África

A minha mãe

É mãe solteira

E tem que fazer mamadeira

Todo dia

Além de trabalhar

Como empacotadeira

Nas Casas Bahia

Mama África tem

Tanto o que fazer

Além de cuidar neném

Além de fazer denguin'

Filhinho tem que entender

Mama África vai e vem

Mas não se afasta de você

Mama África

A minha mãe

É mãe solteira

E tem que fazer mamadeira

Todo dia

Além de trabalhar

Como empacotadeira

Nas Casas Bahia

Quando Mama sai de casa

Seus filhos se olodumzam

Rola o maior jazz

Mama tem calo nos pés

Mama precisa de paz

Mama não quer brincar mais

Filhinho dá um tempo

É tanto contratempo
No ritmo de vida de mama
Mama África
A minha mãe
É mãe solteira
E tem que fazer mamadeira
Todo dia
Além de trabalhar
Como empacotadeira
Nas Casas Bahia

Compositores: Francisco Cesar Goncalves
Letras de Mama África

*Os filósofos interpretaram o mundo de
diferentes maneiras; porém, o que importa é
transformá-lo*

Karl Marx

*Numa sociedade racista, não basta não ser
racista. É necessário ser antirracista.*

Angela Davis

*Ela virá, a revolução, e trará ao povo, não só
direito ao pão, mas também à poesia.*

Leon Trotsky

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo principal analisar como se deu a recepção da Teoria da Reprodução Social (TRS) no Brasil e suas particularidades, entre os anos de 2013 e 2022, a fim de analisar o contexto social, econômico e político em que ocorreu, as interlocuções teóricas e os impactos (ou repercussões) dessa recepção para as produções brasileiras. Para isso, pretendeu-se analisar historicamente formulações produzidas acerca da Teoria da Reprodução Social tendo os estudos feministas marxistas como orientação teórica principal. Priorizamos aqui uma análise crítica da sociedade, da opressão de gênero sob o sistema capitalista no qual vivemos, teorizando sobre a categoria totalidade – eixo central de análise da TRS. Buscou-se, dessa maneira, compreender as particularidades da TRS no Brasil. Para realizar este trabalho, que possui caráter qualitativo, utiliza-se de revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. O debate conceitual aqui apresentado pretende ressaltar a necessidade de se pensar criticamente as opressões e a exploração na sociedade capitalista. Bem como, contribuir para as lutas sociais, políticas e econômicas da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Teoria da Reprodução Social; teoria unitária; feminismo, capitalismo; Brasil.

ABSTRACT

This work's main objective is to analyze how the Social Reproduction Theory (TRS) was received in Brazil and its particularities, between the years 2013 and 2022, in order to analyze the social, economic and political context in which it occurred, the theoretical dialogues and the impacts (or repercussions) of this reception for Brazilian productions. To this end, we intended to historically analyze formulations produced about the Social Reproduction Theory, with Marxist feminist studies as the main theoretical orientation. Here we prioritize a critical analysis of society, of gender oppression under the capitalist system in which we live, theorizing about the category of totality – the central axis of analysis of TRS. In this way, we sought to understand the particularities of TRS in Brazil. To carry out this work, which has a qualitative nature, bibliographical review and semi-structured interviews are used. The conceptual debate presented here aims to highlight the need to think critically about oppression and exploitation in capitalist society. As well as contributing to the social, political and economic struggles of the working class.

Keywords: Social Reproduction Theory; unitary theory; feminism, capitalism; Brazil.

.

LISTA DE QUADROS E FIGURA

Quadro 1. Teses e Dissertações produzidas no Brasil entre 2013 e 2022 que utilizam a Teoria da Reprodução Social (TRS) como base teórica.....	17
Quadro 2. Trabalhos referentes às autoras entrevistadas.....	102
Figura 1. Síntese dos trabalhos publicados sobre a Teoria da Reprodução Social entre os anos de 2013 a 2022.....	105

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. FEMINISMO E MARXISMO NO BRASIL: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO.....	24
2.1 UM BREVE RESGATE HISTÓRICO.....	24
2.1.1 Um breve resgate histórico do feminismo brasileiro.....	30
2.2 HELEIETH SAFFIOTTI E LÉLIA GONZALEZ: CONTRIBUIÇÕES AO FEMINISMO NO BRASIL.....	41
2.3 FEMINISMO MATERIALISTA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS.....	47
3. BRASIL NO CONTEXTO DA RECEPÇÃO DA TRS: CRISE CAPITALISTA E CRISE DA REPRODUÇÃO SOCIAL	52
3.1 UMA BREVE ANÁLISE DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 1994 E 2022.....	52
3.2 UM OLHAR SOBRE AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	66
3.3 A MARCHA DAS VÁDIAS.....	74
3.4 A RELAÇÃO ENTRE A CRISE DO CAPITAL E CRISE DA REPRODUÇÃO SOCIAL.....	78
4. A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E SUA RECEPÇÃO NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2013-2022.....	84
4.1 APRESENTANDO A TRS.....	84
4.1.1 Do surgimento à sua consolidação.....	88
4.2 RECEPÇÃO DA TRS NO BRASIL.....	100
4.2.1 Trajetória acadêmica/política.....	109
4.2.2 Por que a TRS?.....	112
4.2.3 Diálogos possíveis.....	116
4.2.4 A TRS à brasileira.....	120

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132
ANEXOS.....	138

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar como se deu a recepção da Teoria da Reprodução Social¹ no Brasil, entre 2013 e 2022, a fim de compreender o contexto social, econômico e político em que tal recepção ocorreu, bem como as interlocuções teóricas e os impactos (ou repercussões) para as produções brasileiras.

O recorte cronológico aqui proposto se deu em torno da reedição, em 2013, em inglês, do livro da autora Lise Vogel, propulsora da teoria unitária (VOGEL, 2022), em sua obra denominada “*Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*” publicado em sua primeira versão em inglês em 1983 (tal obra foi traduzida para o português pela primeira vez no ano de 2022). Nesta obra, Vogel desenvolveu até então as bases de uma teoria unitária, que serviriam de aporte para que outras pesquisadoras pelo mundo, principalmente nos EUA e Canadá, dessem início ao desenvolvimento de pesquisas, publicação de trabalhos e, posteriormente, cunhassem a Teoria da Reprodução Social, pois o que Vogel havia desenvolvido até então em seu livro, como dito anteriormente, se tratava de uma proposta unitária (VOGEL, 2022).

Portanto, através da reedição do livro de Vogel e da convergência de estudos de pensadoras feministas-marxistas no século XXI, nasce a TRS. O surgimento dessa teoria está diretamente relacionado ao desenvolvimento da teoria marxiana e a contraposição a um marxismo determinista e economicista que havia ganhado força até então. A TRS buscou e, ainda busca, romper com essas concepções e, para isso, compreende o capitalismo enquanto uma totalidade dinâmica e contraditória, em constante movimento (RUAS, 2021).

A fim de compreender a conjuntura acerca da recepção da TRS no Brasil, fez-se necessário realizar breve análise sobre o contexto social, econômico e político do país no período entre 2013 e 2022. Analisando como tais elementos da realidade brasileira afetaram e/ou afetam, não apenas a produção científica feminista marxista e a organização das lutas feministas, mas também quais foram seus impactos na chegada e recepção dessa teoria no Brasil.

As questões que surgiram ao nos defrontarmos com a bibliografia acerca da TRS, recém chegada ao cenário brasileiro, e que motivaram e delimitaram esta pesquisa, foram

¹ A fim de evitar muitas repetições e promover uma melhor coesão textual a Teoria da Reprodução Social será mencionada no decorrer desse texto com a abreviação TRS.

principalmente: qual o contexto social, político e econômico nacional que possibilitou a recepção da TRS no Brasil? Quais as particularidades da TRS em desenvolvimento no Brasil? Como a Teoria da Reprodução Social se distingue dos sistemas duplos e triplos e no que isso implica na práxis política?

Essa dissertação tem como um dos eixos de análise a necessidade de compreender como se deu esse processo de desenvolvimento da TRS a partir da teoria de Marx, e de categorias centrais como totalidade, produção, reprodução, trabalho, classe trabalhadora e quais são as particularidades que esse processo adquire no Brasil. Pretendemos, assim, evidenciar a análise da totalidade social a partir das lentes da TRS, pois se trata de uma categoria central para as análises marxistas.

Essa pesquisa se justifica e demonstra relevância acadêmica e social, tanto no âmbito teórico (referente a sua produção, formulações acadêmicas e debates aqui pretendidos), como no âmbito prático ao fomentar e servir como ferramenta da luta feminista marxista por emancipação das mulheres e da classe trabalhadora – em todas as suas especificidades – de todas as formas de exploração e opressão advindas do sistema capitalista, assim como pode auxiliar na implementação de políticas públicas voltadas para as questões referentes à reprodução social.

Foi feita uma pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes com a palavra-chave “Teoria da Reprodução Social” que resultou num total de 15 trabalhos, sendo 10 dissertações e 5 teses. Entretanto, entre os 15 trabalhos constatou-se que somente 11 trabalhos, sendo 4 teses e 7 dissertações, têm como base teórica a Teoria da Reprodução Social. Foi realizada ainda, outra busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com a palavra-chave “Teoria da Reprodução Social” que resultou num total 11 trabalhos, destes apenas 2 têm como base teórica a Teoria da Reprodução Social, sendo duas dissertações. Ambas as buscas estão sumarizadas no **Quadro 1** abaixo apresentado². Nenhum destes trabalhos, todavia, teve como objeto a recepção da TRS no Brasil, tais dados evidenciam o caráter inovador do presente trabalho.

² Vale dizer o Grupo de Estudos sobre a Teoria da Reprodução Social no Brasil conta com pesquisadoras/professoras que tomaram contato com a TRS após o ingresso como docentes em universidades públicas, portanto, após a defesa de suas teses, e por esse motivo não compuseram o quadro e o rol das entrevistadas. É o caso, por exemplo, de Carla Benitez de UNILAB, Livia Moraes da UFES E Maria Josefina Mastropaolo da UFRJ.

Quadro 1. Teses e Dissertações produzidas no Brasil entre 2013 e 2022 que utilizam a Teoria da Reprodução Social (TRS) como base teórica

Tipo de Trabalho	Título do Trabalho	Ano de publicação	Autora/Autor
Dissertação	Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: Apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai	2018	Danielle Jardim da Silva
Dissertação	Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes	2019	Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca
Tese	A formação do movimento de mulheres negras no Brasil (1978-2000): Uma abordagem a partir da teoria da reprodução social	2020	Bárbara Araújo Machado
Tese	Working poor japonês: trabalho imigrante de kassegi e suas transversalidades	2020	Mariana Shinohara Roncato
Dissertação	O amor romântico na sociedade capitalista e patriarcal: uma crítica feminista marxista	2020	Isana Rodrigues Braz
Dissertação	Teoria da Reprodução Social e crítica do direito do trabalho: para problematizar e refutar seus fundamentos patriarcais capitalistas	2020	Rafael Borges de Souza Bias
Tese	Serviço social, classe, gênero e raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária	2021	Rayane Noronha Oliveira
Tese	Sindicalismo feminista: a potência transformadora das mulheres no Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região	2021	Giovana Lapigalini Martins
Dissertação	Insurgências jurídicas no movimento de mulheres camponesas: o feminismo camponês e popular a partir da Teoria da Reprodução Social	2021	Betina Fontana Piovesan
Dissertação	Teoria da Reprodução Social e Crítica Marxista ao Direito: uma análise teórica sobre o aumento global da criminalização de mulheres no neoliberalismo	2021	Lucely Ginani Bordon
Dissertação	A relação entre trabalho doméstico, valor e capitalismo dependente: uma crítica à luz da teoria da reprodução social	2021	Clara Gomide Saraiva
Dissertação	As camelôs da região central do Rio de Janeiro: uma análise feminista-marxista das trabalhadoras de rua em tempos pandêmicos	2021	Silvia Talho Ribeiro

Tese	Movimentos sociais maternos no Rio de Janeiro: uma análise através da Teoria da Reprodução Social	2022	Fatima Gabriela Soares de Azevedo
Dissertação	O compromisso do ordenamento jurídico brasileiro com a institucionalização do binômio patriarcado-capitalismo: um estudo a partir da Teoria da Reprodução Social	2022	Marina Rodrigues Perez Fonseca

Fonte: produção própria a partir de levantamentos iniciais realizados nos sites acima mencionados.

Vale destacar que no quadro acima apresentado foram inseridas teses e dissertações produzidas apenas entre o período histórico determinado (2013-2022), e que utilizam a TRS como base teórica.

No que tange a justificativa e relevância teórica dessa pesquisa, pode se destacar a importância da mesma em sua tentativa de auxiliar e fortalecer um processo de retomada e consolidação das formulações da Teoria da Reprodução Social (ARRUZZA, 2015; BHATTACHARYA, 2019). Essa pesquisa também buscou contribuir com o debate teórico acerca das categorias de interseccionalidade (CRENSHAW, 2004) e consubstancialidade (KERGOAT, 2010), evidenciando as aproximações e distanciamentos das teorias duais, triplas e unitária (FERGUSON, 2017).

Em relação ao âmbito prático, esta pesquisa se mostra relevante ao fomentar a luta das mulheres, bem como lhes servir de ferramenta e aporte necessários às trincheiras da luta anticapitalista na busca por uma contribuição efetiva às armas da crítica (MARX, 2005). Essa pesquisa busca ainda servir como parte da “construção coletiva e consciente do imaginário de uma sociedade por oposição” (ESQUENAZI; MORAES, 2020, p. 99) ao sistema capitalista. A partir de seu desdobramento, essa pesquisa visa demarcar um posicionamento político crítico diante da teoria, ou seja, reverter para a classe trabalhadora – através da práxis política – as contribuições possíveis e de forma consubstancial.

A partir dos questionamentos norteadores percebemos a necessidade de um aprofundamento, de fato, na recepção da TRS em nosso país, haja vista seu caráter inovador e instigante. Foi possível analisar, a partir de outras pesquisas similares, como por exemplo a recepção da obra gramsciniana no Brasil (SCHLESENER, 2001) e a recepção da teoria crítica (CAMARGO, 2012) que esse seria o caminho necessário a seguir. Tomando como ponto de partida que produções intelectuais estão inseridas em uma conjuntura histórica específica

(SCHLESENER, 2001), esta pesquisa buscou compreender em que conjuntura se desenvolvia a recepção da TRS no Brasil, para tanto, vale a ressalva de que o método não pode estar desvinculado dessa mesma conjuntura a fim de “[...] encontrar os enlaces da teoria com a nossa realidade concreta” (MORAES; NEVES, 2021, p. 13).

Esta pesquisa tem por base geral estudos feministas, historicamente consolidados a partir de lutas, produções e reivindicações de mulheres. Mais especificamente, possui como referencial teórico principal a Teoria da Reprodução Social (FERGUSON, 2017; ESQUENAZI; MORAES, 2020; BHATTACHARYA, 2019; ARRUZZA, 2015; ÁVILA; FERREIRA, 2020). Assim, buscamos contribuir para o feminismo marxista, seja enquanto corrente teórica, seja como instrumento para pensar e modificar a sociedade, especificamente a sociedade vigente constituída sob os marcos do sistema capitalista.

A fim de analisarmos como se deu a recepção da TRS no Brasil entre os anos de 2013 e 2022 e suas particularidades, se fez necessário, inicialmente, compreendermos a conjuntura histórica específica em que nosso país estava inserido nessa cronologia. Para tanto, realizamos breve análise sobre o contexto social, econômico e político do país nesse período.

Foi efetuado um breve resgate dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), Lula (2002-2010), Dilma (2010-2016) perpassando pelo golpe e pelo governo Temer (2016-2018), por fim chegando ao governo Bolsonaro (2018-2022). Buscamos demonstrar as bases das políticas macroeconômicas desses governos, bem como suas continuidades e descontinuidades, elas serviram de aporte para nossa maior compreensão acerca de como se deu a luta de classes nesse momento histórico e os principais fatores que impactaram diretamente na vida da classe trabalhadora (MORAES, 2019).

Lançamos um olhar especial para Junho de 2013, pois, como muito bem aponta Sabrina Fernandes (2019, p. 92) em “Sintomas Mórbidos” “[...] Junho foi dinâmico, fluido e ainda pouco compreendido [...]”. Logo, precisamos dar a devida atenção que esse evento merece, afinal de contas os protestos que ficaram mundialmente conhecidos como “Jornadas de Junho” deixaria marcas complexas na história brasileira, na luta de classes e, principalmente, na vida das mulheres. Outro fator importante em nossa análise nessa sessão será a pós-política que erigiu o enfoque moralista sobre a corrupção, por exemplo (FERNANDES, 2019).

Na conjuntura que buscamos analisar a reprodução social é onde a crise capitalista se mostra em sua maior potencialidade, isso se dá, justamente pela contradição que emana do capitalismo para com a reprodução social. Essa relação contraditória é a base estrutural desse

sistema. De um lado está o capitalismo que necessita desse trabalho para seu pleno funcionamento, do outro, esse mesmo sistema rechaça os custos desse trabalho e confere a ele pouco ou mesmo nenhum valor econômico (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Ou seja, o trabalho de reprodução social, consequentemente, da reprodução da vida, é visto socialmente como um “não trabalho”. O problema é que “[...] quando uma sociedade retira a sustentação pública à reprodução social e engaja suas principais provedoras em longas e cansativas horas de trabalho mal remunerado, ela esgota as próprias capacidades sociais de que depende” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 111).

O avanço do capital contra a reprodução social se deu também pela redução dos serviços sociais públicos, o que levou a um aumento na jornada de trabalho das mulheres. Todos esses fatores de crise, arrochos neoliberais, crises políticas e ascensão de uma direita de traços fascistas no Brasil serviram de solo fértil para o acirramento das desigualdades sociais e políticas ultraconservadoras. E, não por acaso, foi esse cenário que esteve de plano de fundo para a chegada dos debates acerca da reprodução social, bem como das bases para a então formulação da Teoria da Reprodução Social no Brasil.

A fim de alcançar os objetivos aqui pretendidos, uma das ferramentas metodológicas mais importantes utilizadas é a pesquisa bibliográfica (LIMA; MIOTO, 2007), assim como entrevista semi-estruturada (SEVERINO, 2007).

Tendo por base o materialismo histórico-dialético, compreendemos que não existirá na teoria marxiana um conjunto de regras ou manual capaz de orientar uma pesquisa. Portanto, é preciso sempre levar em consideração que a realidade concreta é dinâmica, sendo assim, a estrutura e o movimento do objeto são elementos que coordenam os procedimentos de pesquisa. Realidade essa, entendida como uma totalidade concreta e não uma somatória de partes. Devido a complexidade dessa realidade, dessa totalidade concreta, nosso papel como pesquisadores(as) é buscar desvendar as contradições, mediações e determinações dessa totalidade (NETTO, 2011).

É preciso, ainda, ter em mente “[...] a indissociável conexão que existe em Marx entre elaboração teórica e formulação metodológica” (NETTO, 2011, p. 54). Vale ressaltar, assim, que no decorrer da pesquisa, os pressupostos metodológicos constituintes do materialismo histórico-dialético guiarão o desenvolvimento da pesquisa, tendo como base o arcabouço teórico aqui apresentado.

A fim de alcançar os objetivos aqui pretendidos algumas ferramentas de pesquisa se mostram importantes. Esse trabalho possui um caráter qualitativo e pretende se utilizar como ferramenta principal a pesquisa bibliográfica. Busca apontar, assim, para como se dá a recepção da Teoria da Reprodução do Social no Brasil, qual seu contexto, quais suas particularidades, autoras, obras e produções principais.

A pesquisa bibliográfica tem por finalidade pesquisar e reunir trabalhos sobre o tema e referencial teórico – debates em torno da Teoria da Reprodução Social –, trabalhos esses que servem como matéria-prima por meio da qual a/o pesquisadora/o pode realizar suas análises. Será feita, assim, uma busca por artigos, livros, dissertações e teses nas plataformas Scielo, Portal de Periódicos da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A partir de tal levantamento serão produzidos quadros de análises do material/conteúdo encontrados.

A pesquisa bibliográfica é, sem dúvidas, uma importante fonte de formação e elaboração do conhecimento científico, ao trazer como princípios fundamentais as buscas por embasamento teórico de um objeto de estudo; por elementos que sirvam de suporte às análises de dados e noções adquiridas; pelas informações que irão compor esse esquema de dados; por uma possível solução do problema pesquisado e, principalmente, qualifica-se como uma fonte de conhecimento crítico e dialético da realidade (LIMA; MIOTO, 2007).

Não obstante, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (SEVERINO, 2007) a fim de compreender o contexto de recepção, as interlocuções e os impactos da TRS no Brasil. Para tanto, serão entrevistadas(os) autoras(es) que produziram teses e dissertações sobre a TRS entre os anos de 2013 a 2022. O questionário com as respectivas perguntas e estruturação da entrevista segue em anexo neste projeto, assim como o aceite do comitê de ética da universidade. Para fazer tais entrevistas, buscaremos contatar as autoras dos achados de pesquisa, via email e mensagem.

Com o objetivo de compreender como se deu a recepção da TRS no Brasil, entre os anos de 2013 e 2022, o presente trabalho se organizará da seguinte maneira: Capítulo 1. Feminismo e marxismo no Brasil: um breve resgate histórico” pretende mostrar aspectos constitutivos do feminismo no Brasil, suas principais e características, assim como sua relação com o marxismo. Discutirá também as potencialidades do feminismo marxista e a necessidade de compreendermos a história através de uma análise crítica sem um viés economicista, tampouco análises etapistas, que tendem a hierarquizar as opressões, e que só fazem contribuir com as

narrativas do feminismo liberal e com a reprodução das opressões de gênero e de raça. Este capítulo pretende também resgatar a importância já destacada por autoras como, Lélia Gonzalez e Heleieth Saffioti que sempre enfatizaram em suas obras que qualquer proposta revolucionária anticapitalista precisa ser antipatriarcal e antirracista, tanto em sua teoria como em sua prática, ou não será.

Já o capítulo 2 intitulado “Brasil no contexto da recepção da TRS: crise capitalista e crise da reprodução social” busca retratar brevemente o período que antecede a data de partida recortada (2013), bem como os principais desdobramentos político-sociais até o fim do nosso marco temporal (2022). Buscaremos analisar quais os reflexos da crise estrutural do capital no Brasil, analisar ainda as consequências das políticas conciliatórias dos governos petistas, e como todo esse processo histórico culminou no golpe de 2016. Outro aspecto crucial da pretendida análise de conjuntura se deu por meio da análise da ascensão da extrema direita no Brasil e seu maior desdobramento, a eleição de Jair Bolsonaro à presidência.

O último e terceiro capítulo intitulado “A teoria da Reprodução Social e sua recepção no Brasil entre os anos de 2013-2022” pretende, a partir da análise de conjuntura realizada no primeiro capítulo, demonstrar como se deu de fato a recepção da TRS no Brasil respondendo os seguintes questionamentos: qual o contexto social, político e econômico nacional que possibilitou a recepção da TRS no Brasil? Como a TRS tem sido publicada e divulgada no Brasil verificando os veículos, autores e tendências? Quais as particularidades da TRS em desenvolvimento no Brasil? Como a Teoria da Reprodução Social se distingue dos sistemas duplos e triplos e no que isso implica na prática política?

A partir dessas respostas, demonstramos quais foram as bases sociais, políticas e econômicas em que a TRS se desenvolveu no Brasil. Pretendemos ainda destacar a importância da categoria de totalidade essencial à TRS, bem como os desdobramentos políticos de uma análise unitária acerca das opressões vividas pela classe trabalhadora, suas potencialidades, seus desafios e principais contribuições à luta antirracista, anticapacitista, antilgbtqia+fóbica, antipatriarcal, antigeracional e todas as formas nas quais os tentáculos do capitalismo se expressam.

Dessa forma, essa dissertação pretende servir de aporte para uma compreensão aprofundada de como se deu a recepção da TRS no Brasil, primeiramente a partir de uma análise de conjuntura ao trazer elementos acerca da crise da reprodução social. Bem como da análise do feminismo (suas principais correntes, características, distinções) e do feminismo marxista.

Acreditamos que somente a partir de uma análise crítica e unitária da sociedade, tendo como bússola a categoria de totalidade, seja possível irmos à raiz do problema das opressões geradas pelo sistema capitalista.

2. FEMINISMO E MARXISMO NO BRASIL: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO

Estudos acerca do gênero, relações sociais de sexo ou do feminismo de maneira mais ampla já são objetos de estudos sociais há muito tempo. Desde o período feudal, tomando por perspectiva o ocidente europeu, as mulheres já se articulavam estrategicamente a fim de compreender as opressões que lhes eram impostas, fosse por meio de cantigas populares, poemas, pinturas etc. (GANDHI, 2016). Desde o século XVIII já existiam publicações acerca das mulheres, sua condição na sociedade, as relações sociais de desigualdade das sociedades, como tais relações teriam surgido, o que seria necessário para superar tais desigualdades, entre outras temáticas.

O objetivo deste capítulo é destrinchar com maior profundidade o feminismo no Brasil e o feminismo marxista a partir das lentes e aportes da Teoria da Reprodução Social. Para tanto, propomos um breve percurso histórico sobre os estudos de gênero e da questão da mulher.

Assim como todos os outros temas, objetos ou elementos que buscamos estudar da sociedade, os estudos de gênero também são compreendidos a partir de diferentes perspectivas, objetivos, teorias, pretensões políticas, sociais e econômicas, mesmo que as mesmas não estejam nítidas. A partir dessa compreensão consideramos fundamental explicitar que a análise aqui proposta tem por base a perspectiva crítica marxista do materialismo histórico-dialético a partir da Teoria da Reprodução Social. Sendo assim, consideramos importante, ainda que de maneira superficial, apontar para um breve panorama histórico, destacando algumas diferentes perspectivas e correntes dentro dos estudos feministas visando um olhar para além da superficialidade aparente.

2.1 UM BREVE RESGATE HISTÓRICO DO(S) FEMINISMO(S) DO OCIDENTE³

Desde o período feudal, que predominou na Europa durante a Idade Média, marcado pelas relações sociais, políticas e econômicas entre os senhores feudais, os plebeus e a igreja católica, as mulheres eram vistas como seres inferiores subjugadas em todos os aspectos

³ Aqui vale ressaltar que essa história dos feminismos do ocidente, apesar de importante, não dá conta das diversidades históricas e realidades concretas das mulheres no planeta em sua totalidade. Entretanto, apesar disso, a história as mulheres no Brasil pós-colonização, por exemplo, é muito marcada por esses feminismos do ocidente. O intuito deste trabalho não foi abordar todos os feminismos, mas sim, mostrar a relação e relevância dos feminismos que mais marcaram a formação dos movimentos feministas no Brasil.

possíveis. Mesmo após o surgimento do Humanismo, do Renascimento e com a centralidade da cultura e do homem, as mulheres continuaram subjugadas. A filosofia e ciência estavam longe de serem áreas permitidas para elas. Porém, a ideia de autonomia, tão em voga nos debates renascentistas e já concebida pelos homens, passa a ser também absorvida entre as mulheres que passam a se encontrar para discutir as origens de seus próprios sentimentos em grupos como as “*Querelles de Femmes*” (GARCIA, 2011).

A partir da difusão das ideias protestantes no século XVI e XVII, as mulheres começam a repensar sua posição na sociedade através do “individualismo”, da construção de uma “consciência de si” e da noção de autonomia renascentista. A partir da vertente Quaker do protestantismo, que dava maior autonomia às mulheres, muitas dessas passaram a se encontrar com homens de pensamento progressista em Salões Literários para conversar e repensar sua condição com maior liberdade, nesses espaços era comum o uso de álcool e outras drogas, e principalmente a possibilidade de agirem de uma forma diferente da então imposta às mulheres pela sociedade (GARCIA, 2011).

Todas essas mulheres, que ainda não lutavam por direitos, mas já pensavam e discutiam questões importantes como o papel da mulher na sociedade e as inquietações advindas daí, foram responsáveis pela mudança de paradigmas do pensamento que veio a fomentar o que é conhecido como feminismo moderno. Apesar das ideias iluministas efervescentes à época, da prevalência da razão sobre os dogmas religiosos e da disseminação das ideias de progresso, política e direitos essenciais, as promessas do Iluminismo ainda não contemplavam as mulheres (GARCIA, 2011).

Já com a ideia de autonomia e organização coletiva incorporada pelas mulheres europeias, muitas delas tiveram papel extremamente importante em processos específicos da história na busca por conquistas e direitos, como foi o caso da Revolução Francesa em 1789, onde, apesar de sua participação crucial no processo revolucionário burguês, mais uma vez as mulheres se viram traídas pela história e deixadas à margem das conquistas da Revolução. A liberdade, a igualdade e a fraternidade ainda não eram para elas (GARCIA, 2011).

A obra “*Reivindicação dos Direitos da Mulher*” de Wollstonecraft (2016) foi um dos grandes marcos do que podemos chamar de feminismo. Nesta obra a autora reivindica os direitos das mulheres no final da Revolução Francesa, final do século XVIII. A revolução burguesa e seu caráter revolucionário trazia o mote “liberdade, igualdade e fraternidade”, porém, tais exigências se restringiam à um seleto grupo de pessoas: homens brancos europeus.

Wollstonecraft (2016) questiona tal restrição e pedia sua extensão também às mulheres. A partir das próprias influências do iluminismo a autora questionou a então promulgada Constituição Francesa que deixava de fora de suas demandas as mulheres de então. Nesta mesma obra a autora questiona a falta de acesso à educação pelas mulheres e as consequências disso em suas vidas, bem como as mazelas advindas da dependência financeira dessas mulheres. Por trazer tantos questionamentos importantes e de caráter revolucionário para a época em que escrevia, Wollstonecraft (2016) pode ser considerada uma das principais figuras e protagonistas da história das lutas por direitos das mulheres (WOLLSTONECRAFT, 2016).

De acordo com o avanço das ideias liberais firmadas pela Revolução Francesa, o sistema capitalista vai se desenvolvendo e com isso as ideias de individualismo, racionalidade, autonomia e igualdade de oportunidades, como, por exemplo, o acesso à educação. Nos Estados Unidos as mulheres brancas de classe média já lutavam pelo acesso das mulheres à educação e pelo sufrágio universal e, posteriormente, unificam sua luta com a luta abolicionista, mas ainda sem considerar a situação das mulheres proletárias e negras. Ao passar do tempo, as mulheres brancas em seu lugar de submissão imposto pelo patriarcado passam a ter uma nova percepção da condição das mulheres negras submetidas à escravidão e seu efeito desumanizador. Dessa maneira, viam na escravidão suas próprias amarras numa sociedade cada vez mais machista e desigual (GARCIA, 2011).

Nesse contexto de resistência e luta das mulheres, um fato determinante para o início da união entre mulheres brancas e negras, mesmo que ainda de forma incipiente, foi a participação marcante de Sojourner Truth, a única mulher negra presente na convenção de mulheres que foi realizada na cidade de Akron, estado de Ohio, em 1851. Sojourner Truth marcou a história da luta das mulheres negras contra o racismo assim como na luta das mulheres contra o sexismo. Através de sua fala imponente e confrontadora direcionada aos homens presentes na convenção, que tentavam ridicularizar e silenciar as mulheres alegando que estas eram fracas e delicadas e, portanto, não poderiam votar, Sojourner, de forma muito sagaz, oferece-lhes uma cirúrgica resposta em seu famoso discurso “Não sou eu uma mulher?”:

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem- quando eu conseguia comida- e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (DAVIS, 2016, p. 71)

E assim, Truth faz de forma brilhante cair por terra a ideia da “fragilidade feminina”, que os homens ali usavam como argumento para deslegitimar o movimento de mulheres. E “[...] fez o que nenhuma de suas tímidas irmãs brancas foi capaz de fazer” (DAVIS, 2016, p.71). Além do confronto direto com o sexismo, personalizado nos homens ali presentes, Truth também é assertiva e mostra as inegáveis diferenças entre ela, sua raça e classe, perante as demais mulheres brancas que lutavam ao seu lado e mostrou que isso não fazia dela menos mulher (DAVIS, 2016).

Tendo em vista, portanto, a complexidade do processo histórico de formação e luta das mulheres, bem como suas especificidades e contradições, é notável um acúmulo teórico e prático em torno dos debates de gênero e, posteriormente, para as discussões sobre a ideia de relações sociais de sexo.

Feita uma breve contextualização histórica das primeiras fagulhas geradoras do feminismo, podemos discutir mais a fundo os estudos sobre gênero, assim como conceituações sobre relações sociais de sexo, que representam uma chave analítica importante de discussão para as ciências sociais, para o ambiente acadêmico e como forma de pensar o próprio movimento feminista. Dessa maneira os estudos sobre gênero ganham força, principalmente a partir dos anos 1980, quando muitas mulheres adentraram a academia e passaram a se aprofundar nos estudos de gênero. Passaram a criticar o apagamento da mulher das análises históricas, e quando apareciam era sempre de forma limitada, falando ora de família, ora de sexo (SCOTT, 1989).

No então formado feminismo pós-estruturalista, o ponto central passa a ser a linguagem, logo, tais feministas defendiam que, era preciso pensar o que gênero representava em termos simbólicos, e que pesquisar sobre mulheres pensando análises históricas sem se restringir a isso, se fazia extremamente necessário (SCOTT, 1989).

O uso do termo gênero era proposto por pesquisadoras(es) que procuravam uma legitimação acadêmica por seus estudos feministas, assim como, entendiam que as pesquisas sobre mulheres transformariam paradigmas e acrescentariam novos temas sobre os trabalhos científicos existentes. O termo “gênero”, nesse sentido, também era crítico à ideia de binariedade e poderia abarcar a diversidade de identidade de gênero e sexualidade. Somente mais recentemente, tão recente que nem em dicionário as vezes se encontra, as feministas começam a usar a palavra gênero num sentido mais literal de um tipo de organização social das relações de sexo (SCOTT, 1989).

Porém, foi possível perceber que a substituição da palavra mulher pela palavra gênero nesses estudos acadêmicos sobre mulheres, gerou grande afastamento no debate das mulheres que não estavam nesses espaços, por conta da difícil assimilação e compreensão do termo em si, ainda que elas fossem as figuras centrais do feminismo e estivessem submetidas a todas as formas de opressão e exploração, dificultando assim, segundo Cisne (2014), e as feministas materialistas, a aproximação com quem deveria ser o sujeito prioritário do feminismo: as mulheres.

O termo gênero ganha força no feminismo brasileiro em detrimento dos chamados “estudos sobre a mulher”, a partir, justamente, desses estudos acerca do conceito de gênero. Contudo, essa substituição gerou um incômodo, a ocultação da mulher como sujeito político, ou seja, uma forma de afastar o debate acerca das opressões sofridas pelas mulheres da dimensão concreta (política) da vida material, levando à perda de foco do debate inicial. Esse processo, segundo as materialistas, acabava, muitas vezes, generalizando ou mesmo substituindo questões relativas à mulher, tanto em espaços acadêmicos, como em espaços políticos (CISNE, 2014).

O uso da palavra “gênero” repele, de fato e explicitamente, as teorias biológicas que servem de justificativas para a perpetuação da subordinação da mulher perante os homens, como por exemplo “as mulheres são dóceis naturalmente, pois são mães, cuidadoras” ou “homens são naturalmente mais fortes fisicamente que as mulheres”. Outro aspecto de autores(as) que fizeram uso de “gênero” como substituto para “mulheres” sugere que o mundo dos homens e das mulheres é o mesmo, no sentido de que as informações estudadas sobre um, serão automaticamente informações sobre o outro (SCOTT, 1989).

A maioria das(os) autoras(es) que buscaram se aprofundar nos estudos teóricos de gênero não escaparam da armadilha das ciências sociais de adotarem formulações ultrapassadas que traziam explicações causais, generalizantes e simplistas demais, sendo assim teorias um tanto quanto limitadas. O gênero foi sendo usado por autoras(es) como sinônimo de “mulheres” em obras acadêmicas que abordavam a história das mulheres, esses(as) o fizeram substituindo em seus títulos a palavra “mulheres” por “gênero” buscando ainda um tom de maior neutralidade e seriedade de suas obras. Somente no final do século XX autoras(es) vão tratar de suas teorias acerca de “gênero” como uma categoria de análise propriamente dita, característica ausente nas teorias sociológicas anteriores (SCOTT, 1989).

Por mais que gênero englobe, de certa forma, questões de mulheres e de homens (e outras identidades e sexualidades), essas relações não são igualitárias, não é possível se colocar em pé de igualdade a posição destes na sociedade, suas formas de opressões singulares e suas posições antagônicas. Logo, se fez necessário teorizar mais sobre gênero para que não houvesse um apagamento das questões das mulheres com relação às demais que o termo aborda. Era preciso dar ênfase também à análise econômica baseando-se em teorias como do patriarcado, pensando gênero como uma construção social e não biológica, como vigorou no interior do Feminismo Radical.

Ainda nesse sentido, podemos apontar e ressaltar essas principais críticas para a utilização do conceito de gênero. A primeira refere-se à “polarização sobre os discursos de uma parte dos pesquisadores de gênero conjugados aos pressupostos culturalistas frequentes nos Estados Unidos” (PFEFFERKORN, 2012, p. 71 *apud* CISNE, 2014, p. 139). Essa polarização fez com que muitas teóricas se interessassem preferencialmente pelos “aspectos simbólicos da opressão das mulheres e às representações mais que aos aspectos materiais” (PFEFFERKORN, 2012, p. 71 *apud* CISNE, 2014, p. 139).

A divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo podem ser tidas como as três modalidades onde se expressam as relações sociais de sexo, sem que seja possível dizer que uma delas, em todas as esferas e em todos os momentos de desenvolvimento de uma sociedade, tem precedência sobre as outras duas. Logo, as relações sociais de sexo se mostram simultânea e conjuntamente por essas três modalidades de divisão e de hierarquização dos homens sobre as mulheres, de suas atividades de trabalho, de poder e de valores, constituindo em síntese as relações sociais de sexo (DEVREUX, 2005). Vale ressaltar que a compreensão da divisão sexual do trabalho como gênese da opressão às mulheres é perspectiva defendida pelo feminismo materialista, essa perspectiva tem grande influência nos feminismos brasileiros.

Um dos paradigmas centrais da espoliação do capitalismo sobre o trabalho consiste nesta divisão sexual do trabalho, pois, é a partir dela que a exploração das forças de trabalho, tanto dos homens como das mulheres, irá se concretizar. Esse processo gera uma hierarquização de determinadas atividades tidas como “masculinas” sobre as atividades tidas como “femininas”, de forma que isso seja completamente naturalizado pela sociedade, mesmo que as mulheres exerçam essas tais funções “masculinas”, nas poucas vezes que lhes é permitido, mostrando que são mais do que capazes de realizá-las.

O acúmulo dos debates sobre gênero e, posteriormente, as formulações acerca do conceito de relações sociais de sexo forneceram subsídio para o embasamento da construção de novas categorias que vão servir de aportes fundamentais nas análises feministas, como por exemplo, a interseccionalidade e a consubstancialidade. Sendo essas categorias auxiliadoras na forma de pensar o feminismo como uma potente ferramenta de transformação da realidade, nesse caso, da sociedade racista, classista, machista e sexista pautada sob os alicerces do sistema capitalista.

O movimento feminista é um movimento amplo e possui grande diversidade de perspectivas, tanto pela dimensão teórica quanto pela política. À primeira vista, pode parecer que esse movimento de mulheres reivindicando seus direitos seja um movimento capaz de contemplar todas as reivindicações das mulheres, seja por educação, direitos trabalhistas, equidade salariais, direitos reprodutivos, uma vida sem medo de serem mortas pelo simples fato de serem mulheres, entre tantas outras reivindicações. Porém, o movimento feminista é um reflexo da sociedade no qual estamos inseridas, logo, reflete a diversidade e heterogeneidade, contradições, singularidades das mulheres que o compõe.

Por conta de tamanha diversidade, diversos são também os interesses em disputa no campo feminista. A depender da classe social, da raça, da própria divisão geográfica, de marcadores etários, ou mesmo de divergências teóricas profundas, tudo isso propiciou o surgimento de distintas correntes feministas, suas distintas bandeiras de luta e interesses pelos quais lutar.

2.1.1 Um breve resgate histórico do feminismo brasileiro

Estabelecido este breve panorama e resgate histórico sobre o feminismo de maneira geral, vale destacar alguns aspectos centrais, também estabelecendo um resgate histórico do feminismo brasileiro. Evidenciando assim, pautas, mobilizações e organizações importantes num contexto particular de desenvolvimento de tais movimentos no Brasil.

Assim como a história do feminismo de maneira geral, no Brasil esse caminho possui muitas semelhanças, mas também algumas particularidades, seja por uma história de mais de 20 anos de ditadura com graves violações de direitos humanos, perseguições, criminalização de movimentos etc. Seja pela história de formação de um país colonizado, periférico com mais de 300 anos de escravização de populações negras e originárias.

O movimento feminista no Brasil, historicamente, foi um movimento extremamente complexo de se apreender (até mesmo por sofrer enorme processos de invisibilização na história oficial), a começar pelo fato de não ser possível resumi-lo a “um feminismo” apenas. Essa análise, além de não ser feita a partir da materialidade concreta de toda sua diversidade e interesses em disputa, também não se sustenta se analisada toda sua história. A reivindicação por direitos e emancipação das mulheres aconteceu e ainda acontece de formas muito distintas e complexas, a depender da perspectiva teórico-política que determinado grupo de mulheres adotem.

O primeiro momento do que é considerado o feminismo brasileiro – aqui cabe demarcar que as mulheres indígenas e quilombolas já faziam lutas de resistência desde muito antes na história, ainda que não seja configurado enquanto “movimento feminista” –, pode-se dizer que se deu através da luta das mulheres pelos seus direitos políticos, exercendo esse direito através do voto e também como candidatas. Um dos maiores expoentes dessa luta foi a comunista Bertha Lutz que liderava esse movimento durante os anos de 1920. Esse período de luta teve foco principalmente na reivindicação da participação política das mulheres tendo sua bandeira principal pelo sufrágio, porém esse movimento abarcou uma diversa gama de manifestações que se iniciaram ainda no século XIX e se deram durante as três primeiras décadas do século XX (PINTO, 2003).

Uma característica importante desse período era o fato de que o feminismo de então era bastante personalista, ou seja, a luta era associada a algumas mulheres específicas e por mais que houvesse alguma forma organizativa, essa organização vinha do esforço de alguma figura excepcional. Geralmente essas figuras se destacavam intelectualmente, mulheres que tinham acesso à educação que se destacavam e tinham certo grau de privilégios na sociedade brasileira (PINTO, 2003).

Já era possível nessa época identificar três vertentes desse movimento feminista, a primeira era essa que reivindicava os direitos políticos das mulheres, essa vertente teve grande alcance nacional, porém apresentava limites como: não definir a posição de exclusão da mulher em decorrência da posição de poder masculina. A luta não propunha alterações das relações de gênero, mas sim uma espécie de complemento para o bom funcionamento social. Ou seja, sem a pretensão de alterar as estruturas que mantinham os homens em sua posição de poder, as mulheres buscavam fazer parte do que se entendia por cidadania (PINTO, 2003).

A segunda vertente seria o feminismo que se expressava através da imprensa feminista alternativa. Mulheres tidas socialmente como cultas, professoras, escritoras, jornalistas etc., que possuíam um campo mais abrangente de questões, defendiam o direito a educação das mulheres e falavam sobre a dominação masculina. Traziam à tona essas questões e eram tidas como mais críticas e menos “comportadas” que as feministas que lutavam apelas pelos direitos políticos das mulheres (PINTO, 2003).

A terceira vertente se fazia presente no movimento anarquista, e depois no Partido Comunista. Era formada majoritariamente por mulheres trabalhadoras e intelectuais que defendiam a liberdade das mulheres de forma radical. A exploração do trabalho era uma pauta central e a articulação entre feminismo, anarquismo e comunismo era sua espinha dorsal. A principal representante dessa vertente era Maria Lacerda de Moura e essa era tida como a vertente mais radical das três (PINTO, 2003).

Ainda no século XIX haviam mulheres lutando pelo direito ao voto no Brasil, porém de forma desorganizada e individual. A temática do voto feminino estava na ordem do dia e foi debatida na Constituinte republicana de 1891, e teve o apoio de homens como Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca. Todavia o projeto não foi aprovado. E como o texto da Constituição também não havia proibido tacitamente as mulheres de votar, algumas mulheres conseguiram pleitear seu alistamento ao longo dos quarenta e poucos anos em que durou tal Constituição (PINTO, 2003).

Com a não-inclusão do voto feminino na Constituinte, algumas mulheres fundaram o Partido Republicano Feminino em 1910. Se tratava de um partido pequeno, mas representou uma ruptura importante pelo fato significativo de ser um partido composto por pessoas que não detinham direitos políticos. Sua atuação acontecia fora do círculo político institucional estabelecido. O objetivo dessas mulheres era muito nítido: elas buscavam ser representantes legítimas das reivindicações das mulheres no campo da política institucional. O estatuto do partido reivindicava além do direito ao voto, a emancipação e independência, bem como o fim da exploração sexual das mulheres. Duas principais fundadoras do partido foram a professora Leolinda Daltro e a poetisa Gilka Machado, essas duas mulheres conseguiram pautar o tema do voto feminino na imprensa carioca (PINTO, 2003).

O Partido Republicano Feminino saiu de cena no final de 1910, mesma época que Bertha Lutz volta de Paris e passa a organizar o que viria a ser a maior expressão do feminismo de então, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF). A história da Federação está

ligada a história de Bertha, mulher que tinha as condições econômicas e culturais necessárias para conseguir se destacar e ser ouvida nessa época, além de frequentar os mesmos espaços da elite política da época. Em 1922 Bertha organizou o I Congresso Internacional Feminista no RJ, ocasião onde de fato surgiu a FBPF (PINTO, 2003).

Dentro de sua homogeneidade, o perfil das mulheres que compunham a Federação era de mulheres da burguesia e/ou pequena burguesia e sua luta se guiava pela conquista do direito ao voto. Além das mulheres que compunham a Federação, outras mulheres, de forma independente buscavam o direito ao voto por todo o Brasil como Elvira Komel que foi a primeira mulher mineira a conquistar o direito ao voto em 1928. Elvira estava envolvida em movimentos contra o poder oligárquico predominante na região e também criou o Batalhão Feminino João Pessoa, que alistou cerca de 8.000 mulheres que compuseram o movimento revolucionário de 1930 (PINTO, 2003).

Ao fim da revolução o batalhão se transformou em uma associação em prol dos direitos das mulheres. Em 1931 a associação promoveu o I Congresso Feminino Mineiro. Elvira morreu jovem, com 26 anos, porém deixou sua marca no feminismo brasileiro. A luta de Elvira e muitas outras mulheres brasileiras pelo direito ao voto teve suas reivindicações atendidas em 1932, ano em que o novo Código Eleitoral passou a incluir a mulher como detentora do direito de votar e ser votada (PINTO, 2003).

A luta dali em diante era pra ter uma de suas militantes eleitas, e em 1936 Bertha Lutz, que ficou como suplente na eleição para a Constituinte, assumiu a cadeira de um deputado que havia morrido. Nesse mesmo ano a federação realizou o III Congresso Nacional Feminista que trazia em suas pautas projetos que demandavam o aumento dos direitos das mulheres. Porém o golpe do Estado Novo de 1937 interrompeu todas essas reivindicações. Após o período de redemocratização em 1945 a FBPF, apesar de não ter acabado, tão teve mais expressão relevante no cenário brasileiro (PINTO, 2003).

A imprensa teve um papel muito importante no desenvolvimento do feminismo no Brasil. As produções das feministas em jornais foram intensas e se alastraram pelo país. Existiam muitos jornais nos quais mulheres feministas das classes dominantes tinham acesso, porém existiam ainda milhares de jornais pequenos, de associações, sindicatos, grêmios literários, entre outros, que abordavam a questão das mulheres. Por ser a única forma de comunicação de massas, os jornais eram uma ferramenta valiosa na luta das mulheres (PINTO, 2003).

As vertentes do feminismo anarquista e comunista também desempenharam um papel central no decorrer da história do feminismo brasileiro. Os ideais anarquistas já se faziam presentes nas primeiras manifestações grevistas de operários no Brasil e ajudaram a radicalizar o debate de exploração capitalista. Tanto os ideais anarquistas como, posteriormente, os comunistas buscavam incorporar as mulheres ao espaço público como companheiras revolucionárias (PINTO, 2003).

As feministas anarquistas identificavam a relação de dominação masculina sobre as mulheres onde

o poder dos homens se colocava sobre a exploração das mulheres. Isto é particularmente significativo, pois se esta postura for comparada com o discurso das mulheres que lutavam pelo voto na FBPF, se perceberá facilmente que, naquele, o enfrentamento praticamente inexistia. As mulheres sufragistas lutavam pela inclusão, sem, no entanto, identificarem na sua exclusão razões para os homens terem mais poder (PINTO, 2003, p. 36).

Muitas mulheres se destacaram nas trincheiras de luta do feminismo anarquista, como por exemplo Maria Lacerda de Moura, mineira, de família modesta, e foi uma professora e escritora de obras nas quais defendia seus ideais feministas, inclusive em temáticas como amor livre e educação sexual. Maria também se opunha as ideias nacionalistas, e acerca da existência de Deus e apontava o capitalismo como maior responsável pela condição de subordinação das mulheres (PINTO, 2003).

É possível, ao analisarmos as movimentações feministas das primeiras décadas da República, perceber suas diferentes formas. Não existia apenas uma movimentação feminista, mas várias, e elas se expressavam de diversas formas, com diferentes níveis de radicalidade, perspectivas e interesses. A centralidade do mote feminista da época foi sem dúvidas a luta por direitos políticos sintetizados no poder de votar e ser votada. Essa foi a forma inicial que as mulheres brasileiras tiveram o primeiro contato com as lutas por seus direitos (PINTO, 2003).

Porém, esses feminismos se mostravam bem distintos em sua gênese, em seus anseios e em suas formas de se impor perante as opressões enfrentadas pelas mulheres. Se as sufragistas eram vistas como “comportadas” e palatáveis ao restante da sociedade, as anarquistas e comunistas eram vistas como as radicais, intransigentes, “malcomportadas”, eram as que saíam as ruas em manifestações, as preocupações com o mundo do trabalho, questões essas que não afligiam as mulheres feministas da elite brasileira (PINTO, 2003).

Já nos anos 1960 até 1980, as conquistas das mulheres desse período que passava a sociedade brasileira foram poucas, talvez a mais expressiva tenha sido o direito ao voto, contudo, essas primeiras movimentações auto-organizadas de mulheres indicavam um incômodo social, uma inquietação que mesmo se expressando de forma fragmentada já dava sinais da força das mulheres. Porém, “o golpe de 1937 matou o embrião da organização da sociedade civil brasileira nesse período” (PINTO, 2003, p.38). Na nova sociedade civil se que formava contra o pacto oligárquico era possível enxergar os movimentos que ocorriam sem analisar essa sociedade de forma definida, sem estruturas, sem organizações (PINTO, 2003).

No Brasil da última década do século XIX e das primeiras décadas do século XX começavam a surgir movimentos de opinião à revelia do pacto oligárquico que se reproduzia sem maiores problemas no poder. E, mais importante, havia espaço para que eles se gestassem. Havia um ambiente internacional, mas também uma sociedade que se urbanizava e começava a pôr em xeque o excludente pacto oligárquico por meio da manifestação de pequenos grupos capazes de tornar públicas suas idéias e demandas. E as mulheres sem dúvida, faziam parte desse movimento, quer fossem da elite ou da classe operária (PINTO, 2003, p. 39).

Em meados dos anos 1960 e 70 dois grandes momentos marcam as características dos movimentos políticos no mundo. Nos EUA era vivido o pós guerra da Coreia do Norte e Vietnã, na Europa o enfraquecimento dos ideais socialistas/comunistas, e no Brasil um cenário completamente diferente, principalmente a partir do golpe empresarial-militar em 1964 que duraria 21 anos (PINTO, 2003).

Enquanto na Europa e EUA a efervescência política e renovação cultural acontecia, o Brasil vivia um contexto de ditadura militar, repressão, medo e morte. Ainda assim, aqui na virada da década de 70 surgiu e desenvolveu-se o feminismo brasileiro propriamente dito. As características dos movimentos feministas que estavam se desenvolvendo tinham total relação com ambos os cenários políticos e culturais dos dois hemisférios (PINTO, 2003).

Existiam muitos movimentos de mulheres entre as classes médias e populares e esses movimentos não se reivindicavam movimentos feministas necessariamente, eles não contestavam a condição de opressão dos homens sobre as mulheres, mas buscavam, a partir do próprio papel de donas de casa, mães e esposas agirem na vida pública e terem suas demandas ouvidas e atendidas. Alguns exemplos desses grupos eram os movimentos contra carestia, clubes de mães etc. Nos anos 40 e 50 mulheres de distintas classes sociais se encontravam na luta contra a carestia, principalmente, mulheres do Partido Comunista (PINTO, 2003).

Esse tipo de movimento de mulheres se mantém até os anos 70, também com o apoio das Comunidades Eclesiásticas de Base da Igreja Católica, principalmente os clubes de mães, e tinham maior adesão nos bairros periféricos onde as mulheres reivindicavam também a melhoria dos serviços dos postos de saúde, escolas, creches, etc. Esses movimentos não eram considerados feministas em sua gênese ou ambições pois, as mulheres que ali militavam, não o faziam por mudanças estruturais aos papéis de gênero a elas imposto pela sociedade (PINTO, 2003).

Porém, no decorrer dos anos 70, 80 e 90, essa quase resistência em se intitularem movimentos feministas, foi aos poucos diminuindo e gradativamente essas mulheres foram se aproximando dos movimentos que se reivindicavam, de fato, feministas. O feminismo brasileiro nasce e se desenvolve, segundo Celi Regina (2003) da grande contradição onde “ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês” (PINTO, 2003, p. 45). A grande maioria das feministas do início do movimento no Brasil estavam próximas da luta contra a ditadura. Muitas foram presas, sofreram perseguição ou mesmo foram exiladas (PINTO, 2003).

Outro fator importante para o desenvolvimento do feminismo no Brasil foi a reforma partidária que implementou em 1979 o multipartidarismo, fato esse que somado as eleições de 1982 deixou mais complexa a relação do feminismo com a política institucional, pois, colocava em cheque a unidade do movimento a partir do momento que as feministas passaram a se dividir também em partidos, inicialmente entre Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (PINTO, 2003). O feminismo brasileiro, assim como no resto do mundo não pode escapar do seguinte paradoxo:

Por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica. Principalmente nas lutas das mulheres e dos negros, a questão da desigualdade social é central (PINTO, 2003, p. 45).

Esse cenário costumou levar a dois caminhos diferentes: o mais comum de se encontrar nos partidos de esquerda, que geralmente minimizavam essas questões e o segundo cenário que

era a questão da desigualdade se fazendo presente dentro dos movimentos ao se reconhecer as particularidades que essa desigualdade gera para com mulheres negras, pobres ou, do outro lado, as mulheres da burguesia e/ou pequena burguesia. É a partir desse cenário que o feminismo brasileiro se faz entender, como “um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população” (PINTO, 2003, p. 46).

Nos anos 60 e 70, as mulheres que se propuseram a lutar, transgrediram a lógica do que era esperado e determinado como “feminino” e tudo que cabia dentro dessa designação. Após o golpe de 64 as mulheres pegaram em armas e participaram ativamente dos movimentos de guerrilha que lutavam contra a ditadura. A experiência da luta armada mudou a forma que aquelas jovens mulheres e homens se relacionavam (MORAES, 2012).

Do exílio se formaram famílias e também se afloraram as contradições dos gêneros, especialmente acerca dos trabalhos domésticos e dos cuidados com as crianças, as queixas das mulheres, nesse sentido, em muito se assemelhavam as das demais mulheres da sociedade. Porém, mesmo com o machismo que imperava no seio dos partidos comunistas, as mulheres que participaram da luta armada romperam com a forma anterior de luta e de se organizar em movimentos sociais que tinham o predomínio total dos homens (MORAES, 2012).

A partir do golpe militar de 1964, mais especificamente depois de 1968, o número de brasileiros exilados por conta da perseguição imposta pelo regime militar era enorme. O número de mulheres exiladas também era muito alto, tanto de militantes como de companheiras de homens que militavam em partidos de esquerda. A maioria dos exilados e exiladas foram para a Europa e, posteriormente, pro Chile de Salvador Allende. Num terceiro momento de exílios o principal destino dessas pessoas foi a França (PINTO, 2003).

Nos anos 70 o feminismo brasileiro foi se desenvolvendo no seio da esquerda militante. E a partir desse contato com o feminismo francês as mulheres brasileiras encontraram a inspiração necessária para formarem seu próprio movimento feminista. A primeira forma de organização das mulheres brasileiras em Paris começou em 1972, através da articulação encabeçada pela psicóloga Danda Prado. Compunham esse grupo latino-americanas de diversos países, o movimento foi intitulado de *Nosotras*, e funcionava como um espaço de debate e reflexão, um caráter de terapia em grupo que era comum nos círculos feministas da Europa.

Esse nome inspirou o nome do primeiro jornal feminista brasileiro em 1976 denominado Nós Mulheres (MORAES, 2012).

Em 1972, no Rio de Janeiro e em São Paulo começaram a surgir os primeiros grupos feministas, grupos estes que tinham como inspiração os feminismos do norte global. Esses grupos promoviam reflexões que reuniam mulheres de forma informal e tinham um caráter bem privado. Eram círculos de amizades e proximidade social, política e intelectual. Para fazer parte de um desses grupos era preciso receber um convite. É provável que entre os anos 70 e 80 tenham existido centenas de grupos desse tipo. Apesar de não mencionados aqui, a presença de outros grupos de mulheres organizadas politicamente fora do eixo RJ-SP nesse período era um fato, porém, a falta de registros específicos dos mesmos dificulta o processo de reconstituí-los com precisão (PINTO, 2003).

No final dos anos 1979 dois grandes acontecimentos influenciaram o desenvolvimento do movimento feminista brasileiro. Foram eles a anistia aos presos e exilados da ditadura e a reforma partidária. Muitas militantes da esquerda regressaram do exterior em um período de menos perseguições, mais liberdade e menos medo. O fim do bipartidarismo que vigorava até então foi responsável pela criação de novos espaços de manifestação política envolvendo as mulheres engajadas na luta política (PINTO, 2003).

A década de 1980 foi caracterizada por um feminismo mais institucionalizado, especialmente, por meio dos Conselhos da Condição da Mulher. Com a entrada de mais mulheres nas universidades o feminismo acadêmico também marca esse período, onde se destacaram as pesquisas acerca da saúde e violência contra a mulher. Outro processo que se destacou nessa época foi o recrutamento de mulheres para o Estado, muitas feministas acabaram se comprometendo com diferentes governos e perdendo sua autonomia (CISNE, 2015).

É importante destacar ainda a atividade frequente de financiadoras estrangeiras nos movimentos de mulheres e a crescente hegemonia norte-americana no movimento de mulheres no Brasil com relação ao estilo de militância. Dessa forma, o surgimento das ONGs foi a primeira etapa da institucionalização de vários grupos e propostas de trabalho, bem como o estabelecimento de agendas comuns. Inicialmente esse movimento era pautado pelos movimentos de mulheres e, progressivamente, foi sendo importada para o Brasil, através da agenda dessas organizações internacionais e seus financiamentos (MORAES, 2012).

Na década de 80 muitos avanços no âmbito do combate à violência contra as mulheres marcaram o desenvolvimento do movimento feminista brasileiro, delegacias especializadas,

serviços de atendimento às vítimas de violência específicos e programas de saúde das mulheres foram sendo criados em várias cidades. Essa característica do feminismo “profissionalizado” funcionou com uma nova fase daquele feminismo bem-comportado e encontrou muitas barreiras institucionais para atuar de forma mais autônoma com o Estado e organizações financiadoras das ONGs (CISNE, 2015).

Esse movimento aconteceu também no âmbito acadêmico/teórico e seu grande marco se deu pelos “estudos de gênero” que tiveram grande destaque social e visibilidade. No Brasil, esse marco se deu a partir da tradução do texto de Joan Scott: “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Esses estudos sofreram grande influência do pós-modernismo e tiveram um alcance enorme nas universidades e instituições públicas e privadas, sem contar o apoio massivo de instituições como Fundação Ford (CISNE, 2015).

Além da nova roupagem conservadora trazida pelas teorias pós-modernas, o movimento feminista passava por um momento de institucionalização também em contrapartida às lutas sociais autônomas, por conta de sua expansão pro campo das ONGs na década de 1990. Tanto nos âmbitos teórico e político o conservadorismo e o movimento de institucionalização do feminismo faziam parte de um mesmo processo (CISNE, 2015).

Após a tradução em 1991 do texto de Joan Scott os debates de gênero foram mais fortemente disseminados no Brasil. A tradução se tornou um marco teórico e contribuiu para uma nova etapa do feminismo brasileiro que visava, naquele momento, a conformação linguística bem como as ações políticas do movimento feminista europeu e norte americano institucionalizado. Segundo Cisne (2015), os financiadores desses movimentos tinham como objetivo pautar o debate e fomentar o conceito de “gênero” nas ONGs.

A pesquisadora defende que todo esse processo deixava nítido o poder dos financiadores dessas ONGs feministas com relação as pautas e rumo do movimento feminista institucionalizado. Poder de gerar quadros de liderança, fomentar debates, pautar as discussões e conceitos que lhes eram interessantes. Criava-se dessa forma um vínculo entre esses quadros feministas e os interesses dos seus financiadores em detrimento das reais demandas e dos interesses das mulheres da classe trabalhadora (CISNE, 2015).

Ao longo dos anos 2000 houve uma considerável redução no número de ONGs feministas, provavelmente por conta da saída das agências internacionais do território brasileiro e não pela tomada de consciência do movimento feminista da necessidade do resgate do feminismo advindo dos movimentos sociais de fato. Foi possível perceber análises mais críticas

no seio do movimento feminista e suas formas de organização. Alguns setores do movimento passaram a demonstrar a necessidade de retomar seu caráter de movimento social, sua autonomia e formas de se fazer combativo (CISNE, 2015).

Ao mesmo tempo é importante dizer que a relevância do feminismo marxista/socialista no Brasil se deu via receptividade que suas ideias tiveram nos movimentos sociais de maneira geral. Dessa maneira, as feministas marxistas atuavam nos clubes de mães, nos movimentos de base, entre outros espaços. Além dessa atuação “junto às bases populares”, na forma de dizer política naquela época, as feministas que militavam em São Paulo, Rio de Janeiro, e Recife lutavam também por questões como liberdades democráticas, anistia e fim do regime militar, por exemplo (MORAES, 2000).

Não somente, mas também a pauta da defesa do modelo “família” enquanto instituição universal e supra histórica dominava o ideário patriarcal combatido então por tais feministas. Era importante, também, para essa corrente do feminismo em desenvolvimento no país lutas como o direito ao trabalho, a emancipação econômica das mulheres e as desigualdades existentes em termos de postos de trabalho e salários. A pauta pelo salário igual para trabalhos iguais sempre foi, na esfera econômica, uma das primeiras reivindicações dessas feministas (MORAES, 2000).

É também na década de 80 que duas vitórias importantes são conquistadas, a anistia política e o retorno ao direito ao voto nas eleições de 1982, ambas em oposição à ditadura militar instaurada no país ainda àquela época. As feministas marxistas plantaram sementes que geraram raízes importantes, um legado à história do país como um todo, tais como questões relativas as creches, alterações na legislação, principalmente no tema da família, que posteriormente foram incorporadas na Constituição de 1988 (MORAES, 2000).

É essencial destacar, também, algumas contribuições de diversas teóricas ao longo da história. Todas as lutas e conquistas das feministas nos últimos mais de 50 anos geraram um maior acesso ao conhecimento, permitindo a entrada de diversas mulheres nas academias, nas universidades e na ciência institucional como um todo no desenvolvimento de novas problemáticas e abordagens (MORAES, 2000).

Nas décadas de 70 e 80, com o contexto de resistência à ditadura militar que feministas brasileiras, muitas exiladas em alguns países da Europa, retornam trazendo consigo influências de temas e teses do feminismo desenvolvido lá, com destaque para França e Itália. Portanto, são essas ideias, muito próximas das correntes marxistas e socialistas que marcam o feminismo

brasileiro e suas produções teóricas em tal contexto social, histórico, político e econômico (MORAES, 2000).

De maneira geral, é possível dizer que a relação entre feminismo e marxismo no Brasil parte de aspirações comuns e a luta por construção de outro sistema de relações sociais e humanas pautadas da igualdade substantiva e na verdadeira liberdade entre os sujeitos sociais. Nesse sentido, tal relação é fundamental no país ao enfrentamento das desigualdades sociais, na defesa da construção de um ordenamento social sem exploração e opressões (CISNE, 2018).

2.2 HELEIETH SAFFIOTTI E LÉLIA GONZALEZ: CONTRIBUIÇÕES AO FEMINISMO DO BRASIL

Na história dos feminismos no Brasil diversas autoras, de distintas perspectivas, trouxeram contribuições inegáveis. Todavia, acreditamos que duas autoras, em especial, já apontavam em suas análises para a necessidade de uma perspectiva de caráter unitário. Apesar de não utilizarem tal categoria, a construção da escrita e a utilização do método caminhavam nesse sentido.

Lélia Gonzalez e Heleieth Saffioti são apontadas na “Apresentação das tradutoras” da recente edição brasileira do livro de Vogel como autoras de muita relevância na constituição histórica do feminismo marxista brasileiro. Ambas por suas análises que apontam para o desenvolvimento de uma lógica unitária entre as categorias de raça, classe e gênero (CADUZ *et al.*, 2022).

Lélia Gonzalez (2020) é uma autora fundamental para compreendermos a situação das mulheres e do debate de opressões e exploração. A autora foi uma intelectual intérprete do Brasil e sua formação, explorou aspectos dos debates de gênero, raça e classe em suas análises, bem como aspectos da psicanálise a fim de explicar a os traços responsáveis pela psique social brasileira.

A autora nos aponta alguns aspectos fundantes da formação social brasileira, bem como seu desdobramento até os dias de hoje. A autora traz um aspecto importante e pouco mencionado para essa análise, a violência que as mulheres negras escravizadas sofriam por parte dos homens brancos tidos social e economicamente como seus senhores (proprietários). Além da exploração de seu trabalho, tinham seus corpos violentados por esses homens. Esse fato daria origem a criação do mito que afirma até hoje que o Brasil seria uma “democracia

racial”, mito esse cunhado por Gilberto Freyre, famoso historiador e sociólogo e sua teoria do “lusotropicalismo” (GONZALEZ, 2020).

Esse grande mito social traz como efeito a crença de que o racismo não existe mais em nosso país, desde a – falsa – abolição da escravatura, graças ao processo de miscigenação. Esse discurso é internalizado em nós brasileiros e brasileiras ainda crianças, o discurso do(a) brasileiro(a) como um ser “cordial”. Segundo a autora, esse discurso gerou e gera ainda muitos estereótipos difundidos em nosso “ethos” social acerca do povo negro: passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão etc. (GONZALEZ, 2020).

Lélia ainda vai trazer para análise outro aspecto central para pensarmos a formação social brasileira a partir do processo colonial: a mulher negra escravizada. Podemos compreender sua importância nesse período a partir, tanto como a trabalhadora do eito, como pela figura da mucama. Em ambas as funções lhe coube a tarefa de apoio moral para seu companheiro, filhos e irmãos também escravizados. As mulheres que trabalhavam no eito estimulavam seus companheiros a se rebelarem contra “seus senhores”. Enquanto a mucama ficava com a tarefa de manter os trabalhos na casa grande: lavar, passar, cozinhar, amamentar as crianças nascidas das mulheres brancas, além de sofrerem as violências sexuais do senhor branco (GONZALEZ, 2020).

Foi em função de seu trabalho como mucama que a mulher negra deu origem a figura emblemática de mãe preta, aquela que, de fato, durante a infância, cuidou e educou os filhos de seus senhores. Lélia destaca que a figura da mãe preta tem sido explorada pela ideologia predominante como um exemplo da harmonia racial, supostamente existente no Brasil. Essa figura mostra que há variações quanto a forma de resistência. Uma delas é a o que a autora vai chamar de “resistência passiva”. Através de sua história criou uma espécie de “romance familiar” muito importante na formação dos valores e crenças do povo brasileiro na perspectiva do mito da democracia racial (GONZALEZ, 2020).

Coube a mãe preta o que Lélia chamou de “africanização do português” falado no Brasil, o “pretuguês” e consequentemente a própria africanização da cultura brasileira. Levando em conta a teoria lacaniana que considera a linguagem como fator de humanização, Lélia constata que essa relação da figura da mãe preta e seu papel fundamental na propagação de muitos aspectos culturais de África, seja o grande fator responsável pelo fato de que a cultura brasileira seja eminentemente negra (GONZALEZ, 2020). Lélia, ao voltar seu olhar e sua análise a essa

figura tão importante e tão negligenciada por historiadores, sociólogos e demais pessoas que buscaram compreender a gênese da formação social de nosso país, conseguiu ir além da superficialidade dessa aparente cordialidade e suposta democracia racial.

A importância da mulher negra em nossa sociedade é explicitada quando feita uma análise materialista da história dessas mulheres, seja demonstrando seu papel de resistência e articulação estratégica nas tentativas de fuga ou rebeliões, seja através da perpetuação oral das muitas narrativas, cultura e linguagem africanas por mãe preta. O estudo desse tema ainda tem muito a ser desmistificado e trazido para um debate que se proponha honesto e crítico, justamente por revelar certos aspectos de nossa realidade cultural que muitos pesquisadores insistiram e ainda insistem em negligenciar (GONZALEZ, 2020).

Ao voltarmos nossa análise para a consolidação do capitalismo no Brasil o lugar da mulher negra na força de trabalho e nas relações raciais é marcado por um nível de opressão jamais experimentado por nenhum outro grupo social. Homens negros sofreram e sofrem a opressão racial e a opressão de classe, as mulheres brancas da classe trabalhadora sofreram e sofrem a opressão de classe. Porém, as práticas opressoras que recaem sobre as mulheres negras demarcam seu tentáculo triplo sobre estas. Na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil observar e concluir sobre o processo tríplice de discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e gênero), assim como seu lugar na força de trabalho (GONZALEZ, 2020).

A autora Heleieth Saffioti (2013; 2015) também traz algumas contribuições importantes para pensarmos o papel das mulheres na sociedade de classes, levando em conta aspectos históricos da formação social do Brasil. Toda essas contribuições foram feitas em um período em que quase nada era debatido ou escrito sobre as mulheres da classe trabalhadora no Brasil, no final da década de 1960.

Tanto Saffioti (2013; 2015) como Gonzalez (2020) buscaram fornecer uma análise da situação da mulher na sociedade e das opressões do sistema capitalista como um todo, a partir das especificidades históricas e sociais da constituição e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Outro ponto em comum é que nenhuma das autoras hierarquiza as formas de opressão em suas análises. Elas não somente não hierarquizam, como partem da totalidade social, também entendem que as opressões não podem ser analisadas de forma separada ou independente. Nesse sentido, ambas se aproximam de uma ideia de teoria unitária na medida

em que não concebem as distintas opressões como sistemas autônomos, independentes e/ou de funcionamentos próprios.

Dessa maneira, elas partem do concreto, das relações materiais, do modo de organização e funcionamento da sociedade brasileira que analisavam e como as mulheres, por exemplo, experienciam tais opressões. Suas análises também partem da ideia de apreensão do movimento histórico, ou seja, vão na raiz da formação social do Brasil e suas implicações pra sociedade tal qual ela se apresenta nos dias de hoje.

De acordo Saffioti (2013), o surgimento do capitalismo acontece, desde seu princípio, de forma desfavorável às mulheres. A partir da nova forma de organização social promovida pelo modo de produção capitalista, há a individualização da vida, das relações, dos sujeitos, e este processo colocou as mulheres em uma posição de desvantagem social. Essa desvantagem se deu por duas vias: uma a partir de uma subvalorização das mulheres e suas capacidades perante os homens através de muitos mitos e a outra com a marginalização das mulheres e seu deslocamento para sua marginalidade no sistema de produção à medida que as mesmas se desenvolviam.

Não apenas a força de trabalho de homens e mulheres é determinada de forma distinta em cada sociedade e sua estrutura como também o são nas sociedades pré-capitalistas, a força de trabalho das mulheres será determinada de forma distinta da dos homens. Esse processo se deu a fim de impor ao trabalho das mulheres um caráter de trabalho secundário e torná-las um contingente humano diretamente marginalizados das forças produtivas (SAFFIOTI, 2013).

No decorrer do desenvolvimento capitalista no Brasil esse processo de marginalização da força de trabalho feminino se deu tanto para as mulheres negras, quanto para as mulheres brancas periféricas, com as mulheres da classe dominante esse processo ocorreu de forma muito mais voltado para o âmbito ideológico via conservadorismo. Ideologicamente, as mulheres desenvolveram um tipo de personalidade capaz de ajustar-se às funções que, espera-se, que elas desempenhem em suas casas dentro dos papéis que lhes fora designado de esposas e mães. Vale ressaltar, também, que ainda nos próprios limites estruturais que o capitalismo possui, só cresce o número de mulheres que realizam exclusivamente atividades domésticas de forma não remuneradas (SAFFIOTI, 2013).

Outro elemento que não pode ser perdido de vista em relação a situação da mulher no mercado de trabalho na realidade brasileira, é o que Saffioti (2013) chama de uma “situação especial” do Brasil enquanto país periférico no sistema do capitalismo mundial. Situação essa

estrita e constantemente relacionada a uma importação de tecnologia visando o aumento do lucro e das taxas de mais-valia da classe dominante nacional e internacional.

É no final da década de 60 e início dos anos 70 que, no Brasil, Saffioti (2013) já identificava uma característica central na manutenção e reprodução do capital em sua totalidade: em todos os setores da sociedade as mulheres ocupam sempre postos mais mal remunerados de trabalho. Um desses postos de péssima ou nenhuma remuneração é o trabalho doméstico. E é justamente “[...] porque a mulher realiza o trabalho doméstico que o homem pode dedicar-se às tarefas diretamente produtivas” (SAFFIOTI, 2013, p. 500).

Porém o capital precisa lidar também com suas próprias contradições, uma a ser destacada nesse contexto é o fato de que o próprio sistema de produção não consegue absorver toda a força de trabalho potencial existente na sociedade, assim liberar as mulheres das funções historicamente desempenhadas por elas significa ampliar o número de pessoas disponíveis no mercado de trabalho como um todo, aumentando o desemprego e tornando a estrutura social como um todo muito mais exposta à crítica e observação (SAFFIOTI, 2013).

Assim, é condição estrutural do capital a manutenção da mulher ocupando lugares específicos e desempenhando funções e trabalhos específicos na estrutura social. Daí já é possível abstrair a ideia de que não há saída para transformação da situação da mulher e das opressões dentro da própria organização social do capitalismo. A saída é a organização coletiva para transformação radical desse sociometabolismo e a construção de um novo ordenamento social, político e econômico.

Dessa maneira, qualquer solução apontada para o problema da mulher nessa sociedade de classes precisa levar em consideração que o sistema impõe limites estruturais intransponíveis na transformação direta na realidade, formando e agravando as opressões da sociedade desde suas raízes (SAFFIOTI, 2013).

Portanto, para Saffioti (2013) a situação da mulher nessa sociedade de classes e seu caráter problemático não é um fenômeno transitório, mas deriva de focos permanentes de tensão social ocasionados por essa própria estrutura social. Fatores esses que dificultam diretamente, por exemplo, a própria ação prática das/dos cientistas sociais no processo de compreensão dessa sociedade.

É preciso dizer, também, que não só o gênero é estruturante da sociedade, da mesma maneira que classe e raça/etnia, assim como a ligação fundamental entre raça, classe e gênero. Pois são muito visíveis as diferenças materiais entre as formas de violência que atingem

brancos/as e negros/as, por exemplo, assim como homens e mulheres. Muitas vezes há uma preferência por parte dos movimentos e estudiosos/as na questão da classe social hierarquizando e as opressões presentes na sociedade (SAFFIOTI, 2015).

Saffioti (2015) defende assim a ideia do nó para a compreensão das especificidades históricas da sociedade brasileira, constituído por três contradições que formam algo distinto das determinações que o integram. Não se trata, portanto, de uma soma entre raça, gênero e classe, mas sim a capacidade de compreensão de uma realidade compósita resultante dessa fusão.

Um desafio do nó é o enfrentamento das questões colocadas por essa nova realidade, formada por essas subestruturas, orientadas por uma lógica contraditória, diferente das lógicas existentes que também regem cada contradição em separado. Mas não é que essas contradições atuem isoladas e livremente, elas conformam uma dinâmica especial que é própria do nó que se forma (SAFFIOTI, 2015). É nesse sentido, que podemos perceber o quanto a proposta teórico-metodológica defendida por Saffioti a partir da ideia do nó se aproxima de uma teoria unitária.

A metáfora do nó foi criada justamente com o fim de dar conta dessa realidade de fusão entre racismo, patriarcado e capitalismo. Entretanto a figura do nó não é somente uma metáfora, mas é, também, uma metáfora. Assim, de maneira geral, há uma estrutura de poder que reúne as ordens de gênero, raça/etnia e classe social ainda que as análises realizadas tendam sempre a separá-las (SAFFIOTI, 2015).

Portanto, Saffioti (2015) assim como Lélia Gonzalez (2020) está, a partir da realidade concreta da sociedade brasileira, das mulheres e das opressões nesse ordenamento social propondo uma análise unitária entre as diversas formas de opressão. Para discutir, por exemplo, a questão da mulher no Brasil é preciso levar necessariamente em consideração a experiência enquanto mulher, enquanto mulher racializada e enquanto mulher racializada trabalhadora, por exemplo. Vale ressaltar também, portanto, que ambas as autoras propuseram análises da condição das mulheres brasileiras, não a partir de opressões distintas que se conectam ou se cruzam, mas sim a partir da totalidade indissociável que conforma a realidade dessas mulheres.

A partir dos anos 50 no Brasil, ocorre um grande processo de modernização e desenvolvimento na indústria e nesse processo a mulher negra sofreu com o mesmo processo de exclusão e marginalização que os homens negros sofreram. Apesar de tentarem adentrar o crescente mercado de trabalho em outros setores como a indústria de alimento e roupas,

escritórios, bancos etc., as mulheres negras foram preteridas em relação as mulheres brancas e como essas atividades exigiam um nível de escolaridade que as mulheres negras não possuíam a discriminação por elas sofrida só aumentou: o contato com o público exigia “boa educação” e “boa aparência”, características que, de acordo com os parâmetros sociais racistas, as mulheres negras não dispunham (GONZALEZ, 2020).

Mesmo as mulheres negras que atingiam um nível maior de escolaridade, apesar de suas capacitações, continuaram a sofrer essa discriminação racial implacável. Excluídas da participação do desenvolvimento socioeconômico essas mulheres, assim como seus companheiros negros outrora, foram largadas a condição marginal desse processo: desemprego, trabalho ocasional, ocupação intermitente, trabalho doméstico etc. Tudo isso, obviamente, implicou em baixas condições de vida, de moradia, acesso a saúde, educação, entre outros (GONZALEZ, 2020).

Ser negra e mulher no Brasil era e ainda é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam num nível mais elevado de opressão (GONZALEZ, 2020). Sem muitas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho formal e promissor, como cargos de chefia, a mulher negra se via obrigada a se voltar para a precarização, jornadas triplas de trabalho, prestação de serviços domésticos mal remunerados, necessidade de deixar seus filhos muitas vezes sozinhos em casa para cuidarem dos filhos e das casas das mulheres brancas que encontraram seu espaço no mercado de trabalho formal.

É preciso, portanto, pensar em ferramentas teóricas que nos ajudem a compreender a condição da mulher negra nessa sociedade capitalista, ou ainda, pensar as opressões em sua totalidade a fim de não recairmos mais em análises superficiais ou mesmo análises racistas de nossas questões sócio-históricas. Ou seja, pensar o racismo e sexismo, por exemplo, presentes no processo de formação histórica da sociedade brasileira, como muito bem exposto nas análises das autoras acima, como elementos constitutivos do conjunto de opressões que operam na totalidade do sistema capitalista e suas diversas determinações nas relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos dessa sociedade.

2.3 FEMINISMO MATERIALISTA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Na busca da compreensão da importância da vertente/corrente do feminismo materialista e qual sua relação com as discussões propostas neste capítulo e neste trabalho, é

importante destacar alguns elementos centrais tanto a respeito do surgimento de tal vertente, assim como algumas características centrais que o tornam de grande relevância aos estudos feministas de maneira geral até os dias de hoje.

De início, é importante demarcar que o feminismo materialista tem tido muita relevância no Brasil desde as décadas de 1990, 2000 e 2010. Uma possibilidade de explicação para tal fato é a relevância do intercâmbio Brasil-França promovido por Helena Hirata (pesquisadora brasileira que reside há muitos anos na França), bem como porque aparece como base teórica, junto com a economia feminista, para vários movimentos sociais, especialmente de Via Campesina. Há também, o trabalho de divulgação e aproximação que Mirla Cisne realiza no interior do Serviço Social brasileiro entre feminismo materialista e feminismo marxista, tendo publicado livro relevante na coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, por exemplo.

Por outro lado, outro fator que pode ser compreendido como relevante para o êxito do feminismo materialista no Brasil é a tradição das ciências humanas no Brasil. As ciências sociais em específico sempre tiveram uma fortíssima conexão com a França, para além do âmbito do feminismo. A Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, se funda a partir de influências da tradição francesa, com a vinda de nomes tais como, Claude Lévi-Strauss e Michel Foucault.

Em primeiro lugar vale dizer que há uma compreensão das autoras principais envolvidas nesta perspectiva de que o feminismo é um movimento social e para tanto apresenta sempre sujeitos de revolta contra uma situação de opressão. Nesse caso, a situação das mulheres na sociedade e sua inserção enquanto sujeitos centrais desse movimento (CISNE, 2015).

É preciso acrescentar, também, que o feminismo materialista possui uma forte ligação com o engajamento político formado acerca da relação entre teoria e prática, guiado a um desvelar teórico e a busca pela superação das relações sociais de desiguais de raça, sexo e classe, ou da realidade em sua totalidade. Dessa maneira, as produções apontam para a ideia de que esse feminismo não pode ser restrito a questão da opressão às mulheres, precisaria assim alcançar todas as partes da realidade, os conhecimentos, não deixando de lado nenhum aspecto do mundo (CISNE, 2015).

O feminismo materialista, de maneira geral, pode ser considerado como uma das correntes mais importantes do feminismo francês. Algumas de suas principais expoentes foram Nicole-Claude Mathieu, Christine Delphy, Collete Guilaumin e Monique Wittig, que

participaram ainda na década de 70 da produção de panfletos, brochuras, revistas militantes, entre tantos outros materiais (ABREU, 2018).

Para essas autoras era preciso criar novas perspectivas teóricas capazes de conseguir analisar a opressão das mulheres a partir de novas bases, bases materiais, por isso a defesa de um feminismo materialista. Dentro da realidade francesa daquela época o texto intitulado “O inimigo principal” publicado por Christine Delphy em 1970 foi considerado o fundador dessas reflexões (ABREU, 2018).

Nesse sentido, a opressão feminina precisa ser compreendida a partir de uma análise material e dos antagonismos de classe. Partindo, por exemplo, do trabalho doméstico para identificar a posição que as mulheres ocupam nas relações de produção. Este trabalho, que majoritariamente é de responsabilidades exclusiva das mulheres e não remunerado constitui para essas autoras um sistema de exploração próprio, que é o patriarcado (ABREU, 2018).

Assim, o trabalho doméstico precisaria ser analisado não como produtor de valor, mas como forma de exploração de um excedente específico que é a base de formação de um modo de produção particular, o modo de produção patriarcal ou doméstico, que se distingue do modo de produção capitalista, mas coexiste com ele (ABREU, 2018).

É possível dizer, portanto, que o materialismo defendido por tais autoras se apresenta num primeiro momento como uma ferramenta na elaboração de uma análise da opressão que não seja naturalista, um caminho de afirmação de que não é a biologia e nem as funções reprodutivas que constituem a base da opressão as mulheres, perspectivas até então defendidas por outras correntes/vertentes feministas. A base da opressão às mulheres, para tanto, precisa ser buscado no trabalho doméstico como fundador de um antagonismo que não o capital-trabalho (ABREU, 2018).

É também nos anos 1970 que muitas autoras procuram fomentar o debate em torno de um “casamento entre feminismo e marxismo”. Assim diversas autoras no contexto anglo-saxão procuram oferecer novas análises a partir da perspectiva da esquerda. Essa relação com o marxismo por vezes se deu como interlocução e por vezes como crítica. Como, por exemplo, quando Delphy chega a dizer que o marxismo foi um inimigo principal para o movimento feminista (ABREU, 2018).

O materialismo proposto pelas feministas materialistas não pode ser confundido, portanto, com sinônimo de marxismo, embora algumas autoras tenham formações em tais bases. O materialismo apresentado nesse sentido é o de uma análise material que explica as

opressões, sem, contudo, identificar uma base com as relações de classe. É justamente nesse sentido que a definição de feminismo materialista começa também, posteriormente, a ser utilizada não só para essas ideias formuladas inicialmente, mas também para uma gama mais ampla de autoras que davam centralidade às relações sociais e se contrapunham, em alguma medida, as perspectivas pós-estruturalistas (ABREU, 2018).

Já nos anos 2000, toda essa produção materialista se torna um dos principais debates de todos os estudos de gênero na França. É também nesse período, entre os anos 1990 e 2000, que essa produção teórica ganha corpo enquanto uma corrente de pensamento estruturada com os contornos tais quais a gente vê nos dias de hoje. Nesse processo mais recente de estruturação surgem novas autoras como Anne-Marie Devreux e Danièle Kergoat, por exemplo, duas das principais expoentes do feminismo materialista atualmente (ABREU, 2018).

Toda essa discussão do feminismo materialista chega mais fortemente no Brasil, a partir de diversos textos traduzidos para o português, atingindo um público mais amplo num contexto de regressões e crises sociais no país. Portanto, num momento em que há descontentamentos, tanto nos espaços de militância quanto na pesquisa de maneira geral, o feminismo materialista encontra um ambiente fecundo para discussão e debate no Brasil (ABREU, 2018).

Ou seja, a partir de momentos de crise, questionamentos e acirramento da questão social, se faz necessária uma pesquisa capaz de analisar a realidade com base em seus aspectos materiais. Nesse sentido, o feminismo materialista foi importante, teve espaço e ganhou notoriedade no país tanto em diversos campos de luta e organização, quanto nas pesquisas, produções e debates acadêmicos de maneira geral.

Outro elemento importante que explica a grande presença dos debates feministas materialistas se dá justamente na apreensão da história do feminismo no Brasil. Como já acima apresentado, durante o período da ditadura militar no país, muitas mulheres foram obrigadas a se exilarem em outros países, como, por exemplo, a França. Durante esse período de exílio tais mulheres tiveram contato com as discussões e debates que estavam sendo propostos por parte de mulheres da esquerda desse país.

Assim, quando retornam ao Brasil, trazem consigo elementos desse debate e formulações importantes que influenciam diretamente as organizações e debates feministas, em grande número, a partir de então. Até os dias de hoje, essa perspectiva é muito presente em diversos espaços acadêmicos – especialmente no Serviço Social brasileiro de maneira geral –, partidos políticos, organizações e movimentos sociais, entre outros.

A contribuição ao debate feminista feita pelo feminismo materialista é inegável, adensou os debates acerca da categoria trabalho, divisão sexual do trabalho, patriarcado, capitalismo, opressões etc. Porém, é preciso estabelecer algumas diferenciações entre tal perspectiva e a proposta aqui defendida de uma teoria unitária. Entendemos que na análise material acerca das opressões não é possível concebermos o patriarcado enquanto um sistema autônomo, independente e supra histórico. Dessa maneira, a proposta da Teoria da Reprodução Social se difere das feministas materialistas ao compreender que a raiz da materialidade das opressões não reside num trabalho (doméstico) que gera um modo de produção específico e independente, nem na divisão sexual do trabalho. Para a TRS a raiz das opressões consiste na unidade orgânica contraditória entre a produção e reprodução social, bem como na centralidade de uma análise feita, necessariamente, a partir da categoria de totalidade social.

A partir desta breve análise da história dos feminismos no ocidente, no Brasil e as aproximações e distanciamentos do feminismo materialista é preciso compreender a relação entre esse contexto e o período antecessor e concomitante da recepção da TRS no país. Acreditamos que a construção do movimento feminista no Brasil possui relação direta com a conjuntura social, econômica e política.

3. BRASIL NO CONTEXTO DA RECEPÇÃO DA TRS: CRISE CAPITALISTA E CRISE DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Este capítulo tem por objetivo central realizar uma breve análise de conjuntura do contexto social, econômico e político do Brasil e sua influência na recepção da TRS no país. Para tanto, num primeiro momento será feito um resgate do contexto político dos governos federais entre os anos de 1994 até 2022. Buscaremos explicitar os pilares fundamentais das políticas econômicas de tais governos assim como seus processos de rupturas ou manutenção de tais políticas. Tal análise servirá para uma melhor compreensão dos desdobramentos da luta de classes no país, bem como os impactos das políticas econômicas na vida da classe trabalhadora.

Outro ponto de análise central deste capítulo se dará acerca do contexto de Junho de 2013 ou Jornadas de Junho, como ficou conhecido. Afinal, tal período deixou marcas complexas e profundas na história brasileira, na luta de classes e, conseqüentemente, na vida das mulheres. Ainda dentro desta análise, buscaremos relacionar o fenômeno da pós-política (FERNANDES, 2019) no Brasil que culminou em um enfoque moralista sobre a corrupção desencadeando na eleição de Jair Bolsonaro, representante da burguesia brasileira e responsável pelas políticas de austeridade e do genocídio pandêmico.

Nesse sentido, é preciso analisar a crise do capital a partir do lugar onde ela se materializa de diversas formas, inclusive na reprodução social, na reprodução da vida. A relação entre o capitalismo e a reprodução social é uma relação de contradição, como vista, por exemplo na medida em que, ao mesmo tempo em que o capital precisa do trabalho de reprodução para sua manutenção, ele o desvaloriza social e economicamente.

3.1 UMA BREVE ANÁLISE DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 1994 E 2022 E O QUE ELAS TINHAM EM COMUM

Para a realização desta breve análise das políticas macroeconômicas no Brasil, bem como o seu ponto em comum, entre os anos de 1994 e 2022, o recorte temporal aqui proposto demarca justamente o início do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), bem como os governos subsequentes de Lula (2003-2010), Dilma (2011-2016), interrompido por um golpe, Temer (2016-2018) e, por fim o governo Bolsonaro (2018-2022). O intuito dessa

análise é compreender a relação da política macroeconômica vivida ao longo desses anos com a recepção e o desenvolvimento da Teoria da Reprodução Social no Brasil.

Apesar dessa análise já ter sido realizada por outros autores e autoras como Perry Anderson (2020) em *Brasil à Parte* ou James Petras (2005) e *O Lulismo em Crise* de André Singer (2018), entre outros. Essa análise foi realizada, também de forma breve, na apresentação das tradutoras do livro de Lise Vogel (2022) que foi traduzido para o português. Propomos aqui buscar compreender alguns aspectos dessas análises da macroeconomia de outras formas, talvez de forma menos descritivas e buscando explicitar o que as políticas macroeconômicas desses governos tinham em comum.

Aqui pretendemos seguir em conformidade com a análise crítica de Moraes (2019) em seu capítulo no livro “Foi Golpe! O Brasil de 2016 em análise”, onde a autora buscou demonstrar que, apesar da continuidade acerca das políticas macroeconômicas entre os governos FHC, indo até o governo golpista de Temer, as distinções políticas se destacavam, fato esse que nos dá subsídios para compreender os fatores que nos levaram até a crise de reprodução social em que se deu a recepção da TRS no Brasil.

Ao analisarmos as continuidades e descontinuidades da macropolítica exercidas por esses governos fica nítido como ela foi benéfica à burguesia e prejudicial à classe trabalhadora, especialmente após o golpe sofrido por Dilma Rousseff em 2016. Porém, não é assim que as políticas econômicas costumam se mostrar. A macropolítica é central dentro de um governo, ela é capaz de ditar, de dar o tom da economia nacional. E uma das principais questões acerca da política econômica adotada por um governo é se ela deve ou não sofrer intervenções do Estado e, caso haja essa intervenção, definir se ela seria mais voltada a políticas liberais ou desenvolvimentista (MORAES, 2019).

Vale ressaltar que no Brasil, a partir do século XX, a participação do Estado na economia era muito ativa, dentro de uma perspectiva realmente desenvolvimentista. E no período que sucedeu a ditadura civil-militar (1964-1985) a economia do país estava marcada pela hiperinflação. A partir dos fracassos dos planos que tentavam frear a inflação dos preços o Plano Real (1994) foi lançado. O plano real deu início à empreitada do capital especulativo no país, fator que trouxe para a economia do país a marca do endividamento. Afinal, para reduzir os preços dos produtos a oferta era aumentada. A importação aumentou, o número de produtos externos no mercado interno foi fomentado nesse processo, a justificativa era a fomentação da modernização da indústria (MORAES, 2019).

Porém, para a compra de mercadorias, equipamentos e maquinário necessários para todo esse processo, era necessário moeda americana, que só foi conseguido através de privatizações e aumento das taxas básicas de juros (MORAES, 2019). É importante destacar que,

[...] diferentemente da inflação, que está, invariavelmente, conectada às oscilações do mercado, a taxa de juros é uma decisão política. As alterações nas taxas de juros, ou seja, juros altos, são condição para atrair os dólares necessários ao financiamento de curto prazo dos déficits em conta corrente. A abertura comercial e a centralidade que a dívida pública ganhou também inviabilizam um crescimento nacional autônomo em relação às crises internacionais (MORAES, 2019, p. 98).

E, se a taxa de juros é uma decisão política que, em termos práticos, inviabiliza a autonomia do crescimento nacional com relação às crises internacionais do capital e subjugando o país ao endividamento e subserviência internacional, a macroeconomia aqui vai mostrando seus traços de políticas neoliberais.

Apesar dos avanços inegáveis dos governos FHC, como a redução do analfabetismo, a hiperinflação controlada que inegavelmente foi benéfica às classes mais baixas da sociedade, a diminuição da taxa de mortalidade infantil, alguma redistribuição de terra, entre outros avanços nada espetaculares ou que chegassem a indicar uma mudança consubstancial na vida da classe trabalhadora. Apesar de todas as conquistas, a macroeconomia tocada nos governos FHC foi muito mais danosa do que positiva (ANDERSON, 2020).

A característica predominante da Presidência de Fernando Henrique foi seu neoliberalismo *light*, como diriam os brasileiros. Tratava-se, na realidade, do mesmo tipo de neoliberalismo que predominou na década de 1990 em todo o mundo capitalista desenvolvido, quando as doutrinas da terceira via ou do novo centro – implementadas por Clinton, Blair, Schroeder – procuram se distanciar ostensivamente das versões mais duras do neoliberalismo, inauguradas por Reagan e Thatcher na década anterior, mas na prática, deram continuidade ao programa original – por vezes inclusive o aprofundando, só que agora o associando a concessões sociais e a uma retórica mais branda (ANDERSON, 2020, p. 40-41).

Esse período trouxe consigo uma série de privatizações e medidas necessárias a um contexto de acumulação predominantemente financeira no país. E mesmo que o primeiro governo FHC (1995-1998) tenha atendido em partes boa parcela da classe trabalhadora brasileira com a estabilização da inflação e acesso ao consumo de produtos estrangeiros, esse governo ficou marcado pelas privatizações e arroxo do fomento de políticas sociais (MORAES, 2019). Esse período trouxe ainda como base a dinâmica básica de funcionamento do

neoliberalismo, que era a desregulamentação dos mercados e a privatização dos serviços ou das indústrias (ANDERSON, 2020).

Após 8 anos de governos FHC o balanço que se podia fazer era o de que não houve mudanças de fato nas políticas da macroeconomia. De manobras no congresso à sua habilidade para negociar, Fernando Henrique preferiu seguir pelo caminho do Plano Nacional de Desestatização, através de concessões de estradas e leilões de usinas por exemplo. Optou, assim, empregar de vez o tom neoliberal a economia do país (ANDERSON, 2020).

O governo seguinte, em 2002, foi de Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-metalúrgico vindo do ABC paulista, de uma família pobre e rural. “Lula personifica a experiência das dificuldades do povo e da luta social como nenhum outro governante no mundo” (ANDERSON, 2020, p. 51). Afinal de contas seu vínculo com as camadas mais baixas da classe trabalhadora o diferenciava por demais de seu predecessor e isso se materializou nos números expressivos que o elegeram, mais de 50 milhões de votos.

Porém, como de costume no jogo político burguês, com o perdão da expressão, “alegria de pobre dura pouco”. E a partir da “Carta ao Povo Brasileiro” a frustração de seus eleitores foi grande com o compromisso de Lula para com os credores internacionais, ao afirmar que honraria seu compromisso da dívida com eles. Lula não mediu esforços para manter sua promessa e chegou a fazer alianças com partidos de centro-direita para agradar a classe dominante e ao mercado (MOARES, 2019).

A política macroeconômica de Lula caminhava para o mesmo rumo de FHC, dando sequência inclusive ao Plano Nacional de Desestatização e abrindo mão inclusive de parte de algumas empresas estatais privatizadas no governo anterior. Porém, mesmo dando continuidade às políticas neoliberais, o governo petista contou com um cenário econômico internacional super favorável (MOARES, 2019). Esse fator naturalmente favorecia as articulações do governo, porém,

[...] a contínua conversão de dívida externa em dívida interna gerava forte custo fiscal, com juros altos. O superávit primário também foi ratificado. Tais posicionamentos políticos tiveram implicações diretas sobre os próximos governos do Partido dos Trabalhadores, quanto mais em cenário econômico internacional não mais favorável (MOARES, 2019, p. 98).

Outro fator crucial em seu impacto na vida da classe trabalhadora foi o avanço na Reforma da Previdência, tocada inicialmente pelo governo FHC, que Lula levou à cabo. Além

de outro fato que não pode ser esquecido: a necessidade de agradar ao FMI através do superávit primário maior que o necessário para se manter a economia caminhando (ANDERSON, 2020).

É fato que o crescimento econômico acelerado, o aumento contínuo do salário mínimo, políticas como o “fome Zero” e “Bolsa Família”, o crédito consignado e a ampla distribuição de renda foram políticas que beneficiaram diretamente a classe trabalhadora nos governos Lula, “o número de pobres caiu de 50 milhões para 30 milhões num intervalo de 6 anos, e o número de miseráveis foi reduzido pela metade” (ANDERSON, 2020, p. 62). Sem contar os avanços na educação, setor amplamente beneficiado pelo governo, o número de universitários dobrou, os Institutos Federais foram multiplicados, os avanços e conquistas na educação foi inédito na história do país. E para a classe proletária desse país isso foi, sim, um marco, que talvez tenha sido um dos fatores determinantes para o decorrer dos rumos da história, haja vista o ódio que a classe média e alta demonstrava a cada avanço, a cada turma de medicina que deixava de ser 100% composta por pessoas brancas, filhos da burguesia ou da classe média alta.

Sob os governos Lula, o Brasil se destacou positivamente perante o resto do mundo, tomou uma posição de prestígio e respeito nunca antes alcançados, se posicionou acerca de conflitos como o da Palestina, reconhecendo-o como Estado e enfurecendo os EUA. O Brasil se consagrou mundialmente com a realização da primeira cúpula dos BRIC⁴ em 2009 ao reunir as quatro potências – Brasil, Rússia, Índia e China – mundiais fora do eixo EUA-Europa. E posteriormente recebendo os chefes de Estado desses países no próprio Brasil (ANDERSON, 2020).

E assim o país se consolidou como potência global, ao final de seu segundo mandato sua popularidade era impressionante, resposta da população às melhorias materiais, bem como do orgulho de seu povo para com sua nação (ANDERSON, 2020). O Brasil estava no auge, na crista da onda se comparado a toda sua história, porém, nem todos esses avanços históricos, nem toda a sensação de progresso e dos avanços materiais eram capazes de mudar um fato: o fato de que as políticas macroeconômicas dos governos Lula foram políticas social-liberais (CASTELO, 2013), os bancos lucraram como nunca, a burguesia seguia defendendo seus interesses de classe à todo vapor e a cada pequeno passo que dava a classe trabalhadora, a cada direito conquistado, a burguesia conquistava muito mais, e ao primeiro sinal de pressão e

⁴ A sigla num primeiro momento – 2009 – (BRIC) se referente ao nome de 4 países que compunham originalmente o bloco: Brasil, Rússia, Índia e China. Sendo posteriormente – 2011 – acrescentado o “S” após a entrada da África do Sul (South Africa).

confronto gerados pelas políticas sociais que avançavam, a resposta da burguesia era forte e vinha, principalmente, através da mídia burguesa.

Os governos Lula foram generosos com o capital, o mercado de ações deixava isso muito nítido “[...] entre 2002 e 2010, a Bovespa superou todas as outras bolsas de valores do mundo, subindo vertiginosos 523%, ela agora representa o terceiro maior complexo de mercado de futuros, *commodities* e títulos do mundo” (ANDERSON, 2020, p. 72). Os gastos com a dívida pública também acompanhavam os lucros da burguesia, cresciam muito mais que os dispêndios com os programas sociais (ANDERSON, 2020).

Além de não ter promovido políticas visando uma reforma agrária, Lula deu prioridade para as demandas dos latifundiários e banqueiros (MORAES, 2019). O governo petista também deu prioridade às demandas dos empresários ao legalizar e fomentar as parcerias público-privadas (PPP – Lei 11.079/2004) (MORAES, 2019). E por mais que os programas de governo como o próprio Bolsa Família se tratassem de um marco nas condições materiais da classe trabalhadora, esses programas nunca se materializaram na macropolítica, ou seja, numa ruptura com o sistema vigente. Eram alguns anéis da burguesia se perdendo, para que não se perdessem os dedos.

O governo Dilma Rousseff que veio em seguida (2011-2016) não pegou um cenário tão favorável em seu início. Dilma não era o quadro que o PT idealizava suceder aos governos de Lula, porém, após a crise gerada pelos escândalos de corrupção envolvendo Palocci e Dirceu deixaram um vácuo favorável à então bem-sucedida ministra de Minas e Energia (ANDERSON, 2020). O governo de Dilma “se iniciou já sofrendo os impactos da crise financeira internacional de 2007-2008. Especialmente em 2014, ocorreu esgotamento das políticas de transferência de renda, de crédito para setores de mais baixa renda, de valorização do salário mínimo” (MORAES, 2019, p. 100).

Para além das políticas macroeconômicas idênticas as de seu predecessor, Dilma foi inegavelmente uma árdua defensora da soberania brasileira, principalmente acerca dos recursos naturais de petróleo da costa brasileira, tão cobiçados por Washington e o capital nacional (ANDERSON, 2020). Porém, o que se via na prática era a complacência total com o empresariado e com o próprio Estados Unidos. Ao também manter as taxas de juros nas alturas e frear o aumento do salário mínimo, Dilma foi dando o tom neoliberal de sua macropolítica. O comércio estava se vendo cada vez mais dependente do agronegócio e da mineração, áreas de maior concentração de capital nacional (ANDERSON, 2020)

Ainda no final de 2012 o governo de Dilma enfrentou os bancos e definiu a redução de juros para a taxa inédita de 2% no intuito de ter o setor produtivo como aliado, o que ela até conseguiu em certa medida, porém por muito pouco tempo (ANDERSON, 2020).

Enquanto grupo social, a maioria dos produtores passou a integrar uma classe média alta muito mais numerosa, com uma voz mais ativa e muito mais politizada do que a classe dos empresários propriamente dita, com uma capacidade ideológica e de comunicação muito maior na sociedade como um todo (ANDERSON, 2020, p. 95).

A hostilidade desse setor foi também adotada pelo setor da indústria para com o governo, e a partir desse cenário social, econômico e político de total descontentamento para com o governo Dilma, se iniciaram em Junho de 2013 uma série de manifestações e ações que durariam meses e ficariam conhecidas como Jornadas de Junho⁵. Manifestações essas diretamente relacionadas as políticas macroeconômicas que o país vinha adotando nos anos antecedentes, que marcaram a história do país e alteraram significativamente o contexto social, político e econômico do período.

Dilma não conseguiu manter seus índices de crescimento econômico por muito tempo, em 2014 a aprovação de seu governo era nula (ANDERSON, 2020) e Dilma afirmava que

[...] agora era imperativo cortar os gastos sociais, reduzir o crédito dos bancos públicos, leiloar propriedades do Estado e aumentar impostos para trazer o orçamento de volta ao superávit primário. O Banco Central logo aumentou sua taxa de juros para 14,25%. Com uma economia já estagnada, o efeito desse pacote pró-cíclico foi mergulhar o país numa recessão generalizada – houve queda nos investimentos, cortes salariais e a taxa de desemprego mais que dobrou (ANDERSON, 2020, p. 93).

No decorrer dos acontecimentos, nas eleições de 2014, Dilma, apesar dos pesares, consegue vencer seu principal adversário nas urnas, o então governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), com uma margem estreita de vantagem sobre o mesmo. Porém, já estava instaurado no país um clima de rivalidade entre Sul/Sudeste (onde Dilma teve maior rejeição) e o Nordeste (onde a presidenta teve uma vantagem de 72%) (ANDERSON, 2020).

Porém, as promessas feitas em sua campanha de que governaria para a classe trabalhadora não se sustentaram na materialidade concreta. Fato esse evidenciado quando

⁵ Vale destacar que o presente tópico visa apenas estabelecer um panorama das políticas macroeconômicas do Brasil no recorte de tempo estabelecido, assim como seus desdobramentos para a vida da classe trabalhadora e o contexto do país de maneira geral. No próximo tópico todo o processo envolvendo as Jornadas de Junho será apresentado, detalhadamente e será discutido com maior profundidade.

Guido Mantega foi substituído por Joaquim Levy como ministro da Fazenda, esse fator foi tão importante para a burguesia que a bolsa de valores de SP fechou com uma alta que não se via há 3 anos (MORAES, 2019). De 2015 em diante Dilma viu sua popularidade cair vertiginosamente. O PT, que sempre fora o partido com maiores índices de popularidade, se viu imerso na impopularidade (ANDERSON, 2020). Nos noticiários da mídia hegemônica burguesa se cumpria com excelência o papel ideológico⁶ que lhe cabia, de transmitir incessantemente ao povo os anseios da classe dominante para aquele momento.

Um enorme protesto, em 2015, que levou mais de 2 milhões de pessoas às ruas exigindo a saída de Dilma, fato esse que contribuiu para a derrocada de sua popularidade. E a partir daí o PSDB de Aécio Neves deu início aos trâmites que desembocariam no processo *impeachment* da presidenta. O lavajatismo estava instaurado, figuras como Sérgio Moro eram vistas como heróis da pátria pelos autointitulados patriotas que saíam às ruas exigindo a saída de Dilma do governo (ANDERSON, 2020).

A ofensiva da política macroeconômica neoliberal do final do governo Dilma tinha afastado o povo que um dia acreditou em suas promessas de reeleição pouco tempo atrás. O PT não tinha mais o povo ao seu lado. E assim, em 17 de abril, a Câmara dos Deputados na qual mais da metade dos membros enfrentava algum tipo de investigação criminal votou o *impeachment* da então presidenta eleita. Vale lembrar que o então deputado Jair Bolsonaro, ex-paraquedista expulso do exército, comemorou a vitória e a comparou ao momento da história em que os militares, em 1964, teriam salvo o país do comunismo, e dedicou seu voto ao torturador da ditadura Carlos Brilhante Ustra.

Vale ressaltar também a altivez, força e coragem de Dilma ao enfrentar todo o longo, vergonhoso, patético e misógino processo de votação de seu *impeachment*. Dilma deixou marcado na história que, apesar do golpe que sofria, sua história de luta, resistência e sua dignidade se mantinham intactas. Contudo, precisou amargar a derrota do momento e colher os frutos das escolhas políticas de seu governo somado aos interesses imperialistas estadunidense. Mais uma vez a história mostrava, com requintes de crueldade, que as políticas de austeridade e a política neoliberal, adotadas também pelos governos petistas, não dariam conta dos anseios da classe trabalhadora, muito menos seriam benéficas aos políticos/partidos que, minimamente,

⁶ Para um maior aprofundamento acerca do debate de ideologia consultar a obra “A questão da ideologia” de Konder (2020).

se propusessem a defender os interesses da classe trabalhadora, mesmo que dentro da lógica do sistema capitalista.

Consolidados os tramites legais do *impeachment*, o vice de Dilma entra em cena, Michel Temer, um veterano do PMDB, era o mais novo presidente interino da república do Brasil. Temer, a partir de sua posse, forma um governo de coalisão entre PMDB, PSDB e PP majoritariamente, além de outros partidos menores (ANDERSON, 2020). O governo de Temer representava nesse momento uma importante vitória da classe dominante, a partir do momento que deixou claro que daria continuidade às políticas neoliberais dos governos anteriores, porém, com maior celeridade e sem a parte de mesclar tais políticas com promessas de políticas sociais que atendessem a classe trabalhadora. O tom de sua gestão era claro, cristalino: política macroeconômica neoliberal, superexploração⁷ da classe trabalhadora, processos de privatizações a todo vapor, reforma da previdência, reforma trabalhista e indicadores econômicos favoráveis ao mercado financeiro. E a partir das coalizões realizadas, ficou muito mais fácil alcançar tais objetivos (ANDERSON, 2020).

A primeira e principal grande medida de Temer foi a proposta de Emenda Constitucional 241 (PEC 241), que se concretizaria como Emenda Constitucional 95 (EC 95) em 2016, medida essa que menos de 2 anos depois de sua implementação já seria sentida na materialidade da vida da classe trabalhadora (MORAES, 2019). Essa EC delimitava

[...] um teto de gastos para a despesa primária, ou seja, a todo investimento e gasto público em educação, saúde, assistência, pagamento de salários e aposentadoria dos servidores públicos, infraestrutura e obras públicas, ciência e tecnologia públicas, cultura, programas sociais, ou seja, a todo orçamento necessário para a classe trabalhadora seja atendida em suas necessidades básicas. Porém não há teto de gastos para juros e amortização da dívida pública (MORAES, 2019, p. 108).

Tal medida foi o segundo golpe deferido por Michel Temer a população brasileira. Se a situação era desfavorável a classe trabalhadora com as políticas de austeridade de Dilma, agora a situação se mostrava ainda pior, as crises do sistema capitalista se faziam cada vez mais visíveis: desigualdade social e o ônus dessas crises sobre os ombros da classe trabalhadora. O governo Temer atestava que o pilar macroeconômico neoliberal se manteria reforçando a

⁷ Vale ressaltar que o conceito de “superexploração” utilizado por Anderson (2020) não se refere a categoria utilizada e conceituada por Ruy Mauro Marini e as discussões da Teoria Marxista da Dependência (TMD). No caso em questão o autor lança mão do conceito no sentido de denotar um processo de exacerbada exploração da classe trabalhadora no país.

importância do capital fictício e dos processos de financeirização na economia nacional (MOARES, 2019).

Temer aprovou sua primeira reforma em 2017, a reforma do ensino médio e apesar de toda resistência e luta dos estudantes, principalmente dos secundaristas, através de ocupações em milhares de escolas pelo país e das manifestações que tomaram as ruas (MORAES, 2019). Os interesses dos empresários do ramo da educação estavam acima de qualquer coisa. Grupos como a Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Fundação Itaú, Instituto Ayrton Senna e grupos empresariais-financeiros como Kroton e Estácio, entre outros, estavam tendo seus interesses atendidos em detrimento do sucateamento das universidades públicas (ANTUNES, 2018).

Outra reforma que representava mais uma enorme derrota da classe trabalhadora e vitória da classe dominante, engendrada por Temer, foi a Reforma Trabalhista, que alterou em mais de 100 dispositivos da CLT, atendendo aos interesses, sobretudo, da Confederação Nacional da Indústria. Além da criação da modalidade de trabalho intermitente, que deixou de pagar os salários por jornadas e passa a pagar por horas de serviço, deixando os trabalhadores e trabalhadoras com a grande possibilidade de receberem menos que um salário mínimo no fim do mês. Tal reforma fomentou a fragilização dos sindicatos, gerou situações de trabalho insalubres, generalização da terceirização entre muitos outros retrocessos para a classe trabalhadora (MORAES, 2019).

As políticas tocadas por Temer aceleraram os “[...] processos de concentração de capital, garantido pelo caráter ainda mais predatório e devastador da extração e apropriação da natureza, pelo assolamento de direitos sociais, pelo sucateamento dos serviços públicos essenciais e o avanço da militarização para todos os setores da vida” (CADUZ *et al*, 2022, p. 28). Tais políticas abriram caminho e formaram a base para o cenário nefasto que estava por vir. A partir do golpe jurídico-parlamentar-midiático, em seus dois anos de duração, foi sendo semeado em terreno fértil as ideias da extrema direita – principalmente através das redes sociais e pela disseminação das *fake news* – e uma espécie de neofascismo que germinariam no governo porvir.

Em todo o mundo era possível se observar um giro neoliberal para uma fase de maior acirramento da exploração da classe trabalhadora, bem como a ascensão de governos comprometidos com esse neoliberalismo mais agressivo do que nunca. O reacionarismo estava em alta em boa parte do mundo, em lugares como França, nos EUA, na Argentina etc. No Brasil a figura que representaria tais interesses da classe dominante era Jair Messias Bolsonaro – a

mesma figura nefasta que comemorou o *impeachment* de Dilma saldando um torturador e estuprador da ditadura de 1964 – apesar de não ter sido a primeira escolha da burguesia e de se tratar de uma figura tosca até mesmo para essa burguesia brasileira – que por si só possui seus traços toscos de uma burguesia extremamente racista, típica de burguesias de países de capitalismo dependente e todas as contradições que daí decorrem e com sua própria espécie de síndrome de vira-lata, que mantém sua cabeça baixa para os comandos da burguesia do Norte Global.

O governo Bolsonaro (2018-2022) foi um governo extremamente complexo de se analisar. Muitos aspectos importantes foram determinantes para a vitória de Bolsonaro nas urnas em 2017, como por exemplo a ascensão da extrema direita no Brasil, as intervenções imperialistas dos EUA na política interna brasileira, diretamente ligadas ao golpe sofrido por Dilma, a grande e complexa questão do papel das mídias sociais nas eleições – tanto nos EUA com Donald Trump como aqui no Brasil com Bolsonaro – entre tantos outros complexos fatores, externos e internos. Porém, nos atentaremos brevemente aqui aos mesmos aspectos dos governos analisados anteriormente, as características de sua política macroeconômica. Podemos citar algumas questões e características centrais dessa política, que se materializou

[...] sob a insígnia ‘liberal na economia e conservador nos costumes’, aprofundou e acelerou ainda mais os retrocessos em curso, realizou cortes orçamentários em saúde e educação públicas, reajuste do salário-mínimo abaixo do valor previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), reformas na previdência e na legislação trabalhista, desapropriações, criminalizou os movimentos sociais e a sua militância, incentivou o porte e o uso de armas, intensificou a violência no campo e a violência policial, multiplicou massacres e chacinas principalmente contra a população jovem, negra e periférica, perseguiu e retirou direitos dos povos originários e realizou crimes ambientais que avançaram na destruição do Cerrado, da Amazônia e do Pantanal. Suas expressões declaradas de extrema-direita, sexismo, misoginia, racismo, xenofobia e LGBTQfobia, tanto por parte do presidente como de representantes de seu governo, são apenas alguns exemplos de como a realidade (neo)conservadora e reacionária vem detonando um novo cenário de acirramento das contradições já existentes, e que coloca em xeque a própria possibilidade de continuidade da existência da espécie humana e de muitas não humanas (CADUZ *et al*, 2022, p. 28)

O governo Bolsonaro, além de seguir as políticas neoliberais de seu antecessor, avançou agressivamente em todos os aspectos possíveis e imagináveis. Todos esses elementos citados acima compõem o que entendemos por crise da reprodução. Essa crise se trata de uma das muitas faces da crise capitalista que escancara, por fim, as necessidades de manutenção da vida da classe trabalhadora da qual o sistema em si necessita para sobreviver (CADUZ *et al*, 2022).

É vital a compreensão de que todos os aspectos das políticas tocadas por Bolsonaro só

fazem escancarar as faces da crise de reprodução. O sistema do capital financeiro não estava mais disposto a conciliações e não fazia a menor questão de mascarar isso. A classe trabalhadora sentiu e ainda sente na pele os efeitos dessa ofensiva capitalista. E não por acaso, como fruto também da ofensiva capitalista em busca incessante pelo lucro e contra o meio ambiente que eclodiu um dos piores capítulos da humanidade e seus efeitos, a crise sanitária e pandêmica da Covid 19.

Muitos caminhos poderiam ser adotados aqui para uma análise do Governo Bolsonaro, haja vista que esse governo deixou marcas cruéis na vida da classe trabalhadora. Porém, acreditamos ser de suma importância para o debate aqui proposto ressaltar o aspecto da crise sanitária da Covid-19 como uma espécie de síntese da crise da reprodução social, sendo que a forma como esse governo lidou com essa crise, expressa materialmente a contradição capital-vida.

A inter-relação entre a crise do capital e a crise do Covid-19 gerou consequências profundas em nossa sociedade, especialmente para a classe que depende de seu trabalho para sobreviver. Os níveis de mortalidade globais eram assustadores, esse nível no Brasil se fez especialmente estarrecedor. Além disso os níveis de empobrecimento e miserabilidade da classe trabalhadora também cresceram vertiginosamente (ANTUNES, 2020). Vivemos uma crise sanitária sem precedentes, e a classe que mais sofreria as consequências das políticas neofacistas do governo Bolsonaro – que optou deliberadamente pela defesa dos lucros em detrimento das vidas – seria a classe trabalhadora, especialmente as mulheres, e no Brasil, as mulheres negras.

Se antes da pandemia a classe trabalhadora brasileira já experienciava as condições precárias de trabalho, economia recessiva, altos índices de desemprego, depois dela a situação se agravou severamente. A uberização e sua nova modalidade de trabalho online que defendia a ideia de que os trabalhadores e trabalhadoras precarizados seriam “empreendedores” e seus próprios patrões eram uma cruel realidade (ANTUNES, 2020). E nesse cenário de caos sanitário, mais crise capitalista sem precedentes, o Brasil se viu guiado por um genocida que dizia que a pandemia de proporções mundiais não passava de “uma gripezinha”. E assim Bolsonaro deu o tom do que estaria por vir pelos próximos 3 anos: total desprezo e descaso pela vida da classe trabalhadora, e a prevalência máxima da defesa do lucro da burguesia e do empresariado.

Uma das grandes contradições desse período atingia a totalidade da classe trabalhadora: era preciso haver um isolamento social e que todos, todas e todes ficassem em casa, porém, não eram todos, todas e todes que tinham casa para se isolar e se proteger do Coronavírus. Além disso, a segunda parte dessa contradição estava no fato de que, era preciso ficar em casa para se proteger, mas a decisão política do governo foi de defender os interesses dos empresários, alegando que “a economia não podia parar”, assim, trabalhadores que dependiam de seus salários para viver eram obrigados a ir trabalhar, correndo o risco de serem demitidos caso não o fizessem. Os trabalhadores e trabalhadoras autônomos, que dependem exclusivamente do trabalho que executam no dia para receberem seu sustento e não possuem nenhuma seguridade social, esses estavam relegados a própria sorte e foram muito mais expostos à contaminação durante toda a pandemia (ANTUNES, 2020).

O trabalho de reprodução social, executado majoritariamente por mulheres, de forma gratuita, durante esse período sintetizava as crises que o Brasil enfrentaria no período pandêmico e pelos anos seguintes. Uma crise política tendo como chefe de Estado um presidente que por diversas vezes proferiu falas misóginas e racistas, uma crise sanitária que colocava no fronte da batalha os profissionais da saúde, principalmente as enfermeiras, e a crise de reprodução social em sua dimensão doméstica do cuidado (com a casa, filhos, companheiros, parentes idosos etc.). E ainda a crise em sua dimensão econômica que assolava o país (índices de desemprego nas alturas, uberização, plataformização, contrarreforma trabalhista etc.), todas essas crises eram sentidas, primeiramente, pelas mulheres negras da sociedade.

Como deixou nítido o emblemático caso da trabalhadora doméstica – classe composta por 68% de mulheres negras (ANTUNES, 2020) – Cleonice Ribeiro que contraiu o Coronavírus de sua patroa, que voltou de uma viagem internacional doente. Cleonice foi obrigada a trabalhar naquele mesmo período do #FicaEmCasa, para ela não existia essa opção, ou trabalha e se expõe aos riscos ou é demitida e fica sem o sustento de sua família. A patroa se tratou da doença em um hospital particular renomado e voltou sã e salva para sua casa, Cleonice faleceu por Covid-19, ou podemos dizer, faleceu por uma política de morte, que escolheu deliberadamente o lucro à vida.

O Brasil governado por Bolsonaro foi e é um fenômeno que requer análises cuidadosas, pelo altíssimo nível de complexidade. Até porque o bolsonarismo ainda segue vivo. Muitos aspectos demandam uma análise minuciosa, como a ascensão da extrema direita, a militarização do governo, a política genocida adotada para tratar a pandemia de covid-19, o papel das mídias

sociais e sua eficácia na produção da popularidade de Bolsonaro, os índices econômicos desastrosos que pouco abalaram sua imagem, muito menos foram capazes de gerar um processo de *impeachment*, sua relação com a burguesia brasileira, entre tantos outros aspectos desses longos quatro anos de governo. Muito provavelmente tenhamos retrocedido uns quarenta anos em quatro, em matéria de direitos sociais, avanços na área da educação e saúde, e também de prestígio e relevância internacional etc.

Porém, o que ficou nítido de sua política macroeconômica neoliberal radicalizada foi o cenário de terra arrasada. A classe trabalhadora sentiu o baque e a violência dessa política com a volta da inflação, os preços dos alimentos nas alturas, os índices de fome e insegurança alimentar também nas alturas, a miséria, a pobreza e a desigualdade social atingiram níveis assustadores. O Ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, um ex-banqueiro produzido pelo que há de pior do liberalismo na Escola de Chicago, cumpriu suas promessas de tirar as empregadas domésticas – e a classe trabalhadora em sua totalidade – dos aeroportos. O Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles cumpriu com louvor, diga-se de passagem, sua promessa de “passar a boiada”, os níveis de desmatamento na Amazonia também eram estarrecedores, o agronegócio lucrou e se fortaleceu como nunca. Os ministros da saúde que mal paravam no cargo por tamanha incompetência deixaram o Brasil com uma das maiores taxas de mortalidade pelo coronavírus, pela política genocida que adotavam.

Dessa maneira, as políticas macroeconômicas adotadas durante o governo Bolsonaro representam ao mesmo tempo, uma continuação e aprofundamento de políticas iniciadas durante o governo golpista de Michel Temer. Um ataque severo à classe trabalhadora, suas condições de vida, às mulheres, negros e negras, população LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, entre tantos outros grupos da sociedade. O governo Bolsonaro, e a crise sanitária global envolvendo a Covid-19 expuseram as diversas faces da crise de reprodução social que a sociedade capitalista vive, assim como o movimento de reação da população frente as consequências dessa crise.

Portanto, o objetivo do presente tópico foi apresentar elementos centrais de políticas macroeconômicas dos governos FHC até Bolsonaro, destacando suas continuidades e descontinuidades e sua principal característica comum: em maior ou menor medida, todos governos de características neoliberais.

3.2 UM OLHAR SOBRE AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E SEUS DESDOBRAMENTOS

As Jornadas de Junho de 2013 e seus desdobramentos, assim como importantes atos e acontecimentos marcam todo esse contexto no país que circunda e se relaciona diretamente com a recepção e consequente desenvolvimento e discussão da Teoria da Reprodução Social no Brasil. Vale destacar também que os desdobramentos e acontecimentos posteriores a Junho de 2013 possuem importantes implicações na realidade social, econômica e política, a se dizer, por exemplo, a Marcha das Vadias, o movimento #EleNão, assim como o posterior avanço do conservadorismo que culmina na eleição de Jair Bolsonaro para presidência do Brasil.

A partir desta breve análise das políticas macroeconômicas do Brasil, é possível termos substratos que auxiliem uma análise acerca dos eventos que entraram para a história do país, que ficaram conhecidos como as “Jornadas de Junho de 2013”. Essa série de manifestações completou recentemente 10 anos, pouco tempo no decorrer da história do país, porém, tempo suficiente para uma compreensão menos acalorada pelo momento em si, e mais sedimentada pelo guiar da história das lutas que seguiram dali. Pretendemos aqui lançar um olhar acerca das Jornadas de Junho, seus desdobramentos e sua relação com a recepção da Teoria da Reprodução Social no Brasil, identificando assim a conjuntura social, econômica e política que motivaram esse levante popular cheio de contradições e possibilidades diversas de interpretações (a depender da perspectiva teórico-política que o esteja analisando).

É possível começar essa análise justamente pelo olhar da então presidenta no período que tal evento aconteceu. De acordo com Dilma Rousseff, dois grandes blocos se formaram para disputar as vozes insurgentes das ruas e o destino do país. De um lado estariam as “frações hegemônicas das elites internas e de seus sócios internacionais” com interesses em uma agenda de reformas liberais, com o propósito de pôr em prática privatizações, desregulamentações, cortes de direitos, controle dos fundos públicos, subordinação aos países de capitalismo central, entre outras muitas medidas de austeridade. Do outro lado estariam, segundo Dilma, os governos petistas que, desde 2003 seriam responsáveis por um processo de mudança do modelo econômico (ROUSSEFF, 2023)

Dilma segue sua análise apontando que o campo conservador em Junho de 2013, pôde contar com meios de comunicação superiores, recursos financeiros e contatos internacionais engajados em seus interesses. E que sendo assim, tiveram maior vantagem na disputa das

massas. Dilma chega a apontar o problema do baixo grau de educação política das massas, bem como baixa capacidade organizativa e de mobilização (ROUSSEFF, 2023). Porém, a presidenta, segue a tendência petista de se mostrar incapaz de realizar uma autocrítica em nome desses governos petistas desde 2003 (não que coubesse apenas a ela tal tarefa, mas é preciso começar por alguém), insiste em permanecer na superficialidade das aparências dos desdobramentos da política conciliadora desses governos. Não se aprofunda na compreensão do motivo da falta de organização, educação política e capacidade organizativa das massas.

Mais adiante em sua análise Dilma aponta para o aparente grande tendão de Aquiles dos governos petistas: a desfavorável correlação de forças, a essa questão neste mesmo livro Vladimir Safatle nos proporcionou uma excelente resposta que tomarei emprestada mais adiante. À análise dual de Dilma entre “eles” e “nós” também cabem muitas ressalvas e apontamentos, mas acreditamos que muitos deles já tenham sido sanados no tópico anterior deste capítulo. Outro ponto trazido por Dilma que, ao nosso ver ainda precisa ser destacado, é a ligação quase que direta de causa e efeito entre a insatisfação das massas nas ruas e a então ascensão de uma extrema direita. Porém, atenhamo-nos nesse momento a falta de uma análise embasada em uma metodologia que dê conta, de fato, da materialidade concreta da história dos governos petistas, seu afastamento de seu caráter ideológico, suas coalisões, seus embates, e tendências.

Tudo isso precisa ser levado em consideração também ao se analisar os desdobramentos das Jornadas de Junho. Afinal de contas, tais eventos ocorreram juntamente no decorrer de três governos presidenciais petistas. O que teria acontecido que teria tirado a popularidade de Dilma de 57% de bom e ótimo para 30%? Pergunta levantada por Singer (2018).

Os pontos levantados por Dilma nos servem de base para adentrarmos em uma análise mais aprofundada, para além das aparências das Jornadas de Junho e seus desdobramentos (tendo em vista que, obviamente, o intuito de Dilma não era esse). Para tanto, não podemos perder a capacidade de analisar a história a contrapelo, como bem nos orienta Walter Benjamin (1987). Processo esse que traz a dialética marxista em si e que nos dificulta seguir por análises sedutoras, porém certamente prejudiciais aos interesses da classe trabalhadora.

As Jornadas de Junho de 2013 marcaram a história política, econômica e social do país. Não apenas pelas proporções de seus eventos, mas pela sua complexidade de análise e desdobramentos (ALTMAN, 2023). As jornadas explicitaram a movimentação das classes sociais a partir das eleições de 2002 do então presidente Luiz Inácio da Silva. O Brasil, no

período das Jornadas, vivia praticamente uma década de expansão da economia e políticas de distribuição de renda, além da redução da pobreza absoluta e da pobreza em geral (ALTMAN, 2023). Logo, não fazia sentido atribuir aos últimos governos petistas, exclusivamente, o levante histórico que estava em curso. Faz mais sentido analisarmos, a partir do decorrer dos eventos, quem foram os sujeitos que compuseram tais eventos, e principalmente, o porquê.

Sendo assim, através de uma análise materialista e dialética da história, é possível notar que a partir de um aprofundamento acerca das relações entre capitalismo e Estado, as políticas sociais têm um papel importante ao mediar os interesses da burguesia e os da classe trabalhadora. Seja o papel de apaziguar esse conflito que por sua gênese se trata de um conflito irremediável, seja através do corte de tais políticas (SANTOS; MIANI, 2023). Não obstante, os protestos de junho de 2013 trouxeram à tona uma crise de representatividade no campo político nacional, e de acordo com Sabrina Fernandes (2019), é o fato dessa crise ser um sintoma de um problema maior que reside a importância de analisarmos atentamente as Jornadas de junho e seus desdobramentos.

As crises políticas e econômicas são sempre marcadas por altos índices de desigualdade social (SANTOS; MIANI, 2023). A classe trabalhadora nesse cenário, a partir de retrocessos de seus direitos, como leis trabalhistas e arrocho de políticas sociais, é a primeira a sentir os efeitos de tais crises. As respostas da precarização da vida da classe trabalhadora se dão primeiramente em seu cotidiano, na materialidade de suas vidas, e não por acaso, em um dos aspectos basilares desse cotidiano: o preço da passagem. No caso, no aumento de seu preço.

E foi justamente a partir desse “pequeno” reflexo da precarização das condições materiais de reprodução da classe trabalhadora que se deu o estopim responsável por essa importante mobilização social. No dia 02 de junho de 2013 em São Paulo, o então prefeito Fernando Haddad (PT) e o governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciaram o aumento da passagem de ônibus, trem e metrô de 20 centavos (MORAES, 2019).

A primeira manifestação contrária a esse aumento das tarifas realizada pelo Movimento Passe Livre (MPL) foi no dia 06 de junho e teve pouco mais que 3 mil pessoas, principalmente jovens, militantes do Movimento Estudantil (ME) e partidos de esquerda. Um dos grandes fatores que marcaram esse evento e que foi responsável por uma série de desdobramentos foi a intensa repressão da polícia para com os manifestantes. A repressão policial não fez cessar os protestos, pelo contrário, por conta dela houve mais adesão aos protestos que foram se seguindo dali em diante. No dia 13 de junho houve o maior episódio de repressão por parte da polícia,

repressão tão violenta que culminou em um jornalista perdendo a visão de um dos olhos após ser atingido por uma bala de borracha, além de outra jornalista da Folha de São Paulo que também foi atingida no olho (MORAES, 2019).

Mediante a essa intensa repressão das manifestações por parte do Estado, a juventude se utilizava de táticas *black bloc*, grupos autônomos de autodefesa que tendem a se organizar em linhas que batem de frente com a violência policial e proteger os manifestantes que estão na retaguarda (MORAES, 2019). A mídia hegemônica burguesa a essa altura se posicionava como esperado: manchetes conservadoras, pouco salientavam a violência policial e muito julgavam e davam ênfase às reações desses grupos de autodefesa dos manifestantes. Todavia, a partir desses episódios onde a própria mídia burguesa passava a sentir na pele a repressão policial, passou a haver uma narrativa midiática acerca dessa repressão desproporcional e violenta por parte da polícia.

Nos protestos que sucederam no dia 17 de junho foi possível notar o surgimento de pessoas utilizando a camisa da seleção brasileira e um discurso genérico contra a corrupção. A partir daí o mote “não é só por 20 centavos” levantado pelos manifestantes do MPL e demais organizações de esquerda davam lugar ao mote “contra corrupção” e “sem violência” (esse último mote passou a ser utilizado não mais se referindo à violência policial, mas às reações dos grupos que utilizavam a tática *black bloc* foram sendo taxados de grupos “violentos” e “baderneiros”. Foi se criando a narrativa dos manifestantes de esquerda como esses grupos violentos e desordeiros e os manifestantes de camisa verde e amarela os bons manifestantes, cidadãos de bem, apartidários, patriotas etc. (MORAES, 2019).

Esse grupo, que fazia questão de se distinguir na multidão com seus trajes verde e amarelo, através de pesquisas realizadas pelo IBGE posteriormente, pode ser classificado como pertencentes aos setores da classe média, principalmente em SP, onde se deu o estopim inicial. Curiosamente, essa mesma classe média foi uma das classes mais beneficiadas pelos governos petistas (ALTMAN, 2023). Quando essa camada passa a compor blocos estratégicos nos atos, inicialmente de forma até espontânea “começou a se formar um ambiente inédito na história do país, com distintas correntes político-ideológicas confluindo para disputar narrativas no interior dos mesmos locais de ação” (ALTMAN, 2023, p. 89).

Tanto grupos de direita como de esquerda buscavam analisar as formas que os atos iam tomando dia após dia, e a partir daí traçavam estratégias para dirigir as bases sociais que tomavam as ruas (ALTMAN, 2023). A história mostrou que Junho de 2013, antes de tudo, foi

também um sintoma da falta de resposta do governo Dilma às ruas, bem como suas ações de aceleração de medidas neoliberais. Não compartilhamos aqui com as análises petistas de que Junho de 2013 tenha chocado o ovo da serpente do fascismo no Brasil, todavia é inegável que a articulação da direita e extrema direita foi, no mínimo, mais organizada e combativa que as esquerdas e a esquerda radical, principalmente no campo ideológico.

E nesse cenário, de disputas de narrativas, que já se fazia presente em 2014 se consolidam manifestações nitidamente de extrema direita com pautas de cunho fascistas, porém sem grande expressividade até seu momento inicial. Entretanto, é possível notarmos a escalada fascista que teve curso no decorrer da história, desde as jornadas, até grupos como Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem pra Rua, bem como os Revoltados Online (MORAES, 2019).

Nos anos seguintes o que se pode observar foi uma sequência de grandes eventos como a Copa do Mundo no Brasil (2014) e as Olimpíadas no Rio de Janeiro (2016), eventos esses que também levaram muitos manifestantes às ruas, fosse para denunciar os esquemas de desvio de verbas públicas para grandes empreiteiras, seja pelas mortes ocorridas em “acidentes” de trabalho nas obras de infraestrutura da Copa, ou mesmo a repressão policial que se mantinha e a criminalização de uma parcela de manifestantes (MORAES, 2019).

Esses movimentos como os das Jornadas de Junho surgem na história quando a classe trabalhadora tem as condições de trabalho precarizadas e tem dificuldade de acesso às políticas públicas (MORAES, 2019). Essas questões referentes a reprodução da força de trabalho, ou seja, reprodução da vida, têm impacto direto com momentos de insatisfação em massa, bem como o levantamento de pautas como “mais educação, segurança, saúde”, “chega de corrupção” etc. Porém, Junho de 2013 nos explicitou muitas contradições – já existentes – a serem analisadas e pensadas pelo campo da esquerda radical, tanto no sentido da busca de autocríticas necessárias, como pela necessidade de disputar a classe trabalhadora.

Os interesses fluidos e divergentes entre os múltiplos atores em cena em Junho indicam que há um problema de práxis da esquerda, a qual se refere à dinâmica de mobilização e organização com um propósito radical (e revolucionário) no Brasil (FERNANDES, 2019, p. 94 – 95).

Esse problema de práxis da esquerda se mostrava muito nítido quando, por exemplo, alguns militantes do PT reclamavam das palavras de ordem, quando essas eram direcionadas a seus representantes, como Luiz Inacio Lula da Silva. Os grupos de esquerda radical que traziam cartazes ou faziam falas nesse sentido eram tachados de “íngratos” aos avanços trazidos pelos

governos petistas. As contradições referentes a esses interesses em disputa ideológica estavam dadas, e o campo da esquerda não estava imune a elas (FERNANDES, 2019).

Não se pode negar o caráter progressista do início das Jornadas, através da reivindicação do transporte público mais barato e de melhor qualidade. Todavia, também em um decorrer de equívocos por parte das esquerdas, principalmente o bloco majoritário petista, podemos apontar como fator importante do desenrolar da guinada à direita nas Jornadas e nos demais setores da sociedade brasileira o descaso dos governos petistas para com sua base em sentido de formação política de fato. A conta desse descaso chegaria mais cedo ou mais tarde, e chegou justamente num dos eventos mais importantes para história do país, não por acaso.

O abandono total das raízes petistas que se caracterizavam como campo de esquerda, de defesa inegociável dos interesses da classe trabalhadora e de reconhecimento da importância de suas bases sociais e sindicais deram lugar a um PT conciliador de classes. E como é sabido pela teoria marxiana, os interesses das classes burguesa e proletária são inconciliáveis. E a partir dessa ciência é possível compreender o porquê de o alinhamento dos aparatos ideológicos da burguesia ter se fundido com os aparentes interesses momentâneos da classe média e ter operado de forma tão eficiente com esse processo de disputa ideológica que acontecia diante de nossos olhos.

Apesar de todo o legado da ascensão da direita e extrema direita das Jornadas de Junho e do profundo desgaste causado ao governo petista na figura de Dilma Rousseff, os números positivos da economia ainda mantinham contidos os anseios da classe média. Esses grupos ainda não tinham, até aquele momento, um direcionamento forte o suficiente para direcionar seu ódio de classe, sua misoginia e suas revoltas em lastro material passível de disseminação social suficientemente perigosa de fato. Fato esse que se daria poucos anos depois, em 2016, com o golpe contra a presidenta Dilma e de forma derradeira nas eleições de 2018.

Podemos perceber que o que se deu depois das Jornadas Junho de 2013 foi um processo lento e contínuo de desgastes e acirramentos, o processo onde o capital busca respostas as suas próprias crises. Desgastes das fracassadas tentativas de conciliação de classes pelos governos petistas que foram incapazes de compreender que tal conciliação é impossível de acontecer, do ideário de harmonia entre as classes sociais pela falsa sensação de ascensão do nível de consumo de uma então classe C para uma classe B. Desgaste entre os interesses da classe burguesa não mais atendidos pelo governo Dilma. E acirramento das contradições causadas pela luta de classes e pelo inevitável funcionamento do sistema capitalista. Acirramento

principalmente ideológico, capaz de jogar as camadas sociais que se beneficiaram nos governos petistas direto para o descontentamento máximo para com este.

De acordo com Wladimir Safatle (2023), 2013 expôs a verdadeira face do Brasil, usando as palavras de Florestan Fernandes emprestadas: o país da contrarrevolução permanente. A tendência da extrema direita no Brasil e no mundo passou a ser atuar como uma força expressa em grandes mobilizações, ações diretas, luta contra autoridades constituídas, papel que até então era da esquerda revolucionária. E, nesse caso, a contrarrevolução é um serviço oferecido pela esquerda quando essa não pauta suas ações pela imaginação política viva, mas ao contrário, se restringe, se limita, se acanha (SAFATLE, 2023).

Ainda de acordo com o autor, 2013 também trouxe o desafio de compreender que “não é possível mudar o país sendo a fiadora de coalisões impossíveis que paralisam nossa capacidade de transformação e que, ao final, explodem sempre em nosso colo” (SAFATLE, 2023, p. 108). Safatle fez uma crítica direta à esquerda petista que acreditou e pelo visto ainda acredita que através da conciliação de classes alcançaremos avanços para a classe trabalhadora. E tentar justificar essa postura política e tática afirmando não se ter correlação de forças necessárias também não é muito válido, haja visto que a história nos aponta para o contrário, apesar dessa falácia ser muito atraente.

O que a materialidade da história nos ensina é que correlações de força mudam inclusive depois de derrotas, como o exemplo que o autor traz das feministas argentinas que mesmo sabendo da derrota iminente na apresentação do projeto de lei referente ao aborto seguiram seu propósito de apresentar a lei que, inevitavelmente seria discutida pela sociedade. Derrotadas uma primeira vez essas mulheres puderam se aproveitar do debate gerado, dos apontamentos feitos pela sociedade e assim, estrategicamente, reapresentaram a lei com os devidos ajustes anos depois. E assim, anos depois foram vitoriosas, colocando por terra essa forma acovardada de analisar as tais correlações de força. A lição que fica é (e creio que não por acaso ao prólogo de Dilma): para compensar a inércia social, é preciso criar movimentos estrategicamente localizados (SAFATLE, 2023).

Outro aspecto importante com relação as Jornadas de Junho é entendermos seu caráter contraditório. É preciso termos a ciência do que tudo isso ainda pode ser. Podemos ver os eventos das Jornadas de Junho como algo ainda em movimento, algo vivo, até por que os atores e atrizes presentes nas ruas naquele período, ainda se encontram, em sua maioria, partícipes da mesma disputa política e ideológica.

É fundamental a contextualização desse período histórico e suas implicações sociais, econômicas e políticas para o país, justamente na medida em que é no ano de 2013 que ocorre pela primeira vez a republicação da obra original de Vogel (2022) para o inglês. É então a partir desse período que autoras vão discutir, desenvolver e avançar no debate da teoria unitária que aos poucos vai chegando ao Brasil. Ou seja, a recepção e desenvolvimento da TRS no país está diretamente relacionada aos desdobramentos da Jornadas de Junho, a movimentos como, por exemplo, a Marcha das Vadias, o #EleNão, assim como o posterior avanço do conservadorismo no país.

Todas as reivindicações levantadas pelas massas a partir das Jornadas de Junho de 2013, especialmente as primeiras manifestações, apontavam para questões sociais legítimas, problemas causados por um sistema que tem como espinha dorsal a precarização da reprodução social. Tais reivindicações que impulsionaram a revolta social naquele momento eram um reflexo nítido dos efeitos da crise estrutural do capital de 2008, do qual suas consequências ainda se mantinham e quem sentia na pele era a classe trabalhadora, as mulheres, a população negra.

As condições materiais inegavelmente favoráveis e melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora advindas dos governos petistas já não eram suficientes para apaziguarem os efeitos da crise financeira que evidenciava as contradições, complexidades e multifaces do sistema capitalista, que está longe de ser um mero sistema econômico. A política de conciliação de classes e a falta de uma perspectiva revolucionária de fato expuseram todas as contradições desse sistema (CADUZ *et al*, 2022). Expuseram o abismo social que o social-liberalismo petista foi incapaz de mascarar.

Como um desdobramento das Jornadas (da crise capitalista que se acirra), ficou a ascensão da extrema direita, a precarização e pauperização das condições de vida da população e um conjunto de reformas que na prática se materializaram em mais retiradas de direitos, ou seja, menos políticas sociais e mais adiante, não por acaso, nas bases do processo que desembocou no golpe sofrido por Dilma em 2016. Esse processo também culminou no avanço dos processos de concentração de capital, no esfacelamento das políticas sociais que ainda se mantinham aos trancos e barrancos e no sucateamento dos principais serviços públicos do país (CADUZ *et al*, 2022).

Os desdobramentos sociais e políticos de todo o período das Jornadas são diversos e muito prolongados, alcançando, por exemplo, o período de manifestações em 2018 conhecido

como “#EleNão”. As Jornadas deixaram um legado de ocupação da classe trabalhadora às ruas desse país, de organização luta e reivindicação por direitos, elementos esses “adormecidos” na história anterior do país. Se em 2013, inicialmente foi a juventude ocupando as ruas e movimentando a classe trabalhadora em sua totalidade, em 2018 são as mulheres as protagonistas do grande movimento de organização, luta e reivindicação por direitos e condições dignas de vida.

O período aqui acima já detalhado sobre o golpe de 2016 que tirou a então presidenta eleita Dilma Rousseff e se iniciou no período Temer, sucedido pelo governo Bolsonaro (2018-2022) marcou um período de ataque ostensivo às mulheres, aos direitos e condições de vida das mulheres no Brasil. Não obstante, um período também de ataque à população negra e às condições de vida da classe trabalhadora em sua totalidade.

Foi nesse contexto, então, que as mulheres se organizaram e foram as ruas, ainda que tal organização englobasse mulheres da classe média, haviam também em sua composição mulheres de classe trabalhadora em sua totalidade, fossem negras, não-negras, brancas etc. Ainda que o contexto político e social do momento tenha movimentado mais especificamente as mulheres, o legado organizativo, reivindicatório, combativo e de ocupação das ruas das Jornadas de Junho é muito presente, não só na Marcha, como na história do país até os dias presentes.

3.3 A MARCHA DAS VADIAS

A Marcha das Vadias, um movimento de mulheres organizadas na luta por direitos também precisa ser levado em consideração como um marco no contexto social e político no recorte temporal aqui estabelecido (2013-2022) para o Brasil, se relacionando assim com a contextualização aqui estabelecida no sentido de compreensão da recepção da Teoria da Reprodução Social no país.

Todo o movimento que no Brasil ficou conhecido como “Marcha das Vadias” na verdade possui sua origem registrada num episódio ocorrido no Canadá no ano de 2011. Neste episódio um policial ao fazer uma declaração sobre casos frequentes de estupro que estavam acontecendo dentro do campus da Universidade de Toronto, responsabilizou as próprias mulheres pela violência, gerando assim um estopim para a eclosão da primeira marcha. Com o objetivo de questionar a naturalização das violências contra as mulheres, a marcha teve como

“lema” principal inicial a própria expressão usada pelo policial em sua declaração, quando o mesmo disse que as estudantes deveriam parar de se vestirem como “vadias” para assim não serem vítimas de estupros e outras violências (VELOSO, 2016).

Assim, um ato que inicialmente foi organizado como forma de rechaço a fala de um policial, o “vadias” que na verdade é uma tradução do *slut* em inglês se transformou numa ferramenta de reivindicação de respeito as mulheres, independente da roupa que estão vestindo, da profissão, do comportamento, do local onde andam e contra o machismo de maneira geral materializado na cultura do estupro, por exemplo. Um ato de colocar em pauta uma crítica às práticas misóginas da sociedade. A *SlutWalk* como ficou conhecida desde sua primeira realização teve grande repercussão em veículos jornalísticos, na mídia independente, mas principalmente nas redes sociais ao redor de todo o mundo. Houve muitos compartilhamentos de vídeos e fotos que fizeram com que em pouco tempo mais de 200 cidades realizassem “marchas”, denunciando violências de gêneros em diferentes contextos (GUZZO, 2019).

Já no Brasil, as Marchas das vagabundas e Marcha das vadias começaram a ser realizadas em apenas aproximadamente dois meses após o acontecimento da primeira *SlutWalk* (GUZZO, 2019). Ou seja, foi ainda em 2011, pouco tempo após o primeiro registro no Canadá que se realiza no Brasil muito em razão por conta da rápida e massiva divulgação e circulação na internet. Em razão de identificação e solidariedade às causas já colocadas pelo movimento no Canadá, jovens mulheres de São Paulo começaram a ser organizar para a realização do movimento na cidade, o primeiro registro assim da “Marcha das Vadias” no Brasil (VELOSO, 2016).

Também rapidamente por meio da internet e redes sociais como o Facebook, outras cidades no país tais como Belo Horizonte, Brasília, Recife e Campinas ainda em 2011 tiveram conhecimento e realizaram também suas “marchas”. A Marcha ocorreu em diversas cidades brasileiras de maneira anual durante três anos. Há de se destacar, também, que alguns elementos da Marcha das Vadias já foram anteriormente utilizados em protestos de movimentos feministas, como o uso político do corpo e a nudez. É preciso destacar que o movimento de maneira geral busca uma forma de ressignificar a palavra “vadia”, entretanto ainda é um termo que gera conflito entre as feministas (VELOSO, 2016).

As pautas inicialmente colocadas pela Marcha das Vadias – violência contra a mulher e direito ao corpo – foram se expandindo no decorrer dos anos ao encontro de pontos mais gerais que tangenciam de alguma maneira os movimentos feministas atuais como, por exemplo,

corporeidade, sexualidade, identidade de gênero alçando também outros grupos e organizações feministas e/ou de mulheres: o debate queer, transfeminismo, transgênero, pós-gênero, lésbicas e bissexuais, debates promovidos por mulheres “trabalhadoras do sexo” etc. Assim como a Marcha das Vadias, no decorrer das últimas duas décadas surgiram outras manifestações, atos e movimentos também muito relacionados a grande importância que a internet e as redes sociais adquirem como formas massivas de comunicação e interação (VELOSO, 2016).

Vale destacar que muito da visibilidade adquirida pela *SlutWalk* e suas traduções se dá devido a forma de expressão pública das manifestantes. A performance com os corpos, a forma de se vestir, as palavras de ordem utilizadas, elementos que causam curiosidades, estranhamentos, polêmicas, reprovação e choque em parte da sociedade. Já em relação às pautas já clássicas nas histórias de reivindicações dos feminismos, há atualizações a partir da heterogeneidade das participantes e do movimento de ampliação da concepção de violência de gênero promovidas pelos grupos que organizam tais manifestações (GUZZO, 2019).

Dessa maneira, além de colocarem em pauta a denúncia a cultura do estupro, as *SlutWalks*, as Marcha das Vadias e as Marchas de Las Putas geram contornos próprios no Brasil e outros países da América Latina, muito em razão da busca por contemplar questões das realidades locais de tais países. É imprescindível dizer, também, que as marchas contam com a organização e participação não só de mulheres cis, assim como travestis, transgêneras, transexuais, pessoas não-binárias, “prostitutas” ou “trabalhadoras do sexo”⁸ e até mesmo a participação de homens cis, em alguns casos (GUZZO, 2019).

Se fossemos buscar uma semelhança entre as diversas Marchas realizadas, poderíamos destacar a estética dos atos. Em diferentes cidades onde foram realizados, os atos foram marcados pela nudez e/ou maneira de vestimenta como enfrentamento e provocação a ideia de que o tipo da roupa significa livre acesso ao corpo ou legitima o ato do estupro. O próprio uso da palavra *slut* no título do primeiro ato realizado no Canadá denota a tentativa de desconstruir os sentidos e usos hegemônicos do termo. Assim, com uma marcante ênfase à autonomia a *SlutWalk* é traduzida para diversas cidades no Brasil que também realizam seus atos no mesmo ano, não só capitais como também cidades do interior do país. Do ano de sua primeira realização em 2011 até 2017 a manifestação foi realizada em mais de 200 cidades no mundo todo, sendo

⁸ Vale dizer que a denominação de “prostitutas” e “trabalhadoras do sexo” foi utilizada por ser assim mencionada pela autora que referencia tal discussão. Tal utilização não denota necessariamente uma concordância, por fins objetivos de tempo, demandas e propósitos aqui estabelecidos, não será feita uma discussão aprofundada acerca da utilização de tais categorias, ainda que reconheçamos a extrema importância de tais problematizações.

que em algumas ocorrem anualmente, entretanto essas manifestações possuíam independência uma das outras (GUZZO, 2019).

Portanto, com o fim de enfrentamento, de exigência de políticas públicas voltadas as questões da violência as manifestações brasileiras foram adquirindo especificidades e semelhanças com as outras manifestações no mundo. A Marcha das Vadias, realizada no Brasil, foi um fenômeno próprio com sentidos dados pelas brasileiras às manifestações. São espaços de afetos e militância que não nascem prontos e estão dados, e sim são construídos a partir de demandas e realidades de cada cidade (GUZZO, 2019).

Evidencia-se, assim, que tanto as reivindicações de cada grupo quanto as próprias experiências pessoais modificam a estrutura e o direcionamento político das Marchas na medida em que há o processo de tradução onde diferentes sentidos podem ser construídos. Um aspecto importante que precisa ser mencionado é a própria tradução do idioma: do inglês para o português, e os sentidos que tais manifestações adquirem nas diferentes cidades brasileiras. A própria tradução de *SlutWalk* é pensada com os sentidos que podem ser gerados até mesmo em sua enunciação (GUZZO, 2019).

O termo “vadia” utilizado aqui no Brasil possui a intenção de questionar padrões da “feminilidade” imposta pela sociedade; estabelecer que a mulher pode e deve fazer o que quiser com sua vida e seu corpo, tensionando as regras sociais heteropatriarcais, capitalistas e racista estabelecidas (GUZZO, 2019). O termo “vadia” também vai de encontro a onda conservadora que cresceu no país e que ficou sintetizada na capa da revista *Veja* com os dizeres “Bela, recatada e do lar”, fazendo referência a ex-primeira dama golpista Marcela Temer, em nítida alusão a forma como as mulheres deveriam se portar na sociedade.

Alguns aspectos, entretanto, precisam ser destacados a fim de estabelecer uma análise crítica a respeito do movimento como um todo, levando em consideração suas características, relações e diálogos com as mulheres e a classe trabalhadora. Dessa maneira, apesar de muito importante, esse movimento no geral é marcado pela presença de pautas bastante liberais em relação as mulheres.

A própria estética presentes nos atos, uma característica central do movimento possui elementos liberais e é um tema de debates no interior do movimento de mulheres em sua pluralidade, seja no campo ou na cidade, que posteriormente foram construindo outros movimentos com pautas mais referenciadas na classe trabalhadora e questões específicas das mulheres dessa classe.

Vale ressaltar, que alguns desses movimentos criados com base em pautas materiais da classe trabalhadora, da luta de classes, desse momento histórico, ganham também relevância na história do país, na organização e reivindicação não só das mulheres, como da classe trabalhadora em sua totalidade. A se destacar alguns desses movimentos: A Marcha das Mulheres, Marcha das Margaridas, o #EleNão, entre outros.

Tudo isso está, portanto, inserido num contexto de agudização da crise do capital e sua relação com o acirramento da crise da reprodução social. Esse momento histórico, todas essas organizações, movimentos, tomadas das ruas etc., não pode ser compreendido em sua essência sem fazer as devidas pontuações a respeito das crises e como elas afetam as relações sociais, as relações de gênero, de trabalho, o sociometabolismo do capital em sua totalidade.

3.4 A RELAÇÃO ENTRE A CRISE DO CAPITAL E CRISE DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Os processos de tomada das ruas, inicialmente pela juventude com as Jornadas de Junho, e posteriormente com a classe trabalhadora – em sua totalidade e heterogeneidade – ainda nas jornadas, bem como em 2018 com #EleNão, são processos que explicitam a dimensão reprodutiva-social das crises que vivemos (FRASER, 2023). Crises essas que nos últimos anos vêm se intensificando numa dimensão estrutural do capital no sistema-mundo, mas que ganham contornos e especificidades no Sul Global e em países periféricos tal como o Brasil.

Para analistas economicistas ou analistas que não costumem trabalhar com a totalidade das questões materiais da vida sob sistema capitalista, 2007-2008 seria um marco de uma das piores crises financeiras desde os anos 30. Por mais que em certa medida essa noção esteja certa, ela ainda se mostra limitada. A crise que vivemos não é somente financeira, mas sim uma crise da sociedade em sua totalidade (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019). Se, ao analisarmos os aspectos e consequências dessa crise, fragmentamos essa análise e suas causas, perdemos de vista a capacidade de articulação para se chegar à raiz do problema, logo, perdemos seu potencial revolucionário capaz de fomentar em cada indivíduo membro da classe mais afetada por essa crise, a classe trabalhadora.

O sistema sob o qual a maior parte do mundo vive atualmente é muito mais do que um sistema econômico, e já é sabido que esse sistema produz suas próprias crises periodicamente, e não por acaso. “O sistema não apenas vive da exploração do trabalho assalariado; ele também vive à custa da natureza, dos bens públicos e do trabalho não remunerado que reproduz os seres

humanos e as comunidades” (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 45). E em busca da acumulação incessante dos lucros o capitalismo usa e abusa dos recursos naturais, degrada a natureza, instrumentaliza a política institucional e toma o trabalho de cuidado não remunerado para seus interesses. A fim dessa incessante busca pelo lucro, o capital desestabiliza suas próprias condições para sobreviver, numa espécie de autofagia. Assim o capitalismo mostra que a crise que ele gera está entranhada em sua gênese (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019).

Vale destacar que, apesar dessa constatação, não defendemos aqui uma perspectiva teleológica da história, aonde nós, como classe trabalhadora, não precisássemos lutar contra o fim desse sistema, já que essas crises apontam para a autodestruição do mesmo. Pelo contrário, defendemos que, justamente, por compreender a gênese da crise que nos encontramos, temos mais ferramentas para nos organizarmos enquanto classe e sermos capazes de lutar contra o sistema que nos oprime, que nos mata, que nos condena à barbárie e que nunca terá nada além disso para nos oferecer. É a partir do conhecimento real das raízes das opressões e consequências desse sistema que temos chances de nos entendermos enquanto classe e lutar para nossa classe.

Em tempos de crise a classe trabalhadora, em sua totalidade, é mais duramente afetada, entretanto, as mulheres são a parcela dessa classe que mais sofre com os efeitos dessa crise. Nancy Fraser⁹ (2023) em seu ensaio “Crise do cuidado? Sobre as contradições socio-reprodutivas do capitalismo contemporâneo”, entende essa crise como “uma vertente de uma crise geral que também abrange outras – econômica, ecológica e política, e todas elas se entrecruzam e agravam umas às outras” (FRASER, 2023, p. 46).

Essa crise que muitos vão chamar de “crise do cuidado” (FRASER, 2023) também pode ser entendida como a sensação generalizada de falta de tempo, falta de condições de dar conta de trabalho, família, lazer, cuidados com a saúde (mental e física), falta de tempo para vermos nossos amigos etc. A pandemia de Covid 19 explicitou essa sensação quando nos vimos imersos no caos daquela situação tão atípica, muitos trabalhos que eram realizados na rua, fora de casa, passaram a ser realizados de forma remota dentro de nossas casas, as rotinas mudaram, mães tiveram que equilibrar as funções da maternagem, funções profissionais, trabalhos domésticos, cuidar de parentes enfermos, raros momentos de lazer, entre tantas outras funções sob o mesmo

⁹ Vale destaca que Nancy Fraser apesar de ser uma importante interlocutora e aliada política, não a lemos como uma teórica da Teoria da Reprodução Social.

teto e muitas vezes ao mesmo tempo. A sensação que muitas de nós mulheres tínhamos era a de que tudo estava ficando feito pela metade, pois era impossível dar conta de todas essas funções naquelas condições.

Ao longo da história, esse trabalho de reprodução social se fez comum atribuir às mulheres, mesmo homens também fazendo parte de alguma forma. Esse trabalho é essencial à a sociedade, sem ele não existe cultura, economia ou política (FRASER, 2023). Quando uma sociedade investe incessantemente por minar a reprodução social ela investe contra ela própria, e é o que o sistema capitalista faz. O resultado disso é uma crise que vai para além da crise do cuidado, se trata de uma crise da reprodução social, em sentido amplo. Se trata de uma crise que abrange outras crises e se mistura com outras crises (FRASER, 2023).

A vertente social é tão central para a crise mais ampla que nenhuma das outras pode ser adequadamente entendida se a abstraímos. O inverso também é verdadeiro. A crise da reprodução social não é autônoma e não pode ser compreendida adequadamente por si só (FRASER, 2023, p.46).

Análises fragmentadas dos aspectos das crises geradas pelo capitalismo, não são suficientes para dar conta da materialidade concreta dos efeitos destas crises, sejam elas econômicas, sociais, ecológica etc. Como então podemos compreender a crise de reprodução social? Para Fraser (2023, p. 46, grifo da autora) o que se chama de crise dos cuidados seria nada mais nada menos do que um aspecto mais ou menos intenso das “*contradições socio-reprodutivas do capitalismo financeirizado*”. Sendo assim, as tensões acerca do cuidado não são acidentais e estão enraizadas na estrutura da sociedade, que a autora define como “capitalismo financeirizado” (FRASER, 2023).

A contradição está, justamente, no fato da reprodução social ser parte imprescindível para a acumulação capitalista – na forma literal da reprodução dos trabalhadores e trabalhadoras das quais o sistema depende – porém, essa acumulação só é possível através da desestabilização dos processos de reprodução social (FRASER, 2023). Essa contradição é intrínseca à crise do cuidado, e embora ela seja inerente ao capitalismo, ela assume uma nova face em todas as formas historicamente específicas da sociedade capitalista “por exemplo, no capitalismo liberal e competitivo do século XIX, no capitalismo gerenciado pelo Estado da era do pós-guerra e no capitalismo neoliberal do nosso tempo” (FRASER, 2023, p. 47). A atual crise do sistema capitalista em sua totalidade gera os déficits do cuidado que experienciamos atualmente, essa é a forma em que essa contradição se materializa (FRASER, 2023).

Ainda em concordância com os pontos apontados por Fraser (2023), entendemos que o sistema econômico do capitalismo depende essencialmente de atividades socio-reprodutivas que acontecem fora dele. Ou seja, essas atividades executadas majoritariamente por mulheres de forma não remunerada são vitais para o trabalho remunerado gerador da mais-valia (FRASER, 2023). A produção dos e das trabalhadoras remunerados e remuneradas não existiria – dentro da lógica operacional capitalista – sem o trabalho doméstico, sem o cuidado das crianças de uma casa, sem cuidados afetivos, sem o próprio ato de gerar uma nova vida, entre outras tantas atividades que compõem o trabalho de reprodução social. E assim, o sistema capitalista “passou a remunerar as atividades ‘reprodutivas’ na moeda do ‘amor’ e da ‘virtude’, enquanto recompensava o ‘trabalho produtivo’ com dinheiro. Dessa maneira, as sociedades capitalistas criaram uma base institucional para novas e modernas formas de subordinação das mulheres” (FRASER, 2023, p. 49).

As crises, no caso a crise de reprodução social em específico, colocam em evidência as próprias contradições internas do capitalismo. Logo, se faz necessário desmistificar e desnudar os falsos motivos pelos quais essas crises surgem de tempos em tempos. Não é à toa que os processos de reprodução da força de trabalho na sociedade de classes normalmente constituem um importante campo de batalha. É nesse campo de disputa que as tensões sociais acontecem, como resultado de uma panela de pressão prestes a explodir.

Para analisarmos como esse processo se dá é preciso compreender que no processo de reprodução dos/das detentores/as da força de trabalho passível de ser explorada continuamente essa força de trabalho é produzida enquanto uma mercadoria e esse processo é uma condição de existência para o capitalismo – Uma contradição latente desse processo é o fato de que ao mesmo tempo em que o trabalho de reprodução da força de trabalho é uma condição *sinequanon* de existência do capital, o próprio capital relega a essas pessoas que exercem esse trabalho (ou seja, as mulheres) condições extremamente precárias de existência/sobrevivência, portanto condições para exercer propriamente esse trabalho essencial.

Alguns aspectos importantes para compreendermos como essa contradição opera são: o fato de a reprodução capitalista exigir que a força de trabalho esteja disponível como essa mercadoria especial passível de ser comprada em quantidade e qualidade adequadas, por um preço adequado. Por mais “simples” que essa relação aparente ser, esse processo molda as práticas que mantêm os/as portadores/as da força de trabalho existentes, na mesma medida que

a força de trabalho como um todo é constantemente renovada, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho.

A crise da reprodução social escancara uma contradição fundamental do próprio funcionamento do capital, essa contradição reside nos dois polos, no polo da reprodução social como um trabalho vital e essencial para a própria manutenção do capital e o outro polo de que o próprio capital – e em momentos de crise esse elemento se mostra muito mais visível – não oferece as condições mínimas para que as trabalhadoras consigam garantir a reprodução contínua da própria força de trabalho.

O trabalho de reprodução social tem na realidade um papel contraditório na reprodução social capitalista. Por um lado este trabalho constitui uma condição essencial para o capitalismo. Para que a produção capitalista ocorra ela deve ter força de trabalho, e para que a força de trabalho esteja disponível, o trabalho de reprodução deve ser realizado. Por outro lado, o trabalho de reprodução social atrapalha o impulso capitalista por lucro, pois também limita a disponibilidade de força de trabalho. Portanto, do ponto de vista do capital o trabalho de reprodução social é simultaneamente indispensável e um obstáculo à acumulação.

Nesse sentido, a análise das políticas macroeconômicas dos governos 1998 até 2022, assim como das grandes manifestações sociais dentro desse período, evidenciam o processo ainda contínuo de crise da reprodução social. Crise esta que tem como cerne a contradição endógena do capital: a necessidade contínua e permanente da reprodução da força de trabalho ao mesmo tempo o fato de que as mulheres que exercem esse trabalho o fazem de maneira gratuita ou mal remunerada e estão na maioria das vezes fora do próprio mercado de trabalho.

Sendo assim, de maneira geral, se faz necessária uma maior compreensão acerca da crise do capital e consequente crise da reprodução social que vivenciamos na atual fase do capitalismo que nos encontramos. Se como bem apontam as autoras de “O feminismo para os 99%: um manifesto” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019), é em tempos de crise que a classe trabalhadora desempenha seu maior potencial em tecer críticas aos que detém o poder, se organizando politicamente, criando alianças e mais rejeitam políticas conservadoras, é desse viés revolucionário dos momentos de crise que pode surgir um despertar político capaz de romper com e superar esse sistema opressor.

Logo, se faz urgente a apreensão da totalidade que conforma esse sistema, bem como compreendermos, sua gênese, seus meandros, sua forma de atuar sobre cada aspecto singular que compõe a classe trabalhadora, bem como suas especificidades de formação social, formação

geopolítica, políticas macroeconômicas adotadas pelos governos que insistem em operar dentro da lógica do sistema, e, principalmente, entender que as raízes das opressões geradas por esse sistema estão alicerçadas em contradições que tendem a nos dividir enquanto classe, nos enfraquecendo perante tantos desafios colocados.

Somente a partir dessas compreensões conseguimos nos enxergar pertencentes da mesma classe trabalhadora (e veja, não importa se trabalha na produção diretamente, o sentido de classe trabalhadora se expande para além disso), classe explorada, classe oprimida pelas mais diversas formas de opressão – opressões de raça, gênero, etarismo, capacitismo, lgbtqiapn+fobia, entre outras formas –, aviltada, alienada de si e do que produz, classe essa que produz uma riqueza da qual nunca irá desfrutar, haja vista que isso é impossível dentro do sistema capitalista. Além disso, conseguimos ainda enxergar a relação de todas as contradições referente as crises geradas pelo capitalismo com as políticas macroeconômicas dos Estados capitalistas.

Ou seja, a compreensão das continuidades e rupturas entre as políticas macroeconômicas dos governos FHC até Bolsonaro, o contexto de surgimento e os desdobramentos das Jornadas de Junho e uma análise – ainda que breve – da crise em algumas de suas dimensões principais, são elementos essenciais na conformação do contexto social, político e econômico do Brasil que marca o processo de desenvolvimento da Teoria da Reprodução Social aproximadamente a partir do ano de 2013 (com a reedição do livro de Vogel, em inglês) e sua posterior recepção no país, assim como conforma o motivo dessa publicação fazer sentido no país nesse período.

Portanto, nesse momento se faz necessária uma análise mais detalhada sobre o que efetivamente é a Teoria da Reprodução Social, seus elementos constitutivos, autoras principais, categorias, aproximações e distanciamentos com outras correntes feministas-marxista, conformando, contextualizando e explicando a recepção de tal teoria no Brasil.

4 A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E SUA RECEPÇÃO NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2013-2022

4.1 APRESENTANDO A TRS

A partir da consolidação do feminismo marxista como uma das muitas vertentes do feminismo, vem ganhando corpo também um debate teórico crítico acerca das bases, ou seja, do que é fundante para as relações de gênero, raça e classe, bem como as opressões estruturais fruto dessas relações antagônicas entre si. Esse debate vai além do reconhecimento (que deveria ser nítido, mas não é) de que a classe trabalhadora brasileira e mundial não é composta única e exclusivamente por homens trajando macacões e trabalhando no chão de alguma fábrica. A classe trabalhadora é diversa, heterogênea, e se olharmos com atenção veremos que ela é formada, majoritariamente, por mulheres.

E se a classe trabalhadora é diversa, diversificadas serão as formas de oprimi-la, sendo assim, é inconcebível pararmos para pensar e debater as formas de opressão em caixas distintas, através de explicações que desconsideram algo que aparenta ser tão simples, mas não é: a categoria de totalidade (RUAS, 2021). E foi a partir desse entendimento que se fez possível a visualização, de fato, de possibilidades teóricas para tratar de questões tão importantes como o debate de opressões.

Teóricas feministas marxistas se propuseram a enxergar além da aparência das opressões e desnudaram as entranhas dessas relações sociais, foram fidedignas ao materialismo histórico-dialético, método marxista fundamental para a apreensão da materialidade, ou seja, a concretude de nossa história, bem como a análise dialética dessa materialidade. Elas tiveram como aporte teórico central a obra principal de Karl Marx, O Capital, e a partir dessa leitura fundaram as bases da Teoria da Reprodução Social, teoria essa que é entendida aqui como primordial na compreensão das opressões de gênero, raça e classe dentro da sociedade capitalista.

Porém, antes de abordar a importância da categoria “reprodução” e como seu desenvolvimento e ampliação deu origem à Teoria da Reprodução Social, é importante voltarmos nossa atenção a figura sem a qual tal teoria não seria possível. Me refiro a Karl Marx, referência teórica primordial para pensarmos e compreendermos a evolução da sociedade capitalista, bem como explicar, satisfatoriamente, as opressões e mazelas que sentimos – alguns

e algumas literalmente na pele – todos os dias de nossas vidas. A sagacidade e genialidade do autor dispensa maiores apresentações, Karl Marx é referência consolidada na Ciências Sociais, Filosofia, Direito e Economia.

Marx e sua vasta obra se tornaram símbolos para aqueles e aquelas que não se contentam com explicações irracionais, infundadas, parciais ou cobertas por camadas e mais camadas de ideologia da classe dominante. Para essas pessoas, a obra marxiana (obra escrita por Karl Marx) e a obra marxista (obra escrita por homens e mulheres que têm nas obras de Karl Marx sua principal referência) são um acalento, motivação e ferramenta necessária em meio a barbárie que nos assola em tempos de capitalismo neoliberal. E por isso é, até os dias de hoje, um aporte inesgotável e extremamente atual, logo, um clássico longe de ser ultrapassado ou desnecessário.

Sobre esse autor pairam muitas polêmicas (algumas toscas e sem muito embasamento teórico, outras, sim, relevantes ao avanço do debate de opressões), muitos acordos e desacordos. Mas uma coisa é certa, para realmente compreendê-lo sem pré-julgamentos, teorias conspiratórias bizarras e, principalmente, anacronismos sedutores é preciso lê-lo na íntegra. É preciso ir além da obra marxista e, pelo menos, perpassar em suas obras centrais, a depender do objeto de pesquisa.

Dito isso, podemos partir para a análise de algumas passagens de uma dessas obras: O Capital, sua obra mais impactante e necessária para se compreender, de fato, como se dá o funcionamento do sistema capitalista. Bem como analisar de que forma cada aspecto do modo de produção capitalista irá impactar e transformar a nossa vida em sociedade – em seus aspectos mais amplos, até os mais restritos, dos quais nem sequer imaginamos tais impactos.

Em O Capital, Marx se propôs a desbravar um caminho até então nunca percorrido, extremamente complexo e desafiador: tecer uma minuciosa investigação e crítica à economia política, intenção essa que já deixa explícita no título da obra. No livro I o autor irá esmiuçar e desnudar o processo de produção capitalista. Vale ressaltar que dentro do próprio sistema capitalista existem resquícios e fragmentos dos sistemas que o sucederam, porém nesta obra Marx buscou analisar o sistema capitalista já em seu estágio mais amadurecido, construindo assim suas críticas aos autores clássicos liberais que haviam escrito sobre a economia política até então, que foram Adam Smith e David Ricardo.

E foi a partir de formulações advindas dessa obra tão rica, vasta e sofisticada que pensadoras feministas marxistas puderam encontrar um ponto de inflexão a ser explorado mais profundamente. Elas não construíram sua argumentação e discussão teórica a partir de um

elemento novo, inédito, mas encontram sim um elemento já presente na obra de Marx e entenderam que esse elemento seria essencial para a dinâmica do sistema capitalista e entenderam também que a obra marxiana não discutiu com a profundidade necessária todos os desdobramentos desse tema. Esse elemento encontrado viria a ser a base do que essas autoras chamaram de teoria unitária.

A teoria unitária surge a partir dos estudos de Iris Marion Young, mas se estabelece com as pesquisadoras Lise Vogel, Martha Gimenez e Johanna Brenner que irão consolidar as bases da Teoria da Reprodução Social, teoria essa onde Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya, autoras de extrema relevância vão poder contribuir e avançar no debate contemporaneamente (ESQUENAZI; MORAES, 2020).

As pesquisadoras da teoria unitária se embasaram nas análises marxianas de “O Capital - Volume I”, referentes a produção e reprodução do sistema capitalista e, a partir daí, desenvolveram as bases para o que posteriormente viria a se chamar “Teoria da Reprodução Social” (BHATTACHARYA, 2019).

No início da seção VII - O Processo de Acumulação do Capital, capítulo 21 intitulado Reprodução Simples, Marx (2017) busca aprofundar sua análise na forma como o processo de produção capitalista irá se reproduzir, ou seja, se manter, e o autor nos aponta para algo em sua análise que é de extrema importância, o fato de que independentemente do tipo de processo de produção de uma sociedade, ele sempre será um processo constante, que irá se repetir e perpetuar cada passo dessa produção. E destaca ainda que

[...] assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tão pouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução (MARX, 2017, p. 641).

Ou seja, é necessária a compreensão dessa interdependência dos processos de produção e reprodução para entendermos o que as teóricas da teoria unitária tinham em mente ao reivindicarem sua relevância. É claro que aqui Marx (2017) está se referindo à reprodução em seu sentido primário, a reprodução do processo de acumulação que segue várias etapas, que, em algum momento, irão se repetir *ad eternum*. E isso, como veremos adiante, vai além de compreendermos esse fator tão determinante apenas por um viés econômico, pois ele – como já nos indicava Karl Marx – nos aponta para algo além.

Mais adiante o autor complementa sua análise e diz que “[...] essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a *sinequanon* da produção capitalista (MARX, 2017, p. 646, grifo do autor)”. De fato, a perpetuação do trabalhador e trabalhadora é a razão sem a qual o processo capitalista é inviável e não se sustenta. Marx foi feliz nessa afirmação, mas, muito provavelmente, por não se tratar de seu objeto principal de análise naquele momento, não aprofundou seu olhar para os desdobramentos desses apontamentos. Entretanto, mesmo sem se aprofundar, Marx (2017), ao contrário do que muitos de seus críticos apontam, já dava indícios claros de que o processo de reprodução dependia também da reprodução em um âmbito mais expandido, mais amplo, que ia além do chão das fabricas.

Para Marx, como podemos ver, era sabida e notória a relevância da esfera da reprodução da vida quando o mesmo fala do trabalhador – em sua análise da “jornada de trabalho” – ao apontar que “ele se abastece de meios de subsistência para manter sua força de trabalho em funcionamento, do mesmo modo como se abastece de carvão e água a máquina a vapor e de óleo a roda” (MARX, 2017, p. 646).

O autor ainda expande sua análise – antes no trabalhador de modo individual para então toda a classe trabalhadora – e entende que o consumo dessa classe trabalhadora seria o que poderíamos entender como o novo convertimento dos meios de subsistência, algo como o salário pago pela força de trabalho, e “tal consumo é produção e reprodução do meio de produção mais indispensável ao capitalista: o próprio trabalhador” (MARX, 2017, p. 647). Marx reafirma ainda que “a manutenção e reprodução constante da classe trabalhadora continua a ser uma condição constante para a reprodução do capital” (MARX, 2017, p. 647). E é a partir dessa noção da reprodução mais ampliada da classe trabalhadora e da vida que as teóricas da teoria da teoria unitária irão esmiuçar as implicações desse processo.

Marx (2017) não só deixou nítido seu entendimento com relação a conexão umbilical da produção para com a reprodução em seu aspecto mais restrito, como também apontou, brilhantemente, para as demais questões envolvidas nesse grande processo. Essa análise inicial que serviria de grande aporte para as teóricas feministas da teoria unitária estavam inegavelmente ali, expostas por Marx (2017) em sua mais importante obra quando diz que

[...] o processo capitalista de produção considerado em seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não apenas mercadorias, não apenas mais valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado (MARX, 2017, p. 653).

Sendo assim, se fazia extremamente necessário desenvolver essas ideias e questões trazidas por Karl Marx. E coube às mulheres essa tarefa, mulheres feministas marxistas impelidas a darem continuidade às análises do autor e desvendar as questões que nos afetam até os dias de hoje, ou seja, o debate de opressões de gênero, raça e classe, componentes centrais na análise do funcionamento do sistema capitalista.

4.1.1 Do surgimento à sua consolidação

Os estudos feministas, ou chamados estudos de gênero já se demonstraram muito complexos, com grande densidade tanto teórica quanto empírica, assim como correlacionados a outros conceitos e categorias que embasam suas formulações e constituições. Muitas são as perspectivas e correntes feministas, que vão desde o feminismo liberal até as perspectivas mais críticas, logo, mais radicais – por irem na raiz dos problemas – como as feministas interseccionais, materialistas francófonas, marxistas, entre muitas outras. Nosso foco aqui, ao almejar compreendermos a Teoria da Reprodução Social, se dá também no sentido de distingui-la de outras perspectivas feministas que muito se assemelham a ela, porém seguem caminhos distintos ao analisarem as opressões e, principalmente, no campo político de suas reivindicações.

Tanto os estudos de gênero interseccionais (CRENSHAW, 2004) quanto os consubstancias (KERGOAT, 2010) trabalham numa perspectiva de que devemos compreender o gênero junto com outras variáveis e que o patriarcado seria um sistema de opressão distinto do sistema capitalista, bem como o racismo seria outro sistema também independente e que as opressões causadas por tais sistemas se interseccionariam ou se “atariam” ocasionalmente, gerando assim as opressões vividas em nosso cotidiano.

As diferenças entre os estudos de gênero interseccionais (CRENSHAW, 2004) e consubstancias (KERGOAT, 2010) se encontram principalmente na maneira pela qual os dois concebem a gênese dos eixos de opressão, bem como analisam suas variáveis e as relações entre elas. Os estudos interseccionais (CRENSHAW, 2004), em sua origem, buscaram analisar a variável gênero e raça, somente depois a classe foi incluída em suas análises. Já os estudos consubstanciais (KERGOAT, 2010) apontam suas primeiras formulações para uma análise das variáveis: gênero e classe e, posteriormente, raça.

É necessário, entretanto, que o debate de opressões advindas do sistema capitalista seja analisado de forma estrutural, geral e mais ampla, conseguindo observar assim suas origens, constituições, causas e, principalmente, formas de superação. É preciso analisar a totalidade que engendra tais opressões, sendo assim, a partir das contribuições da interseccionalidade e consubstancialidade, percebemos que todas as opressões que operam materialmente em nossas vidas fazem parte dos mecanismos de funcionamento do sistema capitalista.

Os estudos interseccionais (CRENSHAW, 2004) e consubstancias (KERGOAT, 2010) recaem sobre uma ideia de sistemas duplos ou triplos, ou seja, análises que perpassam por duas ou três variáveis, entendendo suas relações mútuas, porém constituições dissociadas. Contudo, ainda as compreendem como opressões distintas e por vezes, em seus estudos, não dão conta de teorizar e explicar a gênese dessas opressões. Isso aponta para um caminho de compreender as partes e que a soma delas fazem parte de um único sistema opressor, entretanto, muitas vezes as opressões são analisadas em si mesmas, o que pode levar a análises de casos específicos de certas opressões por si só – seus efeitos finais – e não a raiz/gênese dessa opressão, ou seja, sua causa.

É nesse sentido que entender tais questões através de uma teoria unitária (FERGUSON, 2017) e, mais especificamente, da Teoria da Reprodução Social, possa ser mais frutífero no processo de compreensão do sistema capitalista e sua dependência frente a existência e expressão de diferentes formas de opressão. Isso não quer dizer que os estudos interseccionais ou consubstanciais não tenham validade, precisam ser esquecidos, ou não possuam densidade e complexidade em suas análises, mas sim que algumas lacunas deixadas por tais perspectivas feministas ainda precisam ser preenchidas.

A Teoria da Reprodução Social resulta do acúmulo ao longo do tempo entre debates antigos que foram retomados dentro dos movimentos feministas-socialistas e antirracistas nas décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos e na Europa (RUAS 2021). Esse debate estava em Marx, mas foi subteorizado dentro do marxismo por muito tempo. Porém as feministas marxistas buscaram reformular esse campo teórico e esse debate segue sendo resgatado e sendo colocado na ordem do dia.

Entendemos que a Teoria da Reprodução Social se apresenta como uma corrente teórica fundamental na busca efetiva por uma sociedade onde haja concreta emancipação da classe trabalhadora, das mulheres, das mulheres racializadas e demais sujeitos que compõe o

proletariado, por entender que as formas de opressão jamais serão aniquiladas e superadas se pensadas em “caixas” distintas, e não em sua materialidade histórica concreta.

Umas das características mais marcante e importante da TRS, segundo Rhaysa Ruas (2021) é a categoria de totalidade, pois

[...] a noção marxiana de totalidade social nos permite *afirmar a distinção de cada relação social específica que constitui o capitalismo sem suprimir a sua unidade e determinação, e nem subordinar, homogeneizar ou diluir o particular no universal* (RUAS, 2021, p. 384, grifo da autora).

Essa totalidade pode ser compreendida como a espinha dorsal da Teoria da Reprodução Social, visto que sem sua compreensão e aplicação nas análises, a perspectiva política que a luta feminista reivindica fica extremamente prejudicada. Logo, podemos afirmar que “a produção, portanto, é sempre um ramo particular da produção geral, isto é, um *momento da totalidade*” (RUAS, 2021, p. 385).

Cada etapa entre a produção e a reprodução está dialeticamente conectada uma com a outra, onde suas formas imediatas expressam, cada uma, sua face. A produção traz em si aspectos da reprodução, pois ao vender sua força de trabalho os/as trabalhadores/as também estão se desgastando, e gerando a necessidade de se reproduzirem, o que gera a necessidade vital do trabalho de reprodução social (RUAS, 2021). Ter esse entendimento da noção de totalidade nos possibilita não apenas compreender melhor os engendramentos das opressões, mas também nos aponta para a importância de se perceber as contradições advindas dessas opressões.

E a ferramenta que acreditamos ser capaz de nos mostrar e desvendar as contradições do sistema capitalista, bem como as opressões por ele engendradas vem a ser a Teoria da Reprodução Social. Pois, é a partir do uso de suas lentes conseguimos enxergar a relação dialética entre produção e reprodução, haja vista que

[...] para a TRS, o trabalho realizado nas duas esferas deve ser teorizado de maneira integrada: a relação contraditória-porém-necessária entre ambas revela que o trabalho não-remunerado realizado pelas mulheres é o pressuposto da produção capitalista e, portanto, está na base desse sistema (RUAS, 2021, p. 407).

A partir de então, destacada a importância da noção de totalidade, é possível esmiuçar o que é de fato a Teoria da Reprodução Social, mais especificamente, como o feminismo marxista compreende a ideia de reprodução social. Nesse sentido, é preciso dizer que

[...] o termo reprodução social, na tradição marxista, normalmente indica o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade, como já mencionado. Na tradição marxista feminista, entretanto, reprodução social significa algo mais preciso: a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional. Neste contexto, reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado (ARRUZZA, 2015, p. 55).

Ou seja, a partir dos estudos feministas marxistas, a reprodução social aqui analisada se caracteriza por uma teoria unitária (FERGUSON, 2017) que amplia nosso olhar indo na raiz da categoria de reprodução social marxiana como já apontado, indo concomitantemente, na raiz do problema: no fato das opressões de gênero, raça, classe e demais formas de opressão estarem mais que interligadas, mas sim fazerem parte de um mesmo sistema, o capitalismo. Mais do que serem a base que ampara esse sistema, o sistema capitalista precisa dessas opressões operando conjuntamente – porém, aparentemente, com pouca ou nenhuma conexão – para sua manutenção (BHATTACHARYA, 2019).

O trabalho de reprodução social, ou seja, a reprodução de pessoas, possui uma relação dialética com o processo de produção (ÁVILA; FERREIRA, 2020). Ele se configura como a distinção das atividades privadas (domésticas) como um “não trabalho”, atividades invisibilizadas, realizadas diariamente e concebidas socialmente como “naturais às mulheres” como, por exemplo, cuidar das crianças, cuidar dos idosos, fazer as compras do lar, cozinhar, cuidar de um parente doente etc. Todos os tipos de trabalhos domésticos, trabalhos necessários para que, no dia seguinte, a força de trabalho da qual depende o capitalismo esteja disponível, sem que o capitalista precise arcar com seus custos (BHATTACHARYA, 2019).

Entender essa característica de unidade entre produção e reprodução da vida é imprescindível para não recairmos, em nossas análises, num materialismo histórico vulgar, simplista ou de caráter economicista. A partir dessas percepções, podemos destacar como as críticas de que Marx compreenderia o capitalismo somente por esse viés economicista não se sustentam. Tais críticas apenas expressam o fato de que seus teóricos não compreenderam a natureza da crítica marxiana da economia (ARRUZZA, 2015).

O trabalho de reprodução social é realizado majoritariamente por mulheres, e no Brasil, majoritariamente por mulheres negras. Essas atividades que estruturam toda a base do sistema capitalista, são realizadas sem que haja nenhuma remuneração ou nos casos que são remunerados, são extremamente desvalorizados (BHATTACHARYA, 2019). Além disso, outro aspecto da reprodução social que deveria vir do Estado exercido pela política social, assistência social, políticas assistenciais como creches públicas, lavanderias públicas, garantia de vagas em todas as etapas de ensino, saúde de qualidade para toda a população, assistência psicológica, entre outras medidas, simplesmente é negligenciado pelo Estado.

A Teoria da Reprodução Social expande nosso olhar acerca do que é chamado de “trabalho doméstico”, tema no qual o feminismo marxista, em grande parte, se debruçou por muito tempo a estudar. O conceito de reprodução social incorpora muitas práticas sociais e formas de trabalho além do trabalho doméstico em si, podemos citar como exemplo o cuidado emocional, o trabalho de educar, o trabalho de amamentar e cuidar em tempo integral de um recém-nascido. Além disso, a Teoria da Reprodução Social torna possível também uma análise para além do privado, mas também das políticas públicas de bem-estar e assistência social (ARRUZZA, 2015).

A relação entre a vida doméstica, o processo de mercantilização, a divisão sexual do trabalho e as políticas do Estado, são expostas e esmiuçadas através da lente da Teoria da Reprodução Social. É preciso enxergar através dessa lente para que desmistifiquemos relações opressoras concebidas até os dias de hoje como “naturais”, “culturais” ou imutáveis. A Teoria da Reprodução Social nos permite, por exemplo, compreender a relação entre as políticas de migração (que abaixam os custos do trabalho imigrante), com o trabalho de cuidado, onde muitas mulheres são submetidas a condições de trabalho deploráveis, análogas à escravidão (ARRUZZA, 2015).

Uma das noções mais importantes a respeito da Teoria da Reprodução Social é a ideia de uma teoria de caráter unitário que compreende o capitalismo enquanto um sistema que conforma um todo social complexo, que consegue estruturar uma interconexão entre a esfera da produção e da reprodução. Se uma esfera é alterada, a outra consequentemente sofrerá alterações. E é daí, de seu caráter unitário, que surge a possibilidade de uma real ferramenta de luta anticapitalista (BHATTACHARYA, 2019).

Como bem destaca Bhattacharya (2019), essa teoria expõe o fato de que quaisquer avanços e conquistas nos direitos das questões das relações de gênero que ocorram, tanto nos

trabalhos formais ou no âmbito particular, serão temporários. Pois, a base material das opressões de gênero está conectada ao sistema capitalista em sua gênese e totalidade (BHATTACHARYA, 2019). Logo, se a luta das mulheres e dos demais pertencentes à classe trabalhadora por emancipação total desse sistema não for anticapitalista e antirracista, ela não será. Estaremos sempre alguns passos atrás do horizonte de emancipação da humanidade.

Essa percepção nos dá subsídios que ajudam a compreender quem é o/a “trabalhador/a” mais (explorado/a) e de que maneiras ele/ela pode e deve lutar contra esse sistema e suas opressões. Quando paramos para pensar em quem tem o trabalho de cuidar das crianças, quem as alimenta diariamente, dá banho, dá atenção, ajuda no dever de casa, acalma em momentos de crise, quem na família geralmente cuida dos parentes idosos enfermos, quem fica responsável pela limpeza da casa, das roupas, da organização etc. Compreendemos que a mulher trabalhadora não trabalha apenas no seu local de trabalho formal (BHATTACHARYA, 2019).

A mulher trabalhadora precisa diariamente executar tarefas necessárias à reprodução social da classe trabalhadora, dela mesma, de seus filhos e, geralmente, de seu/sua companheiro(a), e esse trabalho todo não é remunerado na grande maioria das vezes. Daí vem a extrema importância do papel das mulheres para o sistema capitalista, o trabalho vital para a máquina capitalista funcionar ininterruptamente que elas executam gratuitamente, tudo isso fora do “local de trabalho” (BHATTACHARYA, 2019).

O capitalismo entende muito bem a importância de todo esse processo e o papel central da mulher e da família heteronormativa para seu funcionamento e manutenção, e é por isso que o sistema capitalista opera, principalmente, através da figura do Estado que retira sua responsabilidade jurídica de assistir à sociedade e suas demandas. Cria-se uma ofensiva contra os serviços públicos que deveriam ser de total responsabilidade do Estado – visto que toda sociedade necessita dos mesmos e paga por eles através de impostos – e trata essas demandas cotidianas vitais para a reprodução de seus trabalhadores/as como questões de âmbito particular, jogando a responsabilidade do cuidado para as famílias individualmente, com o intuito de vulnerabilizar a classe trabalhadora cerceando e limitando suas formas de resistência (BHATTACHARYA, 2019).

É possível vermos nessas características do papel do Estado como opera a dialética nesse processo complexo. Pois, quando o Estado que, em seu papel aparente e positivista, teria o dever de promover políticas públicas que garantam o trabalho de reprodução da sociedade, de

fato não o faz. Retira-se de cena e põe nas costas das mulheres – através do poder da ideologia, cultura e demais instituições – essa responsabilidade.

É considerado vital não conceber aqui o capitalismo apenas como leis simplesmente econômicas, mas sim como um ordenamento social extremamente complexo, uma ordem que tem seu caráter central e principal nas relações de exploração, relações de domínio de uma classe perante outra e relações de alienação (ARRUZZA, 2015). O importante, como bem ressalta Arruzza (2015), é compreendermos como a acumulação de capital e sua dinâmica de funcionamento mantêm sua produção e reprodução, transformando e mantendo assim seu caráter hierárquico e opressor. Este sem dúvidas é um desafio colocado para as pesquisadoras feministas marxistas e para todos que acreditam numa sociedade livre de opressões.

Entretanto, a fim de continuar traçando esse caminho desafiador na busca por tantas respostas, é preciso estar atentas(os) para o fato de que, analisar e caracterizar as relações sociais e seus fenômenos – nos quais capitalismo e opressão de gênero estão conectados de forma mais ou menos nítida – é diferente de explicar teoricamente essas relações estruturais entre a opressão de gênero e o capitalismo (ARRUZZA, 2015). É possível analisarmos as distintas formas com que, ao longo dos anos, autoras(es) buscam explicar a conexão do sistema capitalista e patriarcal, assim como podemos observar o modo como esses sistemas são analisados de formas distintas (ARRUZZA, 2015). Arruzza (2015) ainda nos auxilia nessa análise separando em três principais teses que vemos nos estudos de sexo/gênero.

A primeira tese para a autora seria a teoria dos sistemas duplos ou triplos, mencionados anteriormente (interseccionalidade e consubstancialidade). Também é possível ver em suas variações, as relações de sexo/gênero pertencentes a um sistema de relações ideológicas e culturais advindas de modos de produção e formações sociais anteriores, ou seja, autônomos ao capitalismo. A segunda tese seria a do “Capitalismo Indiferente”, na qual as relações de sexo/gênero são entendidas como indiferentes para o sistema capitalista que teria o poder de superá-las. O capitalismo seria fundamentalmente oportunista para com a opressão de gênero, se beneficiando do que acha útil e acabando com o que não lhe convém (ARRUZZA, 2015).

A terceira e última seria a tese unitária (também já explicada), que aponta para o fato de que nos países capitalistas não existe mais um sistema patriarcal autônomo ao capitalismo. As relações patriarcais existem, porém não fazem mais parte de um outro sistema. Vale ressaltar que fazer tal afirmação não significa dizer que a opressão de gênero não exista e transpasse as relações sociais e pessoais. Esta tese, definitivamente não limita os aspectos das diversas

opressões a fim de simplificá-las a uma consequência inerente ao capitalismo, tão pouco visa dar uma explicação restrita ao âmbito econômico (ARRUZZA, 2015).

As relações sociais possuem relações de dominação e hierarquia com base no gênero/sexo, raça e classe que transpassam toda a vida em sociedade, assim como o cotidiano particular em nossas casas. Logo, é possível entender o fato de que muitas vezes a explicação imediata de como operam as opressões é que tais relações se tratam de sistemas de opressões específicos e independentes, visto que esta seja a forma pela qual elas se apresentam. Porém, tentar explicar a realidade *a priori* e instintivamente, não são as formas mais indicadas (ARRUZZA, 2015).

As teorias dos sistemas duplos ou triplos, e suas variações, continuam influenciando de modo latente muitas teóricas feministas da atualidade, isso pode acontecer, justamente, porque essas teorias se apresentam como explicações imediatistas e feitas de forma um tanto quanto intuitiva, logo, explicando a realidade a partir de sua aparência, e não de sua essência (ARRUZZA, 2015).

Todavia, é importante reiterar o quanto as teorias dos sistemas duplos e triplos foram e são importantes para os acúmulos e avanços do movimento feminista até aqui. É inegável a riqueza de debate proporcionada por tais acúmulos. Por mais que a Teoria da Reprodução Social tenha algumas divergências quanto as formulações postuladas por tais debates, os pontos de convergência não podem ser esquecidos, haja vista que são maiores, pelo contrário, devem ser preservados a todo custo, pois isso permite uma maior contribuição teórica, traz aprendizados e abre novos caminhos no que tange ao movimento feminista no âmbito teórico e prático.

Voltando a questão de as relações de dominação serem ou não um sistema independente, podemos observar através de uma análise histórica, que houve uma transformação radical na relação entre produção e reprodução em muitos sentidos (reprodução social, biológica e de geração). E é exatamente a partir disso que podemos dizer que, por mais que as relações de dominação de gênero ainda existam, a partir dessa transformação radical, elas deixaram de ser um sistema independente e autônomo (ARRUZZA, 2015).

O capitalismo, apesar de não aparentar ser, é um todo, uma totalidade versátil e complexa, cheio de contradições e se encontra em constante processo de mudança, na tentativa de se adaptar ao seu tempo histórico vigente. E isso não é diferente com suas relações de exploração e alienação. Por mais que não aparente, o capitalismo é um todo de relações sociais mutáveis e não algo estático, logo, nesse todo vemos relações de poder interligadas a diversas

categorias de relações sociais, como sexo/gênero, classe e raça, por exemplo. Todas essas ligações servem à acumulação de capital e seu processo de produção, mesmo que contraditória e variavelmente (ARRUZZA, 2015).

Vale salientar que, as relações de exploração sempre incidem em relações de dominação e alienação, logo, tais relações sempre estarão presentes e interligadas em críticas marxianas – referentes à obra de Karl Marx – da economia política e “[...] para Marx, produção e reprodução formam uma unidade indivisível” (ARRUZZA, 2015, p. 53). Dessa maneira, ao analisarmos a situação da mulher trabalhadora, nota-se que, primeiramente, ela é um corpo, vivo, dotado de singularidades, subjugado à uma espécie de disciplina capitalista que o reconfigura de acordo com seus interesses (ARRUZZA, 2015).

Por mais que os processos de produção e reprodução – sendo o último aqui concebido como o processo pelo qual a sociedade é reproduzida como um todo, como já mencionado: cuidado, alimentação, educação, religião, saúde, etc. – apresentem cada um características próprias, esses dois processos vitais ao capital se misturam e se revelam na concretude das relações sociais e pessoais pertencentes ao funcionamento total desse sistema (ARRUZZA, 2015).

Por conseguinte, é preciso observar também que os aspectos derivados da reprodução social são fundamentais na constituição das subjetividades, que afetam, consequentemente, as relações de poder. Essas relações de poder e dominação são intimamente relacionadas e interligadas, ou seja, não estão em âmbitos distintos ou em estruturas diferentes. Uma análise das relações entre reprodução social – produção da sociedade de maneira geral – e relações de produção nos permite identificar esse caráter relacional dialético entre as relações de poder e dominação (ARRUZZA, 2015).

Voltemos, assim, a uma questão fundamental tanto nas formulações de Marx quanto em produções e análises marxistas: a relação entre todo e unidade. Essas mesmas relações de poder e dominação que podem ser visualizadas de diferentes maneiras na sociedade capitalista, são, em sua essência, uma representação concreta de uma unidade que é contraditória, diretamente relacionada a um todo – a própria sociedade capitalista (ARRUZZA, 2015).

Portanto, vale ressaltar que a formulação central e essencial da “teoria unitária” é a de que as opressões não podem ser compreendidas como dois ou três sistemas de dimensões distintas que possuem causas particulares. A Teoria da Reprodução Social busca compreender as diversas opressões como partes integrativas dessa mesma sociedade, que se relacionam, se

desenvolvem e constituem-se dentro de um processo histórico que dissolveu, ao longo do tempo, relações sociais precedentes (ARRUZZA, 2015).

A partir da compreensão do todo capitalista e das partes que compõem esse sistema, o feminismo da reprodução social desmascara a relação dialética desse todo e suas partes (eixos de opressão de gênero, raça, classe). E a partir daí se afirma como uma teoria integrativa do social, na qual distintas formas de opressão, necessárias ao funcionamento do sistema capitalista, vão admitir ou desprezar o que lhes convém.

Um exemplo dessa lógica capitalista de se aproveitar ou não de algo que aparentemente lhe é contraditório por essência, está no fato de que, por mais que um dos eixos de opressão desse sistema seja o de sexo/gênero, algumas mulheres (de determinada classe social) conseguirão obter prestígio profissional, alcançar grandes postos políticos, reconhecimento de direitos sociais antigamente negados etc. Mas nada disso, nenhuma dessas conquistas, significará liberdade de fato para a classe de mulheres, pois uma grande parcela destas ainda estarão subjugadas à lógica do mesmo sistema, sofrendo seus efeitos mais cedo ou mais tarde.

Feministas teóricas da reprodução social buscam explicar e associar as diferentes formas de opressão que se apresentam também de forma unificada e entendem que “[...] gênero, raça e classe não são relações estáticas, pré-existentes no interior de um campo social abstrato, mas práticas e processos que herdamos, experienciamos e criamos no interior de uma constelação ampla de relação de poder” (FERGUSON, 2017, p.19). E é desse acúmulo teórico que é possível perceber as diferenças do feminismo marxista aportado pela Teoria da Reprodução Social com o feminismo ancorado nos sistemas duplos ou triplos.

Como bem apontado por Ferguson (2017), é possível perceber que o debate interseccional adotado por algumas feministas não faz distinção entre concepções dialéticas e não dialéticas. Essa linha de pensamento acaba levando suas/seus defensoras/es a desprezar ou subteorizar a lógica da totalidade social e seu caráter integrativo. Defendem que as opressões se interseccionam e correlacionam, mas, aparentemente, esse processo se dá de forma aleatória, sem que seja necessária uma lógica explicativa desse porquê (FERGUSON, 2017).

Contudo, por mais que as feministas da Teoria da Reprodução Social sejam críticas (em determinados pontos) aos sistemas duplos e triplos (entre estes o debate interseccional e consubstancial), é importante lembrar que o feminismo marxista deve estar atento quanto ao fato de que teóricas e militantes ainda utilizam a interseccionalidade a partir de suas noções revolucionárias de origem, como, por exemplo o feminismo negro. Portanto, não devemos nos

desfazer dos acúmulos, tão pouco perder o diálogo e perspectiva de luta conjunta por termos visões teóricas distintas (ESQUENAZI; MORAES, 2020).

É necessária a compreensão de que o social é uma totalidade muito ampla e que muda ao longo da história, bem como é necessário compreender que sua lógica reprodutiva se encontra em suas partes de forma dialética, ou seja, é possível, através da localização e racionalização acerca dessas partes, entender a forma como estas se relacionam. Todavia, uma teoria totalizante não nos impede de concordar com e explicar a diferença entre as partes que as constituem. Compreende-se que a totalidade se constitui dentro e através da história concreta e real e que o capitalismo como algo apenas abstrato não exista. Existe sim o capitalismo racista, patriarcal, classista, lgbtqiapn+fóbico, xenofóbico. E a classe é entendida como uma unidade das diversas relações sociais que produz o capitalismo (FERGUSON, 2017).

A Teoria da Reprodução Social, em suma, nos auxilia como um potente aporte teórico analítico que evita as limitações de uma perspectiva aditiva. É possível ir além das análises que somente descrevem a realidade, mas não chegam nas raízes de seus porquês. É possível identificar e explicar de forma satisfatória, sem rodeios o modo pelo qual a totalidade capitalista opera nas instituições, interações, e relações sociais. E, principalmente, a Teoria da Reprodução Social determina por que práticas paliativas que desafiam o capitalismo não são suficientes para darem fim as opressões que o mesmo produz (FERGUSON, 2017).

A TRS expõe seu caráter dialético ao localizar, identificar e racionalizar a lógica capitalista onde as partes de um todo (sistema capitalista) estão integradas. Logo, afirmar que o todo social é uma totalidade capitalista significa dizer que a lógica da acumulação, da produção e reprodução colocam o lucro acima de tudo e isso é fruto de muitos processos da história combinados “[...] por cercamentos, escravidão, caça às bruxas e *pogroms*, assim como revoluções políticas, por meio dos quais o trabalho que produz os meios de produção e subsistência é expropriado e organizado de maneira capitalista” (FERGUSON, 2017, p. 31, grifo da autora). Dessa forma, a relação do capitalismo com a reprodução social se apresenta nítida e estruturadamente, uma precisa da outra para existir (FERGUSON, 2017).

Para rompermos com a lógica e necessidade do capitalismo de, por meio do Estado, privatizar (seja no sentido de transferi-lo às empresas privadas, seja no sentido de transferi-lo a vida privada, aos lares) o trabalho de reprodução social e, conseqüentemente, submetê-lo às mulheres – às mulheres pobres, e especialmente às mulheres pobres e racializadas – é preciso transformar as bases sociomateriais onde a sociedade é produzida e reproduzida. E esse

processo demanda a criação de possibilidades outras, que façam jus ao norte emancipador da humanidade, logo, que tenha um caráter, genuinamente, revolucionário (FERGUSON, 2017).

A luta por direitos básicos de saúde, educação, alimentação que ocorrem no seio da reprodução social, ou seja, dentro das casas e espaços públicos de poder, que sobreponham as necessidades humanas sobre o interesse do capital têm o poder de transformar a estrutura capitalista. De acordo com o avançar dessas lutas cotidianas o capital se verá obrigado a arcar com os custos da reprodução da qual depende seu lucro. E, principalmente, essas lutas têm o poder de avançar rumo à imprescindível e urgente consciência de classe, causando assim o enfraquecimento das bases sociomateriais da opressão (FERGUSON, 2017).

Entender que o capitalismo é um sistema integrado, uma totalidade, no qual sua produção depende de forma vital da reprodução social, fornece o aporte teórico necessário às mulheres e homens dispostos a lutarem por essa causa, bem como auxilia a entender a importância das lutas políticas em todas as esferas e a importância de unificá-las (BHATTACHARYA, 2019).

É certo que a relação do trabalho assalariado com o capitalismo precisa ser superada, se o que se almeja é o fim do sistema capitalista. Porém, não é necessária uma priorização de uma luta perante as outras. É necessário sim enfatizarmos a importância da construção de um tipo de solidariedade entre todas as formas de lutas, sejam elas antirracistas, antipatriarcais, anticapacitistas, anticlassistas. Um tipo de solidariedade que, além de nos ajudar a enxergar nossas diferenças, nos ajudem a entender a lógica que expõe o fato de que as opressões conformam e são conformadas pelo todo social que compõe (FERGUSON, 2017).

A Teoria da Reprodução Social aqui apresentada e concebida como uma alternativa a ser pensada e articulada, busca – a partir de distinções e aproximações dos chamados sistemas duplos e triplos, como, por exemplo, os estudos interseccionais e consubstancias – através de uma teoria unitária e da perspectiva da reprodução social, compreender esse todo social complexo e dialético. Essa teoria se apresenta como alternativa viável, pois compreende que só é possível alcançar uma verdadeira emancipação na sociedade ao apreender o todo social, suas particularidades e suas partes constituintes. E isso pressupõe, portanto, uma luta conjunta antirracista, anticlassista, antipatriarcal, antilgbtq+fóbica, para que esse sistema seja destruído e superado, e com ele as diversas opressões existentes na sociedade.

4.2 RECEPÇÃO DA TRS NO BRASIL

Este tópico visa discutir de forma mais detalhada e aprofundada a recepção e desenvolvimento da TRS no Brasil no período de tempo aqui delimitado. Para isso, partimos de análise das entrevistas realizadas com algumas autoras¹⁰ que publicaram e defenderam pesquisas sobre a TRS no país. Nesse sentido, as entrevistas foram transcritas e trechos de falas das autoras utilizados na íntegra a fim de contextualizar e embasar a presente análise.

Vale destacar que, em abril de 2019, iniciou-se um grupo de estudos acerca da recepção da TRS no Brasil, intitulado “Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social” (GE-TRS). Foi organizada uma equipe interna ao grupo para tradução do livro “Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária” de Lise Vogel no ano de 2022, essa equipe era composta por 9 mulheres, era muito diversa, sendo mulheres brancas, negras, asiáticas, mães, militantes, acadêmicas etc., e todas foram atravessadas em seus trabalhos de tradução pelo enfrentamento tanto à crise sanitária da Covid-19, quanto à crise de cuidado do capital. Inicialmente o grupo era composto em sua maioria de mulheres do Rio de Janeiro e São Paulo, posteriormente reuniu feministas marxistas de distintas regiões do país.

O grupo era formado majoritariamente por mulheres com inserção acadêmica e com forte atuação política nos mais diversos movimentos sociais, partidos, sindicatos etc. Esse entrelugar entre academia e militância diz muito da práxis da perspectiva feminista revolucionária. O grupo se consolidou com o evento presencial que organizou com a participação das autoras Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya no Colóquio Internacional “Marx e o marxismo” que ocorreu em Niterói/RJ em agosto de 2019 (CADUZ *et al*, 2022).

Esse encontro com as autoras responsáveis pela formulação da TRS contribuiu para reflexões e formulações, bem como o adensamento da Teoria da Reprodução Social em um país de periferia do capitalismo, a partir do debate sobre raça, genocídio das populações negras e indígenas e dependência (CADUZ *et al*, 2022).

Após somente três anos de criação o grupo comportava cerca de 130 mulheres, atualmente esse número ultrapassa 160 mulheres, o que demonstra uma continuidade no crescimento do debate e o interesse em construir coletivamente uma teoria unitária que dê conta das especificidades e complexidades da situação da classe trabalhadora brasileira.

¹⁰ É preciso destacar que entre as/os 14 autoras/es apresentados no **Quadro 1** dessa dissertação, apenas 7 autoras foram entrevistadas, pois foram aquelas que consegui contato e aceitaram fazer a entrevista.

Há alguns pressupostos principais acerca da recepção da TRS no Brasil destacado pela equipe de tradução da obra de Vogel. O primeiro a ser destacado é a compreensão de que a teoria unitária, desdobrada das contribuições apontadas por Vogel (2022), não é somente uma teoria feminista e “*ponto*”. Mas, “trata-se de um contributo avançado na compreensão marxista da realidade” (CADUZ *et al*, 2022, p. 37). Ou seja, não se trata de apenas uma síntese entre feminismo e marxismo, e sim desenvolver a própria teoria marxista.

Outro pressuposto é a importância de “receber, reconstruir e reinterpretar a obra de Vogel à luz dos aprendizados de mulheres negras, originárias, imigrantes e lutas anti-coloniais e anti-imperialistas de nosso tempo” (CADUZ *et al*, 2022, p. 42). Esse pressuposto é essencial para o desenvolvimento da teoria a partir das especificidades do Brasil enquanto um país colonizado, periférico e racializado.

O terceiro e último pressuposto a ser destacado é a potencialidade presente na construção de uma teoria unitária para o avanço da reorganização teórica e política necessária no século XXI. Entretanto, esse pressuposto tem uma condição inegociável: a crítica da economia política (CADUZ *et al*, 2022).

Dessa maneira, tais apontamentos nos colocam enquanto não apenas teóricas e teóricos, mas enquanto classe trabalhadora, agentes de transformação, a tarefa histórica de construção concreta de outra realidade social para além do capitalismo (CADUZ *et al*, 2022).

Esse capítulo visa também apresentar uma análise das entrevistas realizadas com algumas autoras que produziram pesquisas acerca da TRS. A partir das informações coletadas foram desenvolvidos um quadro e uma tabela reunindo e sintetizando informações relevantes acerca dos trabalhos publicados já apresentados enquanto **Quadro 1**, na introdução desta dissertação. Essas sínteses nos auxiliam numa compreensão geral sobre as particularidades e especificidades da TRS em construção e desenvolvimento no país. Bem como nos caminhos teóricos e políticos que levaram essas pesquisadoras a optarem pela TRS como base teórico-política em suas buscas pela compreensão da realidade concreta do debate de opressões.

O quadro abaixo apresentado permite uma visualização sintetizada conjunta de alguns aspectos que serão discutidos no decorrer do presente capítulo e na dissertação como um todo, bem como seus respectivos trabalhos tendo como base a TRS. Estes trabalhos nos apontam algumas áreas de interesse das pesquisadoras ao se utilizarem da TRS na produção de aportes teóricos capazes de trazer apontamentos e perspectivas de luta para a classe trabalhadora.

Quadro 2. Trabalhos referentes às autoras entrevistadas

Título do trabalho	Autora	Ano de publicação	Área de formação	Local de publicação	Palavras-chave do trabalho	Tipo do trabalho
Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes	Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca	2019	Direito	Rio de Janeiro	Teoria da Reprodução Social; Economia Política Feminista; Feminismo Negro; Totalidade Social.	Dissertação
A formação do movimento de mulheres negras no Brasil (1978-2000): Uma abordagem a partir da teoria da reprodução social	Bárbara Araújo Machado	2020	História	Rio de Janeiro	Movimento de mulheres negras; teoria da reprodução social; feminismo negro.	Tese
Working poor japoneses: trabalho imigrante de kassegui e suas transversalidades	Mariana Shinohara Roncato	2020	Ciências Sociais	Campinas	trabalho; migração; Japão; gênero; raça; classe.	Tese
Serviço social, classe, gênero e raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária	Rayane Noronha Oliveira	2021	Serviço Social	Natal	Serviço Social; Gênero; Classe; Raça; Sexualidade; Teoria da reprodução social.	Tese
Sindicalismo feminista: a potência transformadora das mulheres no Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região	Giovana Lapigalini Martins	2021	Direito	São Paulo	Ação afirmativa; Bancários - São Paulo (SP); Osasco (SP); Convenção coletiva de trabalho; Direito Coletivo do Trabalho – Brasil; Direitos da mulher – Brasil; Feminismo; Líder sindical; Marxismo; Representação sindical; Sindicalismo (2000-2020) -- São Paulo (SP); Osasco (SP); Trabalho feminino.	Tese
A relação entre trabalho doméstico, valor e capitalismo dependente: uma crítica à luz da teoria da reprodução social	Clara Gomide Saraiva	2021	Serviço Social	Rio de Janeiro	Trabalho doméstico; Valor; Reprodução social; Força de trabalho; Capitalismo dependente.	Dissertação
Movimentos sociais maternos no Rio de Janeiro: uma análise através da Teoria da Reprodução Social	Fátima Gabriela Soares de Azevedo	2022	História e Direito	Rio de Janeiro	Teoria da Reprodução Social; Movimentos sociais; Mulheres e Maternidade.	Tese

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados dos trabalhos publicados.

O **Quadro 2** acima apresentado sintetiza algumas informações importantes a respeito dos trabalhos publicados pelas autoras que foram entrevistadas¹¹. O primeiro elemento a ser destacado é a respeito do local de publicação/ produção de tais trabalhos. Das sete entrevistas realizadas entre os 14 trabalhos publicados entre os anos de 2013-2022, apenas uma foi realizada fora da região sudeste – Natal/ Nordeste – sendo a maioria concentrada nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo.

Vale destacar, também, as áreas de formação das autoras: Ciências Sociais, História, Direito e Serviço Social. Ou seja, todas áreas muito próximas em termos de formação, objetos e discussões, sendo a concentração maior estando nos cursos de ciências humanas, o que pode ser justificado pelo fato de que o debate de opressões, de análise da sociedade, das relações sociais, da totalidade que conforma o capitalismo ainda é tarefa muito restrita à alguns cursos das ciências sociais e humanas em sua maioria.

Ainda que o escopo de tempo aqui delimitado comece em 2013, das sete entrevistas realizadas, todos os trabalhos foram produzidos somente no período de tempo entre os anos de 2019 a 2022. O que denota muito o processo de republicação em 2013 em inglês do livro de Vogel (2022) que só a partir de então as autoras (Susan Ferguson, Tithi Bhattacharya, Cinzia Arruzza, entre outras) começam a publicar mais trabalhos sobre a TRS, como mencionado anteriormente.

Porém, é aproximadamente somente a partir do ano de 2017 que tais publicações começam a chegar no Brasil e a serem traduzidas para o português. Por isso, a maior parte dos trabalhos sobre a TRS no Brasil se concentra a partir do ano de 2019. Importante destacar também que há um processo de oxigenação do feminismo-marxista também no ambiente acadêmico de maneira geral ocasionando uma crescente nos estudos da Teoria da Reprodução Social no país. É possível, assim, apontar uma tendência de ampliação no número de trabalhos produzidos sobre a temática nos próximos anos.

Vale lembrar que os trabalhos procurados nessa busca se restringem à teses e dissertações. Entre as entrevistadas somente duas se referem a produção de dissertações, as outras são teses de Doutorado. Fator que denota as possibilidades, diversidades, densidades e complexidades possíveis dos estudos que tenham como referencial teórico principal e a Teoria

¹¹ Lembrando que nem todos os trabalhos publicados apresentados no **Quadro 1** tiveram suas autoras/ autores entrevistados, conforme já explicado em nota acima já colocada.

da Reprodução Social, tal elemento fica ainda mais visível a partir de uma breve análise das palavras-chave de tais trabalhos.

É possível, assim, destacar algumas palavras-chave que aparecem nestes trabalhos: Teoria da Reprodução Social; Economia Política Feminista; Feminismo Negro; Totalidade Social; Movimento de mulheres negras; gênero; raça; classe; sexualidade; ação afirmativa; convenção coletiva de trabalho; Direito Coletivo do Trabalho; Direitos da mulher; feminismo; marxismo; representação sindical; trabalho feminino; trabalho doméstico; valor; força de trabalho; capitalismo dependente; movimentos sociais; mulheres e maternidade; migração; Teoria Marxista da Dependência.

Tais palavras evidenciam a centralidade da discussão de trabalho para a Teoria da Reprodução social, ainda que as análises variem se a discussão foca mais no trabalho enquanto categoria, até mesmo ontológica, na força de trabalho, no trabalho doméstico, entre outras possibilidades. Assim, fica nítida também como a discussão de trabalho se soma às análises em torno do debate de opressões, daí o aparecimento das palavras de raça, gênero e sexualidade, por exemplo.

Outras palavras denotam tanto a perspectiva da totalidade social empreendida pelas estudiosas da TRS, com a própria palavra totalidade, mas também com o debate da inclusão da questão racial, por vezes negligenciada ou descentralizada em análises marxistas ou feministas-marxistas. Outro fator importante possível de ser observado a partir dessas palavras-chave acima destacadas é a compreensão da práxis política, característica também fundamental da TRS.

A ideia da práxis política, dá a noção de que teoria não é possível e não se pode analisar sem a aplicação prática, sem análise da realidade concreta, sem o movimento dialético entre a abstração e a realidade, do particular para o universal e vice-versa. A presença de palavras como feminismo negro, maternidade, movimento de mulheres negras, movimentos sociais, entre outras, são boas exemplificações desse fator.

Figura 1. Síntese dos trabalhos publicados sobre a Teoria da Reprodução Social entre os anos de 2013 a 2022.



Fonte: elaboração própria a partir da análise dos trabalhos encontrados.

A **Figura 1** traz uma síntese de elementos centrais retirados da análise dos trabalhos publicados encontrados em buscas feitas na presente pesquisa, todos já apresentados no **Quadro 1** da presente dissertação. As informações foram reunidas em quatro categorias, sendo elas: objeto de pesquisa, método, cidade de publicação e referencial teórico.

Quanto as cidades referentes à publicação de tais trabalhos é possível evidenciar alguma diversidade, com presenças na região Sul, Sudeste, Centro Oeste e Nordeste. Ainda que em termos proporcionais o maior número de trabalhos ainda está sendo desenvolvido do Sudeste, e em especial nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo.

É possível observar quanto ao método que, por serem trabalhos orientados em alguma medida pela Teoria da Reprodução Social, e, portanto, pelo marxismo e a obra marxiana, o materialismo histórico-dialético é o método central de análise. Duas ferramentas de pesquisa também aparecem nas análises, a revisão bibliográfica e a utilização de entrevistas e aplicação de questionários. O fato de aparecer a utilização de entrevistas e questionários pode demonstrar a tentativa de algumas autoras de fornecerem pesquisas também com dados mais empíricos.

Ainda que a ideia da práxis política não seja um guia limitador de quais ou tais ferramentas de pesquisas precisam ser utilizadas, a utilização dessas ferramentas denota uma tentativa de diálogo mais direto entre os debates da TRS produzidos em nível mais abstrato, com a realidade concreta da classe trabalhadora, permitindo também com que essas produções dialoguem mais diretamente com uma porcentagem maior dessa classe.

Um fator importante presente na **Figura 1** é o referencial teórico de tais trabalhos, sintetizados em três formas: feminismo marxista; estudos decoloniais; crítica marxista ao direito e Teoria Marxista da Dependência. Em primeiro lugar é importante dizer que a Teoria da Reprodução Social foi nesse caso sintetizada como integrante do que foi classificado como feminismo marxista.

Sobre essa questão é preciso dizer que a presença de “estudos decoloniais” e “Teoria Marxista da Dependência”, ainda que cada um apareça respectivamente em somente um trabalho, demonstra a tentativa e o desafio posto por algumas teorias em dialogar com outros campos de estudo, ou dialogar com outras formulações teóricas dentro do próprio campo marxista a fim de contribuir no próprio processo de desenvolvimento da TRS, enquanto campo ainda em disputa e constante construção, assim como ressaltar caminhos e possibilidades oferecidos pela TRS para dialogar com outras produções, linhas, correntes, vertentes etc., na construção de uma análise crítica da sociedade, que busque as raízes dos problemas sociais, do debate de exploração e opressões e a superação dessa forma social.

De maneira geral, vale destacar algumas sínteses e conclusões importantes obtidas a partir de um panorama dos objetos de pesquisa de tais trabalhos. Os mesmos evidenciam questões urgentes para as mulheres, principalmente no Brasil, mas também estabelecem um

resgate de um movimento de luta de mulheres internacionalmente, aprender com a experiência das mulheres na Revolução Russa, Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento de Mulheres Negras, produzindo estudos críticos que não vejam o debate de opressões como algo descolado da própria discussão do capitalismo e da realidade concreta da vida material das mulheres.

Os objetivos de pesquisa dentro do escopo da TRS tendem a abordar a totalidade que a própria teoria tem como pilar central, e não apenas um processo de descrição das características das opressões, mas entender como operam as opressões, como estão interconectadas entre si, e suas relações com o sistema capitalista enquanto organização social.

A presença de temáticas tais como “trabalho informal” e “trabalho imigrante japonês” demonstram, também, um diálogo importante, e não somente, uma preocupação posta por aquelas e aqueles que atualmente tem a TRS como referencial teórico, como ferramenta de análise e transformação da realidade, em analisar não só o trabalho como categoria ontológica do ser social, não só o trabalho na ordem social do capital, mas também as novas relações e formas de exploração do trabalho em pleno crescimento com o avanço do neoliberalismo em diversos países do mundo.

As relações de trabalho nos últimos anos vêm sofrendo transformações, a presença em massa de novas tecnologias, as plataformas gerindo relações de trabalho, diversos fenômenos de informalidade, flexibilização, autonomização etc. Assim, partir dessa realidade concreta da classe trabalhadora em sua diversidade nos dias de hoje que informa a teoria, que re-informa essa realidade no processo dialético contínuo é também desafio colocado na compreensão da unidade contraditória entre produção e reprodução, a partir da totalidade social, questões postas pela Teoria da Reprodução como centrais.

Outro ponto a ser destacado, embora já tenha sido também mencionado anteriormente a partir das entrevistas realizadas e as falas das autoras, é a respeito da maternidade. Neste momento, a temática precisa ser destacada a partir de outra óptica, pois a mesma aparece como um objeto de estudo de um trabalho. A maternidade, o trabalho da maternidade, o trabalho de cuidado, são formas, elementos, ou algumas expressões do trabalho de reprodução social discutido ao decorrer de toda essa dissertação. Discutir a maternidade é uma expressão concreta de compreender a reprodução social na realidade material das mulheres na sociedade.

O trabalho doméstico também merece atenção, em especial dois aspectos que podem ser mencionados, o primeiro diz respeito à similaridade já acima colocada com a questão da

maternidade a respeito de expressões concretas da reprodução social no cotidiano das mulheres. Um segundo ponto a ser destacado é a demarcação a ser feita de que trabalho de reprodução social não pode ser limitado ao trabalho doméstico. Assim, o trabalho doméstico representa um dos pilares mais importantes da reprodução social em sua totalidade, uma vez que sua análise se mostra muito importante em produções sobre/ com a TRS. Agora vale destacar que quando falamos aqui em reprodução social estamos nos referindo a um conjunto de outras formas de trabalho para além do que é usualmente “trabalho doméstico”, inclusive trabalhos realizados fora das casas.

O “amor romântico” foi também um objeto de pesquisa identificado, infelizmente devido aos objetivos estabelecidos na presente dissertação e a falta de tempo tal temática não será aqui discutida e/ou analisada frente todas suas potencialidades. Ainda assim é preciso dizer que tal temática, assim como as discussões sobre relações amorosas de maneira geral, sobre relações familiares e família, são todas temáticas com bastante relevância para o feminismo marxista de maneira geral (desde as feministas socialistas do século XX como Alexandra Kollontai discutiram de forma muito profunda, por exemplo), mas também para a teoria unitária desde o seu princípio. Sendo a família, por exemplo, um tema já apresentado por Lise Vogel (2022) em sua obra publicada originalmente em 1983.

De maneira geral, portanto, é importante destacar que as temáticas presentes nos objetos de pesquisas destacados na **Figura 1** acima apresentada, estabelecem um panorama geral sobre o desenvolvimento e algumas particularidades da TRS no Brasil. Assim como, evidenciam uma demonstração prática de questões urgentes colocadas às mulheres trabalhadoras, principalmente nas particularidades da realidade brasileira. Articulando, também, essas questões com resgates históricos de movimentos de mulheres, organizações da classe trabalhadora e experiências concretas não só do Brasil, como de outros países do mundo.

A **Figura 1**, assim, busca apresentar uma síntese de alguns elementos centrais observados a partir da análise dos trabalhos encontrados nas buscas realizadas dentro dos parâmetros dessa dissertação já mencionados. Evidenciando, dessa maneira, caminhos e possibilidades para pensar a Teoria da Reprodução Social, relações e diálogos possíveis, e algumas particularidades de tal desenvolvimento teórico no Brasil realizados até então.

A fim de melhor sintetizar as informações e apresentar uma análise dialogada dos principais temas que cercam a recepção e particularidades da Teoria da Reprodução Social em desenvolvimento no Brasil, a partir da análise das entrevistas aqui realizadas, foram

organizados quatro eixos centrais, a se dizer: trajetória acadêmica/política, por que a TRS?, diálogos possíveis e TRS à brasileira.

4.2.1 Trajetória acadêmica/política

Nesse primeiro eixo vale a pena destacar alguns aspectos centrais que conformam os diferentes processos de trajetória acadêmica e política das entrevistadas. Tais processos foram também responsáveis por seus respectivos encontros com a Teoria da Reprodução Social, a maioria marcados por histórias de militâncias que se estendem desde a militância estudantil à organização em partidos políticos e movimentos sociais e populares.

Dessa maneira, as falas das entrevistadas permitem observar que o lugar que ocupam hoje enquanto pesquisadoras, professoras, produtoras de conhecimento etc., só se dá a partir dessas trajetórias históricas marcadas por participação, atuação e organização em movimento estudantil secundarista, militância digital¹², coletivos, movimento popular, direitos humanos, universidades, partidos de esquerda, movimento negro, movimento feminista, movimento LGBTQIAPN+.

A entrevistada Rhaysa Ruas¹³ relatou participar da fundação do primeiro coletivo de mulheres do Direito da universidade em que se graduou (UERJ), coletivo esse com o qual ela rompe e, posteriormente, participa do processo de construção do primeiro coletivo negro da faculdade. A partir da construção orgânica e consolidação desse espaço de militância negra

[...] aí sim eu consigo ocupar mesmo esse lugar mais pleno, digamos, de consciência individual para mim, desse lugar assim, do meu lugar no mundo. Enquanto uma mulher negra, marxista. E aí eu começo então a retomar os estudos mais aprofundados sobre Marx e marxismo a partir desse olhar, desse olhar de militância que rompe com várias instâncias até chegar num momento de reflexão teórica sobre o porquê de tudo isso (RHAYSA RUAS, 20/06/23).

Uma tendência que se destacou entre as falas das entrevistadas foi a recorrência do discurso dentro das universidades frequentadas por elas de que o marxismo havia morrido, que

¹² Nesse caso militância digital se refere a criação de uma página do Facebook que tinha proporções nacionais, onde eram promovidos grupos de estudos, debates de obras, encontros presenciais entre participantes, fóruns de debates, entre outras atividades.

¹³ Vale dizer que a pesquisa de Rhaysa Ruas foi a primeira pesquisa de pós-graduação efetivamente sobre a TRS no Brasil.

a teoria marxista não dava mais conta dos debates atuais de opressão. Essa narrativa não se dava por acaso, tem a ver com o período marcado simbolicamente pelo fim da União Soviética em 1991 e se estende concomitantemente ao período de avanço do neoliberalismo. Esse discurso se configura como parte do discurso pós-moderno que dominava (e ainda domina) as academias.

A ideia do fim do marxismo foi muito difundida e adotada nesses espaços – que vale ressaltar, são espaços de disputa ideológica – e tiveram grande adesão e impacto sobre a classe trabalhadora, porém, mais recentemente está em curso um processo de retomada das lutas sociais, luta das mulheres da classe trabalhadora, e todo esse processo foi se constituindo numa linha de articulação internacional, também com o mote da greve das mulheres e muitos outros processos que culminaram no livro “Feminismo para os 99%: um manifesto” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019), fruto uma disputa ideológica e política. Se tratava do feminismo marxista que estava em disputa direta com o feminismo liberal, e que propunha uma saída

[...] que pudesse colocar o feminismo como um programa coletivo pra classe trabalhadora, que foi uma coisa que a gente, eu e minha geração ali, as mulheres que estavam lidando comigo, a gente foi muito ganha pra essa ideia, pra esse projeto, aí entramos de cabeça, a gente fundou um movimento que é a Resistência Feminista, foi em 2019 quando foi lançado o livro, e aí fomos, né, tentando mesmo traduzir a discussão mais geral dessa ideia do feminismo dos 99% pro debate da construção, da organização, do dia-a-dia, da disputa e tal. O que eu ainda não sabia, né, enfim, e fui logo depois descobrir é que isso estava vinculado à TRS, a Teoria da Reprodução Social (CLARA SARAIVA, 15/08/23)

Vale ressaltar que também foi mencionado por Clara um aspecto importante de sua trajetória de militância em partido. “Eu vivi uma geração que eu acho que teve uma trajetória militante, onde tinha dois caminhos, né, ou você escolhia ser dirigente ou você escolhia ser feminista, né, tratar dos assuntos de mulheres, assim” (CLARA SARAIVA, 15/08/23). Essa característica recorrente em muitos espaços de militância partidária só explícita como é enraizada e problemática a forma binária de se encarar a militância atualmente, sem conceber o caráter dialético e integrativo da luta em prol da classe trabalhadora. Clara destaca que inicialmente seguiu pelo caminho de se tornar uma dirigente, deixando os debates feministas de lado. Porém, chegou à conclusão de que “é impossível não ser feminista pra ser dirigente. Quanto mais a gente reconhece a opressão, mais a gente se fortalece pra combater, né, porque não tem como não sofrer” (CLARA SARAIVA, 15/08/23).

Outro aspecto importante trazido por algumas das entrevistadas foi a maternidade e sua relação com suas histórias acadêmica e de militância. A trajetória acadêmica de uma pesquisadora mãe é perpassada por diversos desafios e contradições que regem esse percurso. Somente o fato inicial da maioria dessas gestações não serem planejadas já gera um turbilhão de emoções e questões concretas desafiadoras para essas pessoas. Todos os planos, ambições e metas precisam ser repensados, todos os desafios são multiplicados, a energia, disposição e tempo para se dedicarem às suas pesquisas e trabalhos serão diminuídos. Ainda é necessário cogitar o fato de que as chances de enfrentar essa questão de uma forma muito solitária são grandes. A questão financeira e condições materiais para encarar esse desafio também são um fator determinante, a incerteza de bolsas de financiamento à pesquisa, inserção no mercado de trabalho, são medos reais.

Todas essas questões precisam ser pensadas, inclusive a mais desafiadora de todas, decidir seguir com a gestação ou não. Era então necessário para essas mulheres pensar e desenvolver teoricamente um debate acerca da maternidade de forma radicalmente crítica e terem seu direito de escolha respeitados. Gabriela conta que no caso dela, apesar de ter tido uma gravidez não planejada, ela foi desejada e, em alguma medida, ela queria ser mãe.

E isso também tem a ver com a minha militância, né, por acreditar que é preciso construir um mundo em que as mulheres precisam ter direito de escolha, pois o nascimento dos filhos não deve impedir a nossa atuação, nosso posicionamento político, meus filhos sempre serviriam comigo em reunião de partido, em reunião de movimentos sociais, e acho que isso também, isso também deu o tom do meu feminismo, assim, né, depois que as crianças nasceram, esses espaços mais oficiais, mais tradicionais de articulações feministas, eles deixaram de me abrigar, assim, totalmente, né, e foi mesmo só no movimento social de mães em que eu achei que o meu feminismo e a minha maternidade podem ser combinados e respeitados integralmente, assim. Eu acho que a gente tem atitudes feministas antes da gente se denominar feminista, né, a gente se percebe no mundo e percebe os desafios que o mundo tem pra nós antes de conseguir trazer esse rótulo de alguma maneira (GABRIELA SOARES, 19/06/23).

Outro relato importante acerca da maternidade foi o de Clara que já no período final de sua graduação. As questões materiais atravessaram seu percurso acadêmico e os medos e dúvidas envoltos nesse processo também se fizeram presentes.

[...] quando eu tava no mês de defender meu TCC, eu descobri minha gravidez, aí eu fiquei desesperada, porque eu não tinha emprego. Então, eu digo assim, que em um

ano, eu comecei o mestrado, comecei um trabalho novo e tive uma filha. Então foi assim, um momento que a vida atropela a gente (CLARA SARAIVA, 15/08/23).

Algumas das entrevistadas relataram que em suas trajetórias de vida e acadêmica tiveram acesso inicialmente ao debate de classe via marxismo, militância partidária ou nos espaços acadêmicos. E posteriormente foram ter acesso aos debates de raça e gênero. Porém outras relatam a ordem inversa, uma aproximação inicial com movimentos feministas, LGBTQIAPN+ e sexualidade, e movimento negro, até suas respectivas aproximações com uma teoria que parte da ontologia integrativa. O que expressa uma tendência possível de observar acerca da separação e/ou hierarquização dos debates de opressão.

Essa tendência gerou inicialmente em todas as entrevistadas um grande incômodo e muitas questões a serem debatidas coletivamente. O incômodo de por vezes as mesmas precisarem adequar seus objetos de pesquisa a teorias ou ferramentas analíticas que não sanavam suas questões centrais. O incômodo de sentirem que suas ideias e convicções não se encaixavam de fato a determinados grupos, coletivos e espaços políticos. E ainda o incômodo gerado pela dificuldade de por em prática o movimento dialético entre teoria, prática e realidade concreta das opressões vivenciadas pelas mesmas.

Os estudos no serviço social não falavam sobre gênero, raça e sexualidade. E na sociologia falavam, mas falavam numa perspectiva pós-moderna. Então, eu me situei aí dentro dessas várias angústias a minha vida toda. E aí, ao ter contato com comunidades, ribeirinhas, quilombolas, comunidades indígenas, eu vi o quanto que a questão de terra, de território, de propriedade privada era o que mais pulsava dentro das condições de vida daquelas populações. E daí, eu tive uma necessidade de retornar a Marx (RAYANE NORONHA, 20/07/2023).

E todos esses incômodos, debates, diálogos e percursos foram necessários para que elas, cada uma com suas particularidades e momentos específicos chegassem até a Teoria da Reprodução Social. A TRS não sanou todas as dúvidas, não trouxe todas as respostas, mas por meio da ontologia integrativa abriu as portas que se encontravam fechadas teórica e politicamente para essas pesquisadoras.

4.2.2 Por que a TRS?

A busca por outra possibilidade teórica capaz de sanar tantas dúvidas importantes, tantas inquietações e angústias foi enfrentada por todas as pesquisadoras aqui entrevistadas. Suas

trajetórias de vida pessoal, acadêmica e política pavimentaram esse chão percorrido até seus respectivos primeiros encontros com a TRS. Seja a partir da apresentação inicial através de uma amiga ou pelo orientador ou por um estranho aleatório em um determinado evento tendo perguntado se a pesquisadora já havia ouvido falar dessa teoria ou ainda por ter ouvido falar do grupo de estudos sobre a TRS.

Cada uma foi encontrando na TRS alguns dos porquês aos quais elas não abriram mão. E aos poucos a sensação de que “estava faltando algo” (uma explicação melhor, algo que vá na raiz do problema analisado) deu lugar a vontade de estudar sobre essa nova teoria, se apropriar de suas categorias, suas bases. Os motivos de dúvidas antigas deram lugar aos outros questionamentos que respondiam à pergunta: Por que a TRS?

Os principais motivos apontados para responder esse questionamento foram: as discordâncias teórico-políticas com as categorias dualistas de interseccionalidade e consubstancialidade, por exemplo. A falta de pertencimento nos espaços políticos que hierarquizavam os debates de opressão ou não aceitavam perspectivas classistas. A sensação de que nas pesquisas empíricas que utilizavam a interseccionalidade como base alguma coisa ficava faltando, geralmente a categoria de classe social era marginalizada ou secundarizada. Ou as vezes algumas categorias eram utilizadas como um grande guarda-chuva e cada análise colocava ou retirava as categorias que compunham esse guarda-chuva sem critérios teóricos do uso ou não das mesmas. Parecia que se estava sempre costurando uma colcha de retalhos teoricamente. Já com as feministas materialistas que se utilizam da consubstancialidade a discordância principal vinha também por uma análise dualista das opressões.

E a falta de pertencimento nos espaços políticos que hierarquizavam os debates de opressão ou não aceitavam perspectivas classistas também foi um fator determinante para alguma das entrevistadas. A dificuldade de tocar os debates feministas e raciais dentro de um partido é uma realidade e um problema que precisa ser encarado honesta e corajosamente pela esquerda radical¹⁴, pois foi e ainda é motivo de afastamento de quadros valiosos para a militância revolucionária.

[...] naquele momento de ruptura com o partido, eu comecei a questionar se o feminismo de fato seria lugar para uma mulher negra, né? Aí eu passo um tempo meio que desligada com o feminismo, tentando entender, mas achando que é uma coisa

¹⁴ Esquerda radical é aqui utilizada para mencionar posicionamentos e produções políticos à esquerda que vão a raiz do problema, a essência e não à aparência. Portanto, não possui nenhuma relação com o a vertente do feminismo radical.

meio liberal, meio branca ou talvez só branca... Eu não tinha espaço nem no movimento negro, nem no movimento feminista. Eu tinha rompido com o partido, então estava meio que assim pra onde eu vou? E aí eu conheço o movimento de mulheres negras do Rio, E aí as coisas começaram a fazer mais sentido. Então eu comecei a tentar levar isso até para os espaços de militância que eu ainda estava. E falava, gente, vocês têm que conhecer esse isso aqui. Agora o feminismo faz sentido, sabe? Não tava fazendo mais sentido nenhum para mim feminismo. E aí, aquela companheirada branca toda falava a gente tem que ler esse treco, porque aí sim dá para dialogar com feminismo negro. Aí dá pra dar muito caldo (RHAYSA RUAS, 20/06/2023).

Quando uma das entrevistadas em seu primeiro contato com a TRS descreve que entendeu que ela traria as ferramentas teórico-metodológicas que lhe faltaram até então, capaz de viabilizar sua pesquisa de doutorado, ela sentiu que estava lidando com algo potente, capaz de explorar várias camadas do todo partindo de um ponto de partida concreto como seu objeto “movimentos sociais de mães no Rio de Janeiro”, algo muito específico, mas que lhe permitia entender quais as articulações entre gênero, classe e raça, coisas muito importantes naquele movimento, muito importantes na cidade que ela estudava, então o que a fez continuar e se aprofundar foi entender que se tratava de uma teoria que estava em construção e capaz de oferecer ferramentas de também “co-construir” essa teoria (GABRIELA SOARES, 19/06/2023).

Para a maioria das entrevistadas a TRS tem algumas características fundamentais em sua gênese que as fizeram escolhe-la no *hall* de teorias feministas: seu método, a centralidade da categoria de totalidade. Além disso, a capacidade de conectar as distintas dimensões e uma relação de fato orgânica entre

[..] a exploração de classe, a dominação de gênero, a opressão, de raça e sexualidade, realmente dá uma liga, pra você compreender a realidade do conjunto, que tá no terreno da subjetividade, que tá no terreno da materialidade, que tá no terreno simbólico, né, que tá no geracional, no cotidiano, enfim. Então acho que, primeiro, por isso foi catártico pra mim, mas em segundo lugar, porque eu acho que resolveu vários problemas teóricos da minha formação, nas questões das opressões, que eu tinha superado pela negativa, mas não pela positiva, sabe, eu não tinha conseguido dar uma resposta do que é então. Eu vi ali na prática essa coisa do marxismo vivo, de uma coisa que é fiel a uma compreensão justa do que é o capital, do que é a produção marxiana, né, e ao mesmo tempo vai muito além, assim, né, consegue dar ferramentas teóricas pra gente produzir novas respostas pra realidade atual (CLARA SARAIVA, 15/08/2023).

[...] a TRS, ela traz um salto que de maior, vamos colocar, de maior aproximação da realidade em comparação aos outros, os outros feminismos, é justamente pelo método, porque a TRS diz explicitamente, vamos utilizar aqui o método e vamos utilizar aqui as determinações dessa sociedade capitalista para apreender a condição, né, a realidade, a situação de mulheres dentro dessa sociedade. Então, é tentar entender também que as relações de gênero, elas não são meramente ideológicas ou culturais. Por mais que o Estado, por mais que o mercado possa, eventualmente, reproduzir também essa força de trabalho, e algumas profissões como o próprio serviço social, né, mas existe ali uma condição das mulheres nessa sociedade, que é estar responsável prioritariamente por essa produção e reprodução da força de trabalho. E essa condição diz muito sobre a nossa realidade quanto mulheres nessa sociedade (RAYANE NORONHA, 20/07/2023).

[...] essa ideia da teoria da reprodução social como uma teoria que muito evidentemente teve uma construção histórica, dialética, não faz sentido que você tem uma coisa e aí você tem um contraditório, você tem uma crítica, você tem outras questões, mas a partir desse de confronto com o contraditório surge uma coisa nova e melhor. Então...Eu fui fazendo esse caminho, e aí eu fui procurando formas de entender e aí fiquei me incomodando com algumas coisas. E depois eu vi que historicamente o caminho também é um pouco esse. As pessoas têm problemas, têm demandas, questões políticas. E aí foi sendo produzida essa teoria de uma maneira que dá conta muito bem da complexidade da realidade. Minha trajetória acadêmica, de fato, me levou a isso. Me levou a essa teoria (BÁRBARA MACHADO, 27/06/2023).

[...] essa teoria me respondeu, bom, também não é sobre remunerar o trabalho doméstico, é sobre olhar para ele de uma forma integral. Então, ele compõe, sim, a sociedade, é sobre como o trabalhador e a trabalhadora no dia seguinte vai trabalhar, vai se reproduzir, vai ter alguém responsável pela reprodução que gera a produção (GIOVANA MARTINS, 16/08/2023).

Foram muitos os apontamentos e motivos pelos quais as pesquisadoras entrevistadas apontaram, entre tantas possibilidades e vertentes feministas, desde suas trajetórias de vida, trajetória acadêmica e trajetória política – todas obviamente interligadas e atravessadas. Todos esses apontamentos e motivos as levaram por um determinado caminho teórico-político, talvez não o mais fácil, nem o de maior inserção nos debates da sociedade civil, da sociedade acadêmica ou mesmo nos espaços de militância radical. Porém, pode-se constatar que todas optaram pelo caminho que elas julgaram ser mais capaz de responder aos anseios da classe trabalhadora como um todo.

4.2.3 Diálogos possíveis

Nenhuma teoria se faz em si mesma, fechada, do zero, sem dialogar com o que veio antes, com o passado teórico e político que constituiu isso que a precedeu. E nenhuma teoria deveria ser fechada, impossível de se renovar e se adaptar à realidade concreta e as particularidades do tempo histórico presente e demais especificidades da sociedade e seus objetos de pesquisa.

Dito isso, vale ressaltar que a TRS por ser uma teoria marxista, é uma teoria viva, isso significa que jamais deve ser lida e utilizada de forma mecânica, fechada. Tão pouco significa que “se suas bases vieram de um europeu há quase 200 anos atrás, não serve para explicar o Brasil de hoje”, pois serve. Não são as mulheres da classe trabalhadora brasileira – em sua grande maioria mulheres negras – que devem se encaixar na TRS, a TRS que busca compreender e analisar as particularidades, subjetividades e formas específicas que o capitalismo incide sobre a classe trabalhadora, seja ela do Brasil, da Inglaterra, do México ou da Nigéria.

Além disso a TRS é uma teoria muito recente, em constante construção e adaptação. Sendo assim, está aberta a diálogos capazes de contribuir com seu desenvolvimento e seu objetivo principal: emancipar a classe trabalhadora de todas as formas de exploração e opressão, pois desnuda o véu da aparência das opressões, nos levando às raízes da relação dialética entre produção e reprodução social, pilar central do capitalismo e da exploração advinda desse sistema.

Todas as pesquisadoras aqui ouvidas acreditam ser possível realizar diálogos frutíferos entre a TRS e outras perspectivas feministas em prol de um objetivo comum ou mesmo de forma estratégica como as lutas sociais demandam. Contanto que essas perspectivas estejam de fato comprometidas com a emancipação das mulheres. Dentre as principais possibilidades de diálogo estão as perspectivas da interseccionalidade, do feminismo materialista, diálogos ainda

com muitas feministas de determinadas perspectivas dos feminismos negros¹⁵, feministas marxistas dos diversos campos como a Teoria Marxista da Dependência (TMD)¹⁶ etc.

Algumas entrevistadas expuseram sua preocupação com a forma como essas articulações e diálogos podem acontecer e destacaram que é imprescindível não abrir mão de determinados pressupostos.

Acredito que a TRS pode dialogar com várias outras perspectivas, mas não com todas. Como a TRS é muito nova, eu acho que ela dá para dialogar com vários outros feminismos também, principalmente em temáticas que ainda são novas para ela. A interseccionalidade eu acho que é um bom exemplo. Eu acho que a TRS só pôde ter nascido graças ao feminismo negro, mas não um feminismo negro em abstrato, que também não existe, graças ao feminismo negro divergente marxista crítico, que vem lá do Coletivo Combahee River e vem da Angela Davis, ou antes, na década de 50, com figuras como Cláudia Jones, do Partido Comunista Norte-Americano (MARIANA RONCATO, 14/06/2023).

[...] a TRS só poderia nascer por conta desses outros feminismos. Eu falei um pouco no minicurso¹ ontem, não foi a Lise Vogel que inventou a teoria unitária de forma isolada. Então, nesse sentido, acho que tem um diálogo bastante forte com outros feminismos, mas o seu núcleo duro de algumas categorias do Marx, eu acho que são inegociáveis. São inegociáveis um projeto de emancipação, um projeto de uma revolução socialista. Eu acho que tem uns núcleos duros, que são o que a gente não negocia e o resto, eu acho que está para construção (MARIANA RONCATO, 14/06/2023).

A TRS não nasce de forma isolada, como Mariana (14/06/2023) nos aponta, ela nasce justamente a partir de diálogos e construções que vêm de longe. Mas existem alguns elementos inegociáveis que constituem seu núcleo duro. Por mais que a TRS desde sua formulação inicial esteja sempre aberta a possíveis diálogos e relações de construções mútuas, não se pode perder de vista esses elementos centrais, pois são eles que serão capazes de nortear e responder questionamentos que vinham, até então, sem respostas ou mesmo sem análises aprofundadas, como por exemplo a relação do trabalho de reprodução exercido por mulheres negras brasileiras com o funcionamento do capitalismo.

¹⁵ Acreditamos que não seja possível falar em um único movimento de feminismo negro. Esse movimento é plural e diverso, Angela Davis, Claudia Jones, Lélia Gonzalez são feministas negras que compõe esse espectro dos feminismos negros, porém suas perspectivas teóricas não são as mesmas de outras feministas negras como Djamila Ribeiro, Carla Akotirene ou Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw. São, assim, alguns exemplos de intelectuais que compõe os movimentos feministas negro por diversas perspectivas teóricas distintas.

¹⁶ Campo de estudos surgido na América Latina para pensar o sul global, o capitalismo periférico e a realidade da classe trabalhadora nas suas especificidades em tais países – ver Katz (2020).

Lembro que para mim foi difícil no início entender a relação da interseccionalidade com a TRS, isso não foi uma coisa muito rápida. Descobri que algumas articulações eram possíveis sim... a partir da construção de uma perspectiva unitária, formando diálogos, possíveis encontros, na verdade, em alguns momentos, o diálogo vai aparecer, mas ele também precisa de um ponto de corte, se a gente estiver sendo honesto com o compromisso teórico de cada uma das perspectivas (GABRIELA SOAORES, 19/06/2023).

Então eu acho que, por mais que toda a perspectiva feminista tenha um olhar interessante, eu acho que a consubstancialidade traz ideias interessantes sobre o trabalho doméstico, tem muita pesquisa, por exemplo, produzida no Brasil, dentro do campo da consubstancialidade, sobre as horas de trabalho das mulheres, sobre o trabalho doméstico, sobre a importância do transporte, do transporte público, na realização do trabalho por mulheres fora de casa, então, acho que é possível a gente traçar alguns diálogos em pontos muito específicos (GABRIELA SOAORES, 19/06/2023).

Vale destacar que no campo teórico as divergências entre a TRS, a interseccionalidade e a consubstancialidade já estão demarcadas. Acreditamos que tais demarcações auxiliam nos debates, proposições e construções de sínteses e limites entre tais perspectivas. Porém, no campo político, no campo das lutas pela libertação da classe trabalhadora das opressões e exploração nosso caminho ao lado das camaradas de luta pode ser o caminho lado a lado nas trincheiras dessas lutas.

Eu acho que tem um monte de debate, né, pra ser feito, por exemplo, me parece que o debate com as materialistas ele pode render muita coisa boa. Com o feminismo da reprodução social também, com a Silvia Federici com o debate de acumulação primitiva. tipo, acho que é um pouco pedir licença, né, e sei lá, né, acho que também ela tá aí, né, conseguindo disseminar essa ideia do tema da reprodução social no lugar da mulher, do trabalho doméstico (CLARA SARAIVA, 15/08/2023).

Eu dialogo com a TMD, com a Patrícia Hill Collins, né, que é quem está aí empenhada em teorizar sobre a interseccionalidade, mas não necessariamente eu vou concordar com tudo que ela desenvolve. Mas existem ali dimensões importantes pra gente conseguir também aprofundar no debate sobre gênero, sobre raça que podem sim ser relevantes pra gente conseguir trazer mais adensamento pra TRS, mas sem cair no ecletismo (RAYANE NORONHA, 20/07/2023).

Então assim, e sobretudo no campo, e eu falo de raça e sexualidade, é onde eu acho que a TRS precisa ainda desenvolver mais. Porque a gente precisa de mais adensamento. Os estudos decoloniais, por exemplo, que são múltiplos, diversos, e existem estudos decoloniais que são antimarxistas. E não de interditar outra perspectiva teórica, mas sim de dialogar (RAYANE NORONHA, 20/07/2023).

Podemos observar uma questão fundamental na TRS, que é o fato dela ter um referencial teórico muito sólido que é o marxismo. Isso faz com que não seja uma coisa passível de combinar com outras perspectivas sem critérios. Mas isso não impede de dialogar as demais vertentes. Os diálogos com outras feministas e outros feminismos anticapitalistas estão na ordem do dia para a TRS, e quem mais tem a se beneficiar desses diálogos teóricos-políticos é a classe trabalhadora brasileira. Foi necessário para a Teoria da Reprodução Social existir como ela é hoje, apreendendo com todos os debates de feminismos negros e questões étnico-raciais diversas. Mas isso é feito de uma maneira dialética e não combinatória (BÁRBARA MACHADO, 27/06/2023).

Se faz necessário entender o que significa de fato dizer que o marxismo é vivo, é preciso que nós, como marxistas, saibamos aprender com as críticas quando falam que houve muitos e muitas marxistas, principalmente homens brancos de classe média que estiveram encastelados em seus circuitos acadêmicos, por mais tempo do que deveriam, que realmente estavam se utilizando do marxismo de uma forma extremamente equivocada. Não acreditamos que chamar esses e essas marxistas de “ortodoxos” seja o adjetivo correto, pois ortodoxia, no sentido lukacsiano, de fato é o que o Marx propôs em seus escritos, que não tem nada a ver com um marxismo fechado, duro, morto, tem a ver com ir na raiz de um problema ou objeto de pesquisa, através do método materialista histórico-dialético.

Em geral, o que é nomeado “marxismo ortodoxo” de forma crítica, se refere a uma forma racista e sexista de enxergar o marxismo. Conforme Gonzalez (2020), o machismo e o racismo estão na psique do homem branco, estão na psique da sociedade. Então até na sua forma de ler uma crítica social esses traços - se não verdadeiramente desconstruídos e combatidos - estarão presentes. Se tal crítica não for escutada, assimilada e dela não sair a autocritica, se não for colocado o dedo na ferida e exposto como que operam essas opressões, não adianta dizer que por ser uma pessoa que se denomina marxista essa pessoa não pode ser acusada de racista e/ou machista. Não depende, tão pouco, de um querer individual.

As autoras aqui entrevistadas não defendem a utilização apenas da TRS para fazer possíveis análises, pois, acreditam no desenvolvimento coletivo e dinâmico dessa teoria em constante diálogo com os demais feminismos dispostos a lutar em prol das mulheres e da classe trabalhadora como um todo. E, se tratando de Brasil particularmente, é impossível não trazer a questão do colonialismo e debates anticoloniais da formação social brasileira crítica feita por Lélia Gonzalez (2020), Clóvis Moura (2019), Otávio Ianni (2004), Saffioti (2013), entre outros e outras. E acreditam ser necessário conseguir encontrar, a partir da realidade concreta que estão se propondo a analisar, um horizonte de luta emancipador da classe trabalhadora com as demais perspectivas críticas.

4.2.4 TRS à brasileira

A Teoria da Reprodução Social não surge no Brasil, ela vem do norte global, isso é um fato (apesar de seu desenvolvimento não ter sido realizado somente por mulheres brancas). Assim como a única perspectiva teórica capaz, até hoje, de sair da aparência e adentrar nas entranhas do sistema capitalista, para então chegar em sua essência. Essa teoria é capaz de munir com as armas da crítica a classe trabalhadora e apontar uma solução científica – e não mais utópica – para a superação de toda forma de exploração e opressão causadas por esse sistema. Estamos falando da teoria marxiana, teoria essa que, a partir de seu desenvolvimento constante por diversas e diversos intelectuais, com base nos escritos de Marx, veio, vem e virá a ser denominada teoria marxista.

Porém, talvez a grande sagacidade de Karl Marx – e seu fiel camarada Engels –, além de desvelar todo esse sistema e seu funcionamento em um empreendimento científico comprometido com a classe trabalhadora que durou praticamente toda sua vida, tenha sido a percepção, com base na realidade material, na história e no movimento dialético que o que ele estava desenvolvendo não tinha muito a ver com ele, com suas crenças, tendências, subjetividades, mas tinham a ver com a genuína compreensão do funcionamento de um objeto de pesquisa, nesse caso o sistema capitalista.

Marx nos demonstrou ao longo de suas obras um exemplo raro da forma de se fazer ciência mais próxima de algo que podemos chamar de imparcialidade e neutralidade, e percebam, não que ele não tivesse um lado, um posicionamento político declarado, pois tinha. Mas ele compreendeu que, justamente, para ter a real compreensão do funcionamento da

economia política, a sua análise precisaria ser com base no real, no concreto, nos fatos como eles são, não como ele gostaria que fosse ou imaginasse que fosse.

Marx em momento algum fez em suas obras sobre o capitalismo um julgamento moral, de valores, se aquele sistema era mau, bom, cruel, certo ou errado. Marx desnudou seu funcionamento. E, a partir dessa compreensão, desenvolveu outras tantas obras direcionadas a uma tentativa de emancipação social, a partir das demandas, especificidades e história de cada objeto de suas pesquisas.

Os e as intelectuais que leram suas obras a fundo, e compreenderam de fato seu método de análise, o materialismo histórico dialético, compreenderam que aquela teoria e aquele método eram capazes de analisar qualquer tempo histórico, qualquer país, cidade e vilarejo onde o capitalismo tinha seus tentáculos, ou seja, em todo o mundo a partir da revolução industrial. E não o faziam por encarar a teoria marxista como dogma, mas pela sua característica mais peculiar: se tratar de uma teoria viva, em movimento constante, em eterno movimento dialético.

Intelectuais como Angela Davis, Claudia Jones, Kwayne Nkruma, Thomas Sankara, Frantz Fanon, Ho Chi Min, Mao Tse Tung, Che Guevara, Amílcar Cabral, Carlos Marighella, Lélia González, Clóvis Moura, Heleieth Saffioti, Florestan Fernandes Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, Samora Machel, Samir Amin e tantos e tantas outras são apenas alguns exemplos de pessoas que compreenderam a potencialidade revolucionária do marxismo e a partir daí contribuíram para seu desenvolvimento em seus respectivos países não europeus. Porém, o que está em curso há bastante tempo, é uma tentativa de apagamento da opção teórico-política dessas e desses intelectuais revolucionários.

Esse apagamento faz parte de uma má compreensão do marxismo e sua redução a análises economicistas, etapistas, machistas e racistas de algumas figuras, figuras essas que nem de longe são capazes de representar o marxismo em sua totalidade e gênese. Outra leitura equivocada, muitas vezes replicadas por teóricos pós-modernos é a tentativa de distanciamento entre o marxismo e os sujeitos que compõe a classe trabalhadora, como se a mesma fosse composta apenas por homens brancos no chão das fábricas. A história já nos mostrou que os sujeitos revolucionários são compostos por uma diversidade muito mais ampla, que a classe trabalhadora é heterogênea, conforme experiências socialistas, movimentos sociais e partidos revolucionários já demonstraram.

Cabe a nós, sujeitos de nosso tempo e nosso país com todas as suas especificidades, toda sua diversidade, toda sua conformação social, compreendermos quem são essas pessoas agora, essa é nossa tarefa histórica. Dito isso, volto a primeira linha deste tópico: a Teoria da Reprodução Social não surge no Brasil, ela vem do norte global, isso é um fato.

Porém, é um fato que não tira em absolutamente nada seu potencial revolucionário e sua capacidade de nos munir com novas armas da crítica, justamente, por entendermos que, se quisermos contribuir com a luta emancipatória da classe trabalhadora brasileira e mundial, precisamos partir do início, do que nos faz Brasil, do que faz os homens não racializados brasileiros o que são, do que faz as mulheres não racializadas brasileiras o que elas são, do que faz as mulheres negras e indígenas o que elas são, ou seja, o que nos faz classe trabalhadora diversa, dentro da dinâmica capitalista da qual nenhum/nenhuma de nós está fora.

A TRS nos traz aportes teóricos, capazes de desnudar a relação contraditória e simbiótica entre produção e reprodução no capitalismo através de suas análises – relação vital para o funcionamento e manutenção desse sistema –, análises essas que até então não tinham sido realizadas dentro do marxismo. Porém, cabe a nós marxistas de nosso tempo histórico nos atualizarmos e nos apropriarmos de seus aportes. A partir daí é possível contribuirmos de forma consubstancial com seu desenvolvimento e com suas particularidades ao desenvolvermos uma TRS à brasileira.

E a partir da consolidação e do desenvolvimento da TRS no Brasil, as autoras trouxeram suas impressões e análises acerca de tal desenvolvimento, apontando como elas percebem esse processo, suas particularidades, suas potencialidades, entre outras percepções particulares. Ou seja, apontamentos que orientam as questões relativas à existência de características próprias de tais estudos no Brasil que apontam para especificidades da classe trabalhadora brasileira. Como, por exemplo:

[...] para falar de Brasil, tem que fazer uma menção ao trabalho da Rhaysa, justamente porque foi a primeira mulher a trazer a TRS e falar sobre isso com todas as letras, porque antes a gente já tinha tradução de textos de Tithi e até da Ferguson. Já haviam traduções anteriores, mas a gente não tinha um trabalho sobre a importância do TRS no Brasil. Acho que no Brasil a gente não tem como pensar trabalho, história do trabalho e pessoa trabalhadora, sem pensar colonização, escravização, sem pensar a formação da sociedade brasileira, sob algumas características bem marcadas, que têm influência, que vão dar contornos específicos ao nosso machismo, vão dar contornos específicos ao nosso racismo, vão dar contornos específicos à experiência de ser uma pessoa trabalhadora. Então, eu acho que a TRS permite que a gente pense a classe trabalhadora justamente por conta da concepção da teoria, porque ela permite que a gente informe, que a gente observe essa identidade dessa classe trabalhadora, a partir desses vários aportes diferenciados (GABRIELA SOARES, 19/06/2023).

Então, eu acho que, com certeza, assim, é um arsenal teórico, uma ferramenta teórica pra gente pensar. Realmente eu acho que ela dá uma chave da totalidade que é muito interessante, e aí nesse sentido também eu acho que ela ajuda a pensar o capitalismo na América Latina, porque ela percebe como que tem as particularidades da reprodução social, né, e da própria forma da constituição, por exemplo, do capitalismo no Brasil, ou, né, esse processo da acumulação primitiva, como ele se deu aqui (CLARA SARAIVA, 15/08/2023).

Eu tentei fazer uma ponte da TRS com a TMD, né, com a Teoria Marxista da Independência, tentar explicar as particularidades da reprodução social no capitalismo brasileiro, que tem uma herança, né, de escravidão e um presente de racismo estrutural (CLARA SARAIVA, 15/08/2023).

A TRS brasileira está em desenvolvimento, está engatinhando no sentido de parar de tentar fazer a nossa realidade caber dentro de uma teoria ou forma de análise dura ou indiferente a certos aspectos. Assim, como é impossível analisar a realidade brasileira sem levar em conta a raça e o gênero, é impossível entendermos da formação social brasileira sem analisarmos nosso capitalismo e suas particularidades. Mas para além disso, é possível observar o que as pesquisadoras da TRS no Brasil não abrem mão, tanto pelas respostas das entrevistadas, como pelos grupos de estudos da TRS no Brasil, pelas falas em eventos, cursos promovidos e todas as demais formas de divulgação, debate e construção da teoria.

As teóricas da TRS no Brasil defendem e lutam por um projeto revolucionário e emancipador para a classe trabalhadora como um todo. É imprescindível para elas o comprometimento com o debate racial e a construção de uma análise unitária sendo a raça um de seus pilares de análise. Reivindicam a centralidade da categoria de totalidade. Constroem a TRS desde uma ontologia integrativa. Não abrem mão do caráter internacionalista da teoria marxista. Identificam-se como feministas marxistas. Postulam o papel histórico das mulheres da classe trabalhadora como sujeitos revolucionários, estando elas no mercado de trabalho formal ou não, remuneradas ou não.

Ao trazer a centralidade de sua análise para a relação dialética entre produção e reprodução social a TRS demonstra um terreno amplo e fértil de análise para entendermos quem é classe trabalhadora no Brasil, sem o véu ideológico que insiste em dizer que os trabalhadores precarizados que se encontram no mercado da informalidade, da ausência de direitos básicos que são garantidos pela CLT, por exemplo.

Tudo isso traz muitas possibilidades para a gente pensar a TRS no Brasil, construir a TRS a partir deste lugar. A partir deste lugar específico da divisão internacional de trabalho. Este lugar específico de uma sociedade extremamente racializada, mas que as relações raciais, elas se dão de uma forma completamente diferente nos Estados Unidos. Completamente diferente da Europa, por exemplo (RAYANE NORONHA, 20/07/2023).

A TRS chega ao Brasil em um momento de retomada dos debates de opressão através de perspectivas críticas marxistas outrora subsumidas a perspectivas pós-modernas. A chegada neste país, não por acaso, se dá em um momento de aprofundamento de crise capitalista. Nesse contexto, ela nos oferece os aportes teóricos que ainda faltavam para finalmente findar a hierarquização nos debates das opressões, de análises marxistas, ao nosso ver, equivocadas, que abordam o debate das opressões de forma etapista, reproduzido nos movimentos sociais, partidos e sindicatos de esquerda: “primeiro fazemos a revolução, depois vemos como fica a situação das mulheres, das pessoas racializadas”.

A TRS também em um momento muito importante, no qual a teoria marxista se encontra muito mais acessível. A classe trabalhadora tem tido acesso a alguns debates que realmente se encontravam encastelados e eram de acesso restrito a homens brancos de classe média. Estamos tendo acesso a novos debates que andavam adormecidos ou mesmo apagados dos espaços acadêmicos e espaços de militância. Estão sendo publicadas obras, como foi o caso da reedição do livro de Lise Vogel (1983), ainda em inglês, em 2013, e agora com sua tradução para o português em 2022. Bem como muitas outras obras marxistas as quais não tínhamos acesso.

Seja pela internet, seja pelo aumento editorial, de publicações. Eu estava vendo lá no ENPS o tanto de coisa do Clóvis Moura, Beatriz Nascimento. Produções da Lélia Gonzalez, produções que não são de hoje, mas que estão sendo republicadas. Isso tudo traz adensamento para a construção da TRS aqui. Embora essas perspectivas não partam da TRS. Mas essas perspectivas partem do concreto, né. Então, se eu estou pesquisando a TRS e estou me munindo também destas teorizações, eu consigo também desenvolver mais essa perspectiva teórica para esse território (RAYANE NORONHA, 20/07/2023)

[...] eu acho que a TRS no Brasil está se desenvolvendo de forma particular. Quando a gente fala teoria da reprodução social e teoria marxista da dependência, é muito particular do Brasil e região. Não acredito que tenha alguém nos Estados Unidos estudando teoria marxista da dependência e TRS. Pode até ser que tenha, mas afinal de contas é uma formulação latino-americana. Agora se a gente pensa em TRS e questão racial é uma questão que com certeza diz muito sobre o Brasil. Tem gente estudando no exterior, como eu falei, mas é uma formulação própria. Quando eu estudo TRS e imigração internacional do sul para o norte, que é uma migração clássica, também é uma formulação particular, não estou falando do norte global. Estou tentando fazer pesquisas empíricas com ferramentas analíticas da TRS (MARIANA RONCATO, 14/06/2023).

A TRS não se propõe a dar conta tudo, das demandas e todas as soluções para as questões sociais. Mas ela se qualifica e se desenvolve, de acordo com cada lugar específico que se disponha a utilizá-la. Ela qualifica conceitos e categorias centrais já existentes para aumentar nossa compreensão em torno do funcionamento do sistema capitalista. A TRS coloca a totalidade do funcionamento do capitalismo como perspectiva de análise, da parte central do seu funcionamento que foi deixada de lado nas análises marxistas por muito tempo, o que já é muita coisa (BÁRBARA MACHADO, 27/06/2023). Porém, obviamente ainda tem muito o que avançar. O campo está aberto para ser explorado e construído, de forma coletiva, pela classe trabalhadora.

Eu acho que isso ainda está em construção. Então, acho que essa atualização, esse contexto brasileiro está sendo feito hoje. É uma tarefa que está aí dada para a nossa geração. Esse trabalho vem sendo feito a conteúdo, olhando o Brasil como um todo, não seria algo do tipo só São Paulo e Rio tem produzido isso, não, tem pesquisadoras do Brasil inteiro, tem gente do serviço social, tem gente da economia, do direito, então essa diversidade tanto de campos, quanto de geografia, acho que tem contribuído para olhar de forma mais coerente para nossas especificidades, globalmente mesmo, como um todo, né, como sul global (GIOVANA MARTINS, 16/08/2023).

[...] a TRS ainda precisa se abrir um pouco para a questão econômica de estarmos aqui no Brasil e de sermos, na maioria, mulheres negras, né, não sou uma mulher negra, mas na composição da classe trabalhadora, e precarizada, e para onde a gente quer olhar do trabalho reprodutivo, claramente, a gente está falando de mulheres negras (GIOVANA MARTINS, 16/08/2023).

Assim, todas essas informações demonstram que a TRS em desenvolvimento no Brasil possui particularidades que dizem respeito a história e ao contexto social, econômico e político do país. Evidencia também um grande potencial nas produções brasileiras acerca da TRS para contribuir no debate de trabalho, trabalho doméstico, trabalho informal, debate racial, capitalismo periférico, país dependente, questões de gênero, questões migratórias, questões relativas as formas de opressões como etarismo, capacitismo, xenofobia, LGBTfobia, entre tantas outras temáticas essenciais quando consideramos a totalidade social.

Ao analisarmos as respostas de como a TRS é capaz de explicar as especificidades da classe trabalhadora e se a TRS desenvolvida aqui traz características próprias ou não, é possível visualizar, dialeticamente, não só as respostas positivas com relação a TRS desenvolvida aqui estar sim se constituindo de forma singular, mas ainda quem está construindo a TRS aqui: mulheres brancas da periferia, mães, mulheres negras, mulheres que reconhecem seus

privilégios ainda que pertencentes a classe trabalhadora e que não abrem mão de uma teoria unitária marxista que dê conta de ir na raiz do funcionamento e manutenção do sistema capitalista e das opressões geradas por esse sistema.

Tais respostas servem, sobretudo, para nossa maior percepção acerca dos rumos pelos quais a TRS pode avançar ainda mais, e como ser possível ter uma prática revolucionária realmente coerente com nossas demandas, nossas especificidades. E a partir da convergência teórica e aprendizados acerca dos acúmulos produzidos ser possível analisar o que temos em comum e o que nos distingue de autoras como Lise Vogel, Susan Ferguson, Tithi Bhattacharya etc, e que, a partir das importantes contribuições dessas mulheres, podemos e devemos dialogar com Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Heleieth Saffioti, Vânia Bambirra, entre outras intelectuais capazes de dar conta do que nos faz Brasil.

Os apontamentos e conclusões acerca das características da TRS em desenvolvimento no Brasil, bem como suas particularidades mencionadas acima, podem nos servir e às novas gerações de pesquisadoras(es), militantes, teóricas(os) e da classe trabalhadora como um todo como indicativos do longo caminho de construção e consolidação da TRS à brasileira, suas carências, suas potencialidades, seus desafios etc. Fica a tarefa histórica para quem acredita na construção de uma sociedade verdadeiramente livre de toda forma de opressão e exploração trilhar esse caminho e compreender que nós, classe trabalhadora – composta por toda sua diversidade – somos as figuras revolucionárias do nosso tempo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve por objetivo principal analisar como se deu a recepção da Teoria da Reprodução Social (TRS) no Brasil e suas particularidades, entre os anos de 2013 e 2022, a fim de analisar o contexto social, econômico e político em que ocorreu, as interlocuções teóricas e os impactos (ou repercussões) dessa recepção para as produções brasileiras.

Para tanto, foram analisadas pesquisas que têm como base teórica principal a Teoria da Reprodução Social, publicadas entre os anos de 2013 e 2022, e disponíveis nas plataformas: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Tais análises foram realizadas conjuntamente com um breve resgate histórico do feminismo no Brasil, a relação entre feminismo e marxismo, uma análise as políticas macroeconômicas dos governos FHC até Bolsonaro (1998-2022), a relação entre a crise do capital e a crise da reprodução social, assim como um panorama da TRS desde seu surgimento, autoras e ideias principais, relações com outras perspectivas e seu contexto e suas particularidades de recepção no Brasil.

Dessa maneira, em sua totalidade, esta pesquisa serve como aporte na busca por uma análise crítica da sociedade, das opressões e da exploração vigentes na ordem social do capital; como ferramenta de luta das mulheres e da classe trabalhadora em busca de emancipação; no próprio desenvolvimento da Teoria da Reprodução Social em construção no Brasil; para uma compreensão dos possíveis caminhos a serem traçados para TRS “à brasileira”.

Alguns temas centrais aqui trabalhados foram a ideia da teria unitária, o debate de opressões, o funcionamento da sociedade capitalista a partir da compreensão da unidade contraditória entre produção e reprodução, breve história do feminismo no Brasil, análise de políticas macroeconômicas, crises (do capital e da reprodução), entre outros.

Diante disso, esta dissertação se organizou em três diferentes capítulos. O primeiro intitulado “Feminismo e marxismo no brasil: um breve resgate histórico” estruturou-se a partir de três subtópicos. O primeiro realizou um breve resgate histórico que fala de maneira geral sobre o surgimento dos estudos de gênero/sexo e estudos sobre as mulheres, posteriormente discorreu acerca dos feminismos que insurgiram no Brasil, suas bandeiras iniciais, principais representantes, demandas, direitos conquistados, desafios etc.

Apresentamos, ainda neste subtópico, brevemente algumas ideias principais de Heleieth Saffioti e Lélia Gonzalez, duas intelectuais centrais na formulação do pensamento crítico social

brasileiro, do pensamento feminista de modo geral, e para o feminismo marxista. Ambas as autoras convergem na ideia de que só é possível compreender as questões das opressões e exploração a partir da noção de totalidade social. Tais características demonstram a semelhança do pensamento das autoras com a TRS.

Outro ponto abordado foi alguns aspectos do feminismo materialista por conta de sua notável relevância para o feminismo brasileiro de modo geral. As influências trazidas pelas feministas que se exilaram na França no período ditatorial brasileiro demarcaram um campo de estudos de temas como trabalho, capitalismo, divisão sexual do trabalho, entre outros, temas esses extremamente relevantes para o avanço das lutas feministas do país. Apontamos também as aproximações e distanciamentos entre tal perspectiva e a TRS.

No segundo capítulo intitulado “Elementos para compreender a crise da reprodução social no Brasil”, realizamos breve análise das políticas macroeconômicas no Brasil entre os anos de 1994 e 2022. Foram analisados desde os governos FHC, passando pelos governos Lula, Dilma e o processo de golpe que a impediu de concluir seu segundo mandato, o governo golpista de Temer e por fim o governo Bolsonaro. Lançamos também um olhar sobre as Jornadas de Junho de 2013 e seus desdobramentos, tal fenômeno histórico demonstrou alguns sintomas das crises e seus desdobramentos sociopolíticos. Outros episódios que buscamos brevemente apresentar foram a Marcha das Vadias e o #EleNão, dois movimentos de mulheres que eram também sintomas de tais crises.

A relação entre a crise do capital e a crise da reprodução social no Brasil foi também esmiuçada a fim de expor as contradições inerentes do sistema capitalista, e a relação dialética entre produção e reprodução social. Ambas as crises aparentemente não possuem uma ligação direta, todavia, analisadas para além de suas aparências, revelam-se faces da mesma moeda: do modo de produção capitalista. Um exemplo dessa relação foi o motivo inicial que deu início aos protestos que iriam compor as Jornadas de Junho: o aumento da tarifa da passagem em SP e em seguida a palavra de ordem “não é só pelos vinte centavos”.

Já no terceiro e último capítulo, que tem por nome “A Teoria da Reprodução Social e sua recepção no Brasil entre os anos de 2013-2022”, realizamos uma apresentação da TRS, desde seu surgimento, a partir da ideia de uma teoria unitária trazida inicialmente por Iris Young e Lise Vogel, até seu desenvolvimento posterior protagonizado por Tithi Bhatthacharya, Susan Ferguson, Cinzia Arruzza, entre outras. Assim como, sua consolidação enquanto uma teoria

marxista feminista, mas não somente, uma teoria social integrativa que aponta para o desenvolvimento da teoria marxista como um todo.

No subtópico posterior dissertamos acerca da recepção da TRS no Brasil propriamente a partir da análise das entrevistas realizadas. Foram entrevistadas sete mulheres pesquisadoras, no total de quatorze pesquisas encontradas que tinham como base teórica a TRS, a fim de compreender suas trajetórias acadêmicas, políticas, os motivos que as levaram escolher a TRS, os possíveis diálogos que as mesmas acreditam ser possíveis com outras correntes teóricas, assim como as particularidades dessas pesquisas em desenvolvimento no Brasil.

As análises das entrevistas nos fornecem alguns elementos importantes para compreendermos a crise capitalista e crise de reprodução social e seus efeitos no país. Em tempos de crise a classe trabalhadora, em sua totalidade, é mais duramente afetada, entretanto, as mulheres são a parcela dessa classe que mais sofre com os efeitos dessa crise. No Brasil, especificamente, as mulheres negras que realizam majoritariamente os trabalhos de reprodução social são as que sentem de forma mais aguda e incisiva os efeitos dessas crises. Elas experienciam tais efeitos enquanto classe trabalhadora, enquanto mulheres e enquanto mulheres racializadas.

Outro elemento apontado pelas entrevistadas que dá conta de uma maior compreensão dessas crises a partir da lente da TRS é a relação dialética entre as subjetividades e especificidades das mulheres que compõe a classe trabalhadora e a materialidade concreta dos efeitos da crise de reprodução social que vão atravessar tais subjetividades e particularidades. Ao analisarmos os elementos que conformam o que é ser uma mulher racializada no Brasil é possível enxergar nitidamente o porquê de os efeitos dessa crise incidirem de forma visceral sobre essas mulheres, tais como falta de oportunidade no mercado de trabalho formal, precarização das condições de trabalho, todas as formas como o racismo as atravessam cotidianamente, sua posição de cuidadora e concomitantemente a falta de cuidado para com elas etc.

Destaca-se também a questão da maternidade e do trabalho de cuidado realizado majoritariamente pelas mulheres. A maternidade é vista como esse elemento extremamente estigmatizado socialmente que vai demarcar vários aspectos na vida de uma mulher, seja sua possibilidade de adentrar ao mercado de trabalho e conquistar algum tipo de autonomia, seja inviabilizando ou dificultando a presença das mulheres nos espaços de militância, acadêmicos, de liderança etc. A maternidade vai ainda exercer um papel importantíssimo para o capitalismo

de controle sobre os corpos das mulheres e demais pessoas com útero. O trabalho não pago de cuidado, lido socialmente como “amor” é outro aspecto que agudiza os efeitos da crise de reprodução social sobre as mulheres, pois lhes suga tempo, energia, vitalidade, dedicação, entre outras coisas, deixando-as mais suscetíveis a precarização da vida imposta por tal crise.

A partir das entrevistas foi possível analisar as possibilidades de debates, interlocuções e produções de interlocuções com outras perspectivas feministas. Desde que respeitados alguns pressupostos imprescindíveis para a TRS, como, por exemplo, um projeto emancipatório para a classe trabalhadora, a não hierarquização do debate de opressões, o não tratamento do debate de opressões de forma etapista, e o rigor do compromisso com o materialismo histórico-dialético.

Outro elemento a ser destacado é a compreensão de que a construção e o desenvolvimento da Teoria da Reprodução Social no Brasil não vêm sendo feito de forma mecânica, ou seja, há uma preocupação genuína das autoras em desenvolver a teoria a partir das características, especificidades e traços sociais que nos tornam um país periférico, constituído a partir do colonialismo e imperialismo, marcado por uma cultura escravocrata e racista até os dias de hoje.

É desde essa preocupação que pesquisadoras estão desenvolvendo a teoria, que suas próprias potencialidades enquanto uma teoria social revolucionária aumentam, e ganham corpo suas análises, a partir da totalidade social, considerando as especificidades e particularidades de contextos de formações sociais, políticas e culturais diversas. A partir de então, retomadas e diálogos com autoras a exemplo de Heleieth Saffioti e Lélia Gonzalez nos permitem desenvolver uma teoria capaz de dar conta das demandas da classe trabalhadora brasileira.

Dessa maneira, os capítulos e as discussões aqui apresentados buscaram cumprir com alguns desafios propostos. O primeiro deles foi o de estabelecer, ainda que em linhas gerais, o contexto social, político e econômico do Brasil que possibilitou a recepção da TRS no país. Nesse sentido, podemos destacar as políticas macroeconômicas adotadas desde o governo FHC que se caracterizam enquanto políticas liberais, sociais-liberais e neoliberais que agudizaram os efeitos da crise capitalista e consequentemente da crise da reprodução social. O contexto de retirada de direitos por meio de reformas, políticas de austeridade, precarização do trabalho e das condições de vida da classe trabalhadora confluiu nas condições materiais que geram mobilização social, acirrando as contradições do capitalismo propiciando o maior interesse de pesquisadoras em buscar respostas para tais questões colocadas pela sociedade.

Para desenvolver este trabalho, que possui caráter qualitativo, foi utilizada a revisão bibliográfica, assim como entrevistas semiestruturadas. O debate conceitual aqui apresentado ressaltou a necessidade de se pensar criticamente as opressões e a exploração na sociedade capitalista. Bem como, contribuir para as lutas sociais, políticas e econômicas da classe trabalhadora.

Frente a tudo apresentado até então alguns caminhos se abrem e/ou se ampliam. Um caminho que se mostra profícuo é a compreensão dos/das futuros(as) pesquisadores(as) das potencialidades existentes nos diálogos com autoras e autores que muitas vezes precedem o próprio surgimento da TRS. Não obstante, no caso brasileiro, autores e autoras preocupados em compreender a formação social brasileira e sua relação com o capitalismo. Entender, assim, que uma teoria capaz de dar conta das questões e desafios da classe trabalhadora não partirá de análises reducionistas, etapistas ou limitadas – no que tange a capacidade de enxergar a totalidade social – sobre o debate de opressões e exploração.

Por fim, mas não menos importante, acreditamos que a construção das ideias e sínteses apresentadas nesta dissertação devam ser apropriadas por quem e para quem a mesma foi desenvolvida: a classe trabalhadora. Se seu intuito é servir de aporte teórico como arma da crítica, é preciso atravessar as barreiras acadêmicas e levar tal debate a essa classe. Seja por meio de formação política, disputa de narrativas em espaços como partidos, sindicatos, movimentos sociais diversos etc. Ou através da disseminação do debate por meio da produção de livros, artigos, cursos formativos, entre outras formas. Se a classe trabalhadora tudo produz, e a ela tudo pertence, o conhecimento produzido nas universidades públicas também lhe pertence.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 1-17, 14 nov. 2018.

ALTMAN, Breno. Ruas em transe: a insurgência das camadas médias contra o petismo. In: ALTMAN, Breno; CARDOSO, Maria Caraméz (org.). **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 85-96.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte: 1964-2019**. São Paulo: Boitempo, 2020. 192 p.

ANTUNES, André. Kroton Educacional: ‘Em termos de educação pública nunca experimentamos um inimigo com uma força social tão concentrada como esse’. Entrevista com Allan Kenji. **Instituto Humanitas Unisinos**, 30 de abril de 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/578444-kroton-educacional-em-termos-de-educacao-publica-nunca-experimentamos-um-inimigo-com-uma-forca-social-tao-concentrada-como-esse>>. Acesso em: 11 de set. de 2023.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, 2015.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019. 128 p.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Feminismo e Marxismo: uma relação dialética. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico (org.). **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. Chapecó: Coleção Marxismo21, 2020.

BÁRBARA MACHADO. Feminino. Doutora. Data da entrevista: 27/06/23.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social?. **Revista Outubro**, n. 32, 1º semestre de 2019.

CADUZ *et al.* Apresentação das tradutoras. In: VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres**: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022, 455p.

CAMARGO, Sílvio César. A recepção da Teoria Crítica no Brasil: 1968-1978. **Em Debate**, Florianópolis, n. 7, p. 126-149, 20 nov. 2012. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

CARLOTTO, Maria. Junho de 2013: golpe e revolução. In: ALTMAN, Breno; CARDOSO, Maria Caraméz (org.). **Junho de 2013**: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 111-118.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 119-138, 1º semestre 2013.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, ago. 2018.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. **Temporalis**: Brasília (DF), n 28, p. 133-149, jul./dez., 2014.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

CLARA SARAIVA. Feminino. Doutoranda. Data da entrevista: 15/08/23.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Revista Parágrafo**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 6-17, ago. 2017.

COMBAHEE RIVER, C., Pereira, S., & Gomes, L. Tradução: **Manifesto do Coletivo Combahee River**. Plural, 26(1), 197-207, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**: Brasília, v. 20, n. 3, p.561-584, set./dez., 2005.

ESQUENAZI, Arelys; MORAES, Livia. Epistemologias, práxis e desafios conjunturais nas relações entre feminismo(s) e marxismo. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico (org.). **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. Chapecó: Coleção Marxismo21, 2020.

F. GABRIELA SOARES. Feminino. Doutora. Data da entrevista: 19/06/23.

FERGUSON, Susan. **Feminismos interseccional e da reprodução social**: rumo a uma ontologia integrativa. Campinas, CEMARX, 2017.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. 400 p.

FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre as contradições sociorreprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: BHATTACHARYA, Thithi (org.). **Teoria da reprodução social**: mapeamento de classe, recentralização da opressão. São Paulo: Elefante, 2023. p. 45-70.

GANDHI, Anuradha. **Sobre as correntes filosóficas dentro do movimento feminista**. São Paulo: Raízes da América, 2016.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011. 120 p.

GIOVANA MARTINS. Feminino. Doutora. Data da entrevista: 16/08/23.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 374 p.

GUZZO, Morgani. **Campos e corpos plurais**: os feminismos das marchas das vadias no brasil. 2019. 356 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**: São Paulo, v. 26, n. 1, p.61-73, jun. 2014.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3.d. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KATZ, Claudio. **A teoria da dependência cinquenta anos depois**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 394p.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 288 p.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.10 n. esp., p. 37-45, 2007.

MARIANA RONCATO. Feminino. Pós-doutoranda. Data da entrevista: 14/06/23.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 894 p.

MORAES, Livia de Cássia Godoi. Classe trabalhadora sob ataque: uma análise dos fundamentos e dos efeitos concretos do golpe. In: GALVÃO, Ana Carolina; ZAIDAN, Junia Claudia Santana de Mattos; SALGUEIRO, Wilberth (org.). **Foi Golpe! O Brasil de 2016 em análise**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 93-116.

MORAES, Livia de Cássia Godoi; NEVES, Victor. Teoria social e crítica da Economia Política: questões de método. In: MELLO, Gustavo M. de C.; NAKATANI, Paulo (org.). **Introdução à crítica da financeirização**: Marx e o moderno sistema de crédito. São Paulo: Expressão Popular, 2021. 160 p.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Breve história do feminismo marxista. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico (org.). **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. Chapecó: Coleção Marxismo21, 2020. p. 129-138.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. **Estud. Sociol.**, Araraquara, v. 17, n. 32, p. 107-121, 2012.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 89-97.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

RAYANE NORONHA. Feminino. Doutora. Data da entrevista: 20/07/23.

RHAYSA RUAS. Feminino. Doutoranda. Data da entrevista: 20/06/23.

ROUSSEFF, Dilma. Prólogo. In: ALTMAN, Breno; CARDOSO, Maria Caraméz (org.). **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 7-10.

RUAS, Rhaysa Sampaio. Teoria da Reprodução Social: apontamentos desde uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 1, 2021, p. 379-415.

SAFATLE, Vladimir. O dia no qual o Brasil parou por dez anos. In: ALTMAN, Breno; CARDOSO, Maria Caraméz (org.). **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 97-110.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528 p.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 160 p.

SANTOS, Júlia Bruschi dos; MIANI, Rozinaldo Antonio. Ocupação das escolas estaduais: ação direta no enfrentamento às contrarreformas neoliberais na educação. **História & Luta de Classes**, p. 23-39, mar. 2023.

SCHLESNER, Anita Helena. **A recepção de Gramsci no Brasil**: a interpretação no contexto do pcb nos anos 60. 2001. 349 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica [mimeo], {1989}. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAneroJoan%20Scott.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: Um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VELOSO, Cyrana Borges. "SE SER LIVRE É SER VADIA, SOMOS TODAS VADIAS?" A MARCHA DAS VADIAS E OS MOVIMENTOS FEMINISTAS BRASILEIROS. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 8, n. 5, p. 33-41, jul. 2016.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women**: Toward a Unitary Theory. Chicago: Haymarket Books, 2013 [1983].

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres**: rumo a uma teoria unitária. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022. 455p.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ANEXOS

ANEXO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Por meio deste termo, fundamentado na Resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "***Recepções e particularidades da Teoria da Reprodução Social no Brasil***", sob responsabilidade do(a) pesquisador(a) **Juliana dos Reis Abrantes**, sob orientação da Professora Dr^a Livia de Cassia Godoi Moraes. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo com número do parecer _____.

Justificativa e Objetivo

Esse projeto tem como objetivo “Analisar como se deu a recepção da Teoria da Reprodução Social no Brasil e suas particularidades, entre os anos de 2013 e 2022, a fim de compreender o contexto social, econômico e político em que ocorreu, as interlocuções teóricas e os impactos (ou repercussões) dessa recepção para as produções brasileiras”.

Esse projeto de pesquisa se justifica e demonstra relevância acadêmica e social tanto no âmbito teórico referente a sua produção, formulações acadêmicas e debates aqui pretendidos, como no âmbito prático ao fomentar e servir como ferramenta da luta feminista marxista por emancipação das mulheres de todas as formas de exploração e opressão advindas do sistema capitalista, assim como pode auxiliar na implementação de políticas públicas voltadas para a reprodução social.

Procedimentos

No sentido de resguardar o sigilo da/o sujeito pesquisado, ressaltamos que o convite para participação na presente investigação foi feito por meio do envio de um e-mail individual a cada sujeito.

A aplicação da entrevista se dará mediante formato online, nenhum dado pessoal do entrevistado(a) será divulgado nos resultados posteriores da pesquisa, assim como o entrevistado(a) pode optar por não responder alguma questão caso assim prefira. A entrevista pode ser interrompida a qualquer momento que o entrevistado(a) desejar. As respostas das perguntas da entrevista serão analisadas de maneira agregada e conjunta com outras entrevistas e com materiais de pesquisa coletados.

Riscos e Benefícios

A pesquisa não traz riscos aos participantes, na medida em que somente será realizada uma entrevista sem perguntas de cunho pessoal ou que possam expor os/as participantes de qualquer maneira, nem mesmo causar qualquer dano físico e mental aos e as mesmas.

Esse projeto de pesquisa traz benefícios tanto no âmbito teórico referente a sua produção, formulações acadêmicas e debates aqui pretendidos, como no âmbito prático ao fomentar e servir como ferramenta da luta feminista por emancipação das mulheres de todas as formas de exploração e opressão advindas do sistema capitalista, assim como pode auxiliar na implementação de políticas públicas voltadas para a reprodução social.

Já em relação ao âmbito prático, este trabalho busca ainda fomentar a luta das mulheres lhes servindo de ferramenta e aporte necessários às trincheiras da luta anticapitalista. A partir de seu desdobramento, essa pesquisa visa demarcar um posicionamento político crítico diante da teoria, ou seja, reverter para a classe trabalhadora – através da práxis política – as contribuições possíveis e de forma consubstancial.

Remuneração e Ressarcimento

Não haverá remuneração nem ônus por sua participação na pesquisa, de modo que a mesma deverá ser realizada de forma voluntária. Porém, caso haja alguma despesa por participar dessa pesquisa, você poderá ser ressarcido. Você tem direito a buscar indenização caso sofra algum dano decorrente da pesquisa.

Garantia de Recusa em Participar da Pesquisa e Manutenção do Sigilo e Privacidade

Você não é obrigado(a) a participar da pesquisa, portanto, sua participação poderá ser recusada se assim preferir, sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes de sua recusa. Mesmo após você ter respondido a perguntas da entrevista, você poderá, a qualquer momento, desistir de participar, entrando em contato com a pesquisadora no e-mail ou telefone listado logo abaixo, avisando da desistência. Acima de tudo, o sigilo sobre sua identidade será resguardado durante todas as fases da pesquisa, inclusive após publicação dos resultados.

Esclarecimento de Dúvidas

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você deve acionar a pesquisadora Juliana dos Reis Abrantes através do telefone (27)99657-9585 e e-mail: julianarabrantest@outlook.com. Em caso de necessidade de relatar alguma denúncia ou em caso de intercorrências na pesquisa, você poderá procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UFES pelo telefone (27) 3145-9820 e no endereço Av. Fernando Ferrari, no 514, Goiabeiras, Vitória/ES no Prédio Administrativo do CCHN, ou por e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com.

Consentimento Pós-Informação

Após ler o termo dessa pesquisa, aceito participar deste estudo de forma voluntária e poderei receber uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinada e rubricada em todas as páginas pela pesquisadora responsável pelo estudo, deixando meu e-mail ao final deste termo.

É importante colocar da necessidade da/o participante da pesquisa de manter guardada em seus arquivos uma cópia do presente termo.

Caso deseje participar basta assinar o presente termo no local abaixo indicado.

Pesquisadora

Juliana dos Reis Abrantes

Assinatura

Participante

Assinatura

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO ENTREVISTA – RECEPÇÃO E PARTICULARIDADES DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL NO BRASIL

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome da/o entrevistada/o:

Nome da entrevistadora:

Email:

Telefone:

Sexo: (☐) F (☐) M (☐) Não-binário (☐) Outros

Escolaridade:

Profissão:

Idade:

Dia da entrevista:

Hora inicial da entrevista:

Hora final da entrevista:

Você já militou ou milita em algum partido político, movimentos sociais ou organizações? Se sim, qual e há quanto tempo?

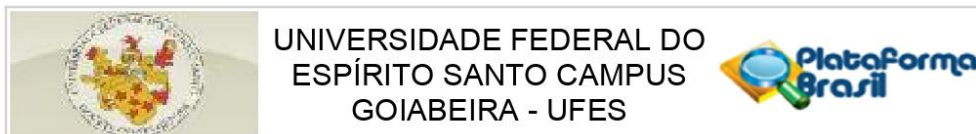
2. QUESTIONÁRIO DE PERGUNTAS (AUTORAS)

2.1 Me conte um pouco de sua trajetória de vida e acadêmica.

2.2 Como chegou no feminismo?

- 2.3 Como chegou na TRS? Alguém te apresentou? Ou encontrou sozinha? Onde (artigos, entrevistas, livros...)?
- 2.4 Teve acesso à TRS já traduzida para o português ou o contato foi em língua estrangeira? Com quais autoras tomou contato em um primeiro momento?
- 2.5 O que te levou a pesquisar sobre a TRS?
- 2.6 Por que a TRS como base teórica e não outra no rol dos feminismos?
- 2.7 Acredita que a TRS pode dialogar com outras bases teóricas feministas? Se sim, quais? De que maneira? Se não, por quê?
- 2.8 Quais suas principais referências da TRS hoje?
- 2.9 Como, na sua opinião, a TRS é capaz de explicar as especificidades da classe trabalhadora brasileira?
- 2.10 Na sua opinião, a TRS no Brasil está se desenvolvendo de forma particular ou simplesmente reproduzindo as formulações originais? Se tem particularidades, quais?
- 2.11 Você considera que tem contribuído de alguma forma para tornar mais acessível o contato com a TRS no Brasil? Se sim, como? Somente academicamente ou também em movimentos feministas/movimentos sociais em geral?

ANEXO 3



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Recepção e particularidades da Teoria da Reprodução Social no Brasil

Pesquisador: JULIANA DOS REIS ABRANTES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 67670222.9.0000.5542

Instituição Proponente: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.956.152

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social/CCJE/UFES.

Este projeto tem por objetivo principal analisar como se deu a recepção da Teoria da Reprodução Social (TRS) no Brasil e suas particularidades, entre os anos de 2013 e 2022, a fim de compreender o contexto social, econômico e político em que ocorreu, as interlocuções teóricas e os impactos (ou repercussões) dessa recepção para as produções brasileiras.

Para isso, pretende-se analisar historicamente formulações produzidas acerca da Teoria da Reprodução Social tendo os estudos feministas marxistas como orientação teórica principal, visando, dessa forma, apresentar e discutir categorias analíticas como interseccionalidade, consubstancialidade e teoria unitária, assim como suas aproximações e distanciamentos.

Prioriza-se, assim, uma análise crítica da sociedade, do patriarcado e do sistema capitalista sob o qual vive-se, teorizando sobre a categoria totalidade – eixo central de análise da TRS.

Busca-se, dessa maneira, compreender as particularidades da Teoria da Reprodução Social no Brasil.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITÓRIA

Telefone: (27) 3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO CAMPUS
GOIABEIRA - UFES



Continuação do Parecer: 5.956.152

Para realizar este trabalho, que possui caráter qualitativo, será aqui utilizada a revisão bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas.

O debate conceitual apresentado pretende ressaltar a necessidade de se pensar criticamente as opressões na sociedade capitalista. Bem como, contribuir para as lutas sociais, políticas e econômicas da classe trabalhadora

Metodologia Proposta:

Esse trabalho possui um caráter qualitativo e pretende se utilizar como ferramental principal a pesquisa bibliográfica. Busca apontar, assim, para como se dá a recepção da Teoria da Reprodução do Social no Brasil, qual seu contexto, quais suas particularidades, autoras, obras e produções principais .

A pesquisa bibliográfica tem por finalidade pesquisar e reunir trabalhos sobre o tema e referencial teórico – debates em torno da Teoria da Reprodução Social –, trabalhos esses que servem como matéria-prima por meio da qual a/o pesquisadora/o pode realizar suas análise. Será feita, assim, uma busca por artigos, livros, dissertações e teses nas plataformas Scielo, Portal de Periódicos da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Pretende-se assim mapear as produções da TRS no Brasil de 2013 (por que) a 2022 (quais obras/artigos foram traduzidos e publicados, que cursos e palestras ministradas). A partir de tal levantamento serão produzidos quadros de análises do material/conteúdo encontrados.

A pesquisa bibliográfica é, sem dúvidas, uma importante fonte de formação e elaboração do conhecimento científico, ao trazer como princípios fundamentais as buscas por embasamento teórico de um objeto de estudo.

Serão realizadas entrevistas semi-estruturadas (SEVERINO, 2007) a fim de compreender o contexto de recepção, as interlocuções e os impactos da TRS no Brasil. Para tanto, serão entrevistadas(os) autoras(es) que produziram teses e dissertações sobre a TRS entre os anos de 2013 a 2022.

Assim como, serão entrevistados também representantes de editoras que tenham publicados

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO CAMPUS
GOIABEIRA - UFES



Continuação do Parecer: 5.956.152

obras relativas a TRS nesse mesmo período de tempo. Perfazendo um total de aproximadamente 15 participantes.

Metodologia de Análise de Dados:

As entrevistas que serão realizadas passaram por transcrições, bem como a análise do conteúdo transcrito a partir do referencial teórico da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Analisar como se deu a recepção da Teoria da Reprodução Social no Brasil e suas particularidades, entre os anos de 2013 e 2022, a fim de compreender o contexto social, econômico e político em que ocorreu, as interlocuções teóricas e os impactos (ou repercussões) dessa recepção para as produções brasileiras.

1-Analisar o contexto social, político e econômico nacional que possibilitou a recepção da TRS no Brasil.

2-Identificar como a TRS tem sido publicada e divulgada no Brasil verificando os veículos, autores e tendências.

3-Definir como a Teoria da Reprodução Social se distingue dos sistemas duplos e triplos, e sua implicação na práxis política.

4-Compreender as particularidades da TRS em desenvolvimento no Brasil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Segundo a pesquisadora, mesmo que a pesquisa aparente não oferecer riscos aos e as entrevistadas, os mesmos não podem ser classificados como inexistentes ou subestimados, pois existe o risco dos e das participantes sofrerem algum constrangimento ou desconforto ao compartilharem suas informações pessoais/opiniões ou com o tempo que irá dispor para participar.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITÓRIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO CAMPUS
GOIABEIRA - UFES



Continuação do Parecer: 5.956.152

Para tanto, será realizado uma entrevista sem perguntas de cunho pessoal ou que possam expor os/as participantes de qualquer possível dano físico e mental aos e as mesmas.

Durante a realização da entrevista caso os entrevistados se sintam desconfortáveis por algum motivo, pode solicitar a suspensão da entrevista ou optar por não responder alguma pergunta que lhe cause desconforto.

As informações pessoais presentes nos dados de identificação do roteiro de entrevista são apenas para uso restrito da pesquisadora, sendo que não serão divulgadas nos resultados da pesquisa.

Benefícios:

Esse projeto de pesquisa traz benefícios tanto no âmbito teórico referente a sua produção, formulações acadêmicas e debates aqui pretendidos, como no âmbito prático ao fomentar e servir como ferramenta da luta feminista por emancipação das mulheres de todas as formas de exploração e opressão advindas do sistema capitalista, assim como pode auxiliar na implementação de políticas públicas voltadas para a reprodução social.

Já em relação ao âmbito prático, este trabalho busca ainda fomentar a luta das mulheres lhes servindo de ferramenta e aporte necessários às trincheiras da luta anticolonialista. Bem como a "construção coletiva e consciente do imaginário de uma sociedade por oposição" (ESQUENAZI; MORAES, 2020, p. 99) ao sistema capitalista.

A partir de seu desdobramento, essa pesquisa visa demarcar um posicionamento político crítico diante da teoria, ou seja, reverter para a classe trabalhadora – através da práxis política – as contribuições possíveis e de forma consubstancial.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa trará uma melhor compreensão como se deu a recepção da Teoria da Reprodução Social no Brasil e suas particularidades, entre os anos de 2013 e 2022, a fim de compreender o contexto social, econômico e político em que ocorreu, as interlocuções teóricas e os impactos (ou repercussões) dessa recepção para as produções brasileiras. Bem como, contribuir para as lutas sociais, políticas e econômicas da classe trabalhadora.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITÓRIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO CAMPUS
GOIABEIRA - UFES



Continuação do Parecer: 5.956.152

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresenta os termos de acordo com as Resoluções vigentes como também OFÍCIO CIRCULAR Nº2/2021/CONEP/SECNS/MS de 24 de fevereiro de 2021, que trata das Orientações para procedimentos em pesquisas de qualquer etapa em ambiente virtual.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências neste processo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2050952.pdf	03/03/2023 09:35:11		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	03/03/2023 09:34:45	JULIANA DOS REIS ABRANTES	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	03/03/2023 09:22:26	JULIANA DOS REIS ABRANTES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	03/03/2023 09:19:41	JULIANA DOS REIS ABRANTES	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	16/01/2023 20:08:28	JULIANA DOS REIS ABRANTES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA, 21 de Março de 2023

Assinado por:

KALLINE PEREIRA AROEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com

Página 05 de 05